UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENFERMAGEM

LEILA MARIA RISSI CAVERNI

CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

uma trajetória histórica e legal – 1948 a 1973

SÃO PAULO

2005

LEILA MARIA RISSI CAVERNI

**CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM:
uma trajetória histórica e legal – 1948 a 1973**

**Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Enfermagem**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Taka Oguisso

SÃO PAULO

2005

Catálogo na publicação (CIP)
Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta” da EEUSP

Caverni, Leila Maria Rissi

Curso Técnico de Enfermagem: uma trajetória histórica e legal – 1948 a 1973. / Leila Maria Rissi Caverni. – São Paulo: L.M.R. Caverni; 2005. 193 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profª Drª Taka Oguisso

1. Técnicos de enfermagem 2. Ensino médio 3. História da enfermagem 4. Legislação de enfermagem. I. Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, “*in memorian*”, e aos meus filhos.

Dos primeiros, sou o resultado, a continuação de uma vida voltada para a luta constante de um viver digno. Obrigada pelo amor e carinho.

Os filhos, fonte de amor e aprendizado, partilhando e prosseguindo com a vida também em busca da dignidade. Obrigada por serem razão e alegria na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, a quem devo meu existir e por ser meu refúgio, minha força, a fonte de todo amor.

A todos aqueles que direta ou indiretamente manifestaram seu apoio, tornando possível a conclusão deste trabalho, especialmente:

Profª Dra. Taka Oguisso, orientadora, que na sua força de caráter, competência profissional e generosidade, soube dar-me apoio e respeito incondicionais.

Minha família, pelo apoio irrestrito.

Profª Dra. Marli Alves Rolim e Profª Dra. Maria Cristina Sanna, pela amizade e incentivo, por tornarem cada momento, um momento de reflexões, discussões e aprendizado contínuo.

Enfª Alice Martins Gomes, pela amizade, pela confiança e pelos desafios que me proporciona.

Enfermeiras Emília Emi Kawamoto, Tomoko Matsui e Velta Regina Eichman Duarte, pela amizade, pela colaboração e pelas importantes sugestões.

Companheiros de Diretoria da ABEn-SP, pelo incentivo e colaboração constantes.

Profª. Dra. Regina Toshie Takahashi e Profª Dra. Maria Alice Tsuneshiro, pela amizade e pelas importantes colaborações e sugestões.

Profª. Dra. Vitória Secaf e Profª. Dra. Nadia Zanon Narchi, pela amizade e colaboração constantes, e por terem me possibilitado ingressar na área de ensino.

Equipe do Serviço de Biblioteca e Documentação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, com destaque para a bibliotecária **Nadir Aparecida Lopes**, pelo apoio em nossas buscas bibliográficas.

Equipe do Serviço de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, pelo atendimento sempre gentil e eficaz.

Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em especial às **Prof^{as}. Dr^{as}. Vilma de Carvalho e Vivina Lanzarini de Carvalho**, pela assistência gentil e pelas valorosas contribuições.

Irmã Cleamaria Simões e Irmã Fúlvia Perin, pela colaboração e pelos importantes esclarecimentos.

Caverni LMR. Curso Técnico de Enfermagem: uma trajetória histórica e legal – 1948 a 1973. [dissertação]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 2005.

RESUMO

Até o presente momento, estudos sobre o perfil dos técnicos de enfermagem, assim como sobre sua inclusão na equipe de enfermagem, são em número muito reduzido. Isso nos motivou a desenvolver esta pesquisa, de natureza descritiva e de caráter histórico-social, com os objetivos de: levantar e analisar os atos legais relacionados à formação e ao exercício profissional do técnico de enfermagem, resgatar as origens e os motivos para a criação de cursos de formação em nível técnico no Brasil e descrever a trajetória histórica da implementação dos primeiros cursos dessa natureza no Rio de Janeiro e em São Paulo; no período de 1948 a 1973. Para tanto buscamos coletar, organizar e examinar a legislação pertinente, relativa à sua criação e às transformações experimentadas na sua implementação, e análises publicadas por pesquisadores renomados e representativos da Enfermagem Brasileira. O referencial teórico de análise utilizado foi o da teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, que facilitou a compreensão dessa trajetória ao tornar possível a definição de alguns objetos de disputas e interesses específicos no território do ensino e do exercício das profissões de Enfermagem. A análise dos achados evidenciou novos motivos aparentemente adjacentes, porém os consideramos causais em relação aos rumos tomados e às condições alcançadas pelo curso e pelo profissional técnico de enfermagem. O curso, ao se tornar realidade, a transformou, introduzindo novos agentes e novas instituições no campo. Os primeiros cursos foram emblemáticos, por significarem uma mudança de paradigma e por terem sido instrumentos da luta de poder travada no campo.

Palavras-chave: Técnicos de enfermagem. Ensino médio. História da enfermagem. Legislação de enfermagem.

Caverni LMR. Course of Nursing Technician: a historical and legal trajectory – 1948 to 1973. [master's degree dissertation]. São Paulo (SP): School of Nursing at University of São Paulo; 2005.

ABSTRACT

Until the present moment, studies on Nursing Technicians profile as well as the inclusion in the job market are very reduced. This has motivated us to develop this study of descriptive nature and historical-social character, with the following objectives: survey and analyze legal acts related to education and practice of the nursing technician; rescue the origins and reasons to create courses in technical level in Brazil and describe the historical trajectory related to implementation of the first courses in Rio de Janeiro and São Paulo; from 1948 to 1973. For this purpose we have searched the pertinent legislation related to the creation and the changes experimented at their implementation, as well as published analysis by important researchers of the Brazilian Nursing. The theoretical references utilized were from the theory of fields, by the philosopher Pierre Bourdieu, which made possible a better analysis and understanding of all trajectory, making possible the definition of some objects of dispute and specific interests related to the teaching and exercising the nursing professions. The analysis of the found materials brought out new reasons, apparently adjacent, that we took as causes of the directions and of the conditions reached by the nursing technician course and by the professional. The course, when turned into reality, changed its own reality, introducing new agents and institutions in the field. The first courses were emblematic because they meant a change of paradigm and were instruments of the fight in the power on the field

Key words: Nursing technicians, medium level, nursing history, nursing legislation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Considerações iniciais	11
1.2 Justificativa do problema de pesquisa	17
1.3 Objetivos	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE	27
3 PERCURSO METODOLÓGICO	37
3.1 Tipo de estudo	37
3.2 Coleta de dados	39
3.2.1 Aspectos éticos da pesquisa	40
3.2.2 Procedimento – Locais pesquisados	41
3.2.3 Fontes de pesquisa	42
3.2.4 Análise dos dados	44
4 OS ACHADOS	46
4.1 Legislação do ensino do técnico de enfermagem	46
4.1.1 Histórico da educação profissional no Brasil	46
4.1.2 As origens e a necessidade de um nível intermediário na equipe de enfermagem	52
4.1.3 Desdobramentos posteriores	76
4.2 Legislação do exercício profissional do técnico de enfermagem	81
4.2.1 O exercício profissional de Enfermagem no Brasil	81
4.2.2 Desdobramentos posteriores	85
4.3 As experiências pioneiras de formação do técnico de enfermagem	90
4.3.1 O Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio De Janeiro	90
4.3.2 O Curso Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
6 REFERÊNCIAS	111

7 ANEXOS	122
Anexo A - Parecer nº 171/66, C.E.P.M. Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery	122
Anexo B - Regimento Interno do Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Ana Néri da U.F.R.J.	124
Anexo C - Curso Técnico de Enfermagem - Quadro Geral de Movimentação de Alunos	140
Anexo D - Escola de Enfermagem Ana Néri – U.F.R.J. Curso Técnico de Enfermagem – Grupo I. Ano 1968	141
Anexo E - Técnico em Enfermagem: Atividades Legais, Atividades Típicas, Conteúdo Curricular e Ementário das Matérias Profissionalizantes	152
Anexo F - Quadro Curricular Básico – Habilitação: Técnico em Enfermagem	157
Anexo G - Parecer nº 871/69, C.E.P.M., aprovado em 7-novembro-1969. (Proc. 721/69-C.F.E.). Ato autorizativo do Curso Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”	158
Anexo H - Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” - Curso Técnico de Enfermagem: Regimento Interno – 1969 e Anexos do Regimento – Currículos	162
Anexo I - Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” - Quadro de Aproveitamento e Frequência do Curso Técnico, 3ª Turma, Ano Letivo: 1971	188
Anexo J - Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”. Histórico Escolar da aluna da primeira turma, Antonieta Maria Giglio, datado de 16 de dezembro de 1970	190
Anexo K - Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”. Diploma da aluna Antonieta Maria Giglio, datado de 01 de junho de 1970	192

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

O início da nossa experiência como docente do ensino médio de Enfermagem, data do ano de 1983. À época, ministrando aulas e supervisionando o ensino teórico-prático em instituições hospitalares, tanto para auxiliares como para técnicos de enfermagem, alguns questionamentos surgiram com relação à real demanda desses últimos no mercado de trabalho.

Na década de 1990, tivemos a oportunidade de integrar o Grupo de Interesse do Ensino Médio de Enfermagem (GIEMEn)ⁱ, organizado pela Associação Brasileira de Enfermagem – Seção São Paulo (ABEn-SP). Esta tem, dentre as suas diretorias, aquela responsável pelos assuntos relativos à Educação em Enfermagem, denominada Diretoria de Educação da ABEn-SP, que é composta pelas Comissões Permanentes de Ensino Médio, de Graduação e de Pós-Graduação, de acordo com o Regimento da Associação Brasileira de Enfermagem⁽¹⁾.

Para atender ao plano de trabalho de então, delineado a partir de metas propostas pela Comissão de Educação da ABEn-Nacional, a Diretoria de Educação da ABEn-SP organizou, desde 1991, reuniões com profissionais atuantes no ensino de nível médio de Enfermagem, visando à união de esforços entre a associação e as escolas de

ⁱ O GIEMEn foi o primeiro grupo criado no Brasil para representar os interesses do Ensino Profissionalizante de Enfermagem junto à Associação Brasileira de Enfermagem, vindo portanto a preencher a lacuna que existia nesse campo.

formação de técnicos e auxiliares de enfermagem do Estado de São Paulo, com o objetivo de buscar o aprimoramento deste ensino⁽²⁾.

O GIEMEn, nos dez anos de sua existência, realizou 43 reuniões que versaram sobre temas variados. A formação do auxiliar e do técnico de enfermagem, principalmente no que diz respeito aos componentes curriculares e à legislação, foi o tema de 14 destas reuniões que, somadas a 15 realizadas para discutir as mudanças decorrentes da nova legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 corresponderam a um número significativo de encontros que envolveram o curso técnico de enfermagem⁽¹⁾.

Participando de discussões do grupo, observamos a dificuldade dos profissionais aí incluídos - diretores, coordenadores e docentes dessas escolas e cursos - em distinguir claramente o perfil dos auxiliares daquele dos técnicos de enfermagem e seus respectivos campos de atuação. Também percebemos que esses formadores não conheciam plenamente a legislação educacional que regia o ensino de nível médio e a legislação do exercício profissional dos auxiliares e técnicos de enfermagem.

Dantas e Aguillar⁽³⁾ citam que, em sua vivência como docentes do curso de Licenciatura em Enfermagem, perceberam dificuldade de acesso por parte dos enfermeiros ao conjunto dos atos legais de regulamentação da formação e do exercício profissional de nível médio de Enfermagem e que, aqueles que os conseguiam acessar, tinham dificuldade em compreender seu conteúdo.

Nossa percepção era a mesma expressada por Friedlander, Secaf e Matsui⁽⁴⁾ quando afirmavam, em 1992, que, após mais de 20 anos do aparecimento desses cursos, os técnicos de enfermagem ainda tinham grande dificuldade em encontrar um

espaço próprio no mercado de trabalho, e os recém-formados eram ainda absorvidos, quase sempre, como auxiliares de enfermagem.

Essas três autoras⁽⁴⁾ afirmavam, ainda, que uma explicação possível para tal dificuldade era o fato de que a formação do técnico de enfermagem havia sido uma imposição legal, a partir da Lei nº 5.692/71⁽⁵⁾ pois, apesar dos primeiros cursos técnicos terem surgido em 1966, o grande marco que os impulsionou foi a obrigatoriedade da profissionalização no segundo grau de ensino, imposta por essa lei. Declaravam elas que os enfermeiros corroboravam esta explicação, pois não viam o aumento do número desses cursos como produto da necessidade da área profissional ou do mercado de trabalho, visto que os cursos de auxiliares de enfermagem “já forneciam número considerável de profissionais de nível médio”.

Entretanto, em estudo realizado anteriormente por um Grupo de Trabalho da Área de Saúde, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, publicado em 1974, com a finalidade de apresentar subsídios para o Laboratório de Currículos da Universidade do Trabalho de Minas Gerais, e que tinha seu interesse maior na apresentação de um Currículo Pleno de formação do técnico de enfermagem, Barbato e Galante⁽⁶⁾, afirmaram que havia uma deficiência numérica do pessoal de enfermagem no país, que levou os enfermeiros e o poder público a se preocuparem com a formação de um profissional que pudesse preencher a grande lacuna que existia entre o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem, o que justificaria a existência do técnico de enfermagem.

As funções para esse profissional já tinham sido sugeridas durante o I Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem⁽⁷⁾, realizado em Curitiba, no ano de 1966.

Em artigo de 1977, que discorre sobre as habilitações de enfermagem no nível de 2º Grau, Oguisso⁽⁸⁾ afirmou que, após ter sido definido o nível de escolaridade do auxiliar de enfermagem pelas Resoluções nº 7⁽⁹⁾ e 8/77⁽¹⁰⁾ do Conselho Federal de Educação, restaria aos enfermeiros consolidarem, na prática, a distinção legal entre técnicos e auxiliares de enfermagem. Enfatizou a necessidade de que todos os enfermeiros, sem distinção, viessem a caracterizar efetivamente as atividades do auxiliar e do técnico de enfermagem, especificando aquelas de competência de cada um deles, deixando para si próprios as tarefas de assistência de maior complexidade e responsabilidade.

Continua as suas considerações citando o conselheiro Clovis Salgado que, no Parecer CFE 170/70, expôs seu pensamento de que após ter sido elevado o nível de exigência para o ingresso nos cursos de auxiliar de enfermagem para a 4ª série ginásial, o passo seguinte, em dez anos, seria “suprimir o Curso de Auxiliar de Enfermagem, permanecendo apenas dois níveis: o técnico e o superior”. Refletindo sobre esta afirmação, a autora dizia que esta talvez fosse a tendência que se concretizaria na Enfermagem pois, terminadas as fases de transição e de emergência em que se encontrava a Enfermagem e, a Lei nº 5692/71⁽⁵⁾ passasse a ser cumprida efetivamente, os cursos de formação de técnico e auxiliar de enfermagem ficariam, “de direito e de fato, no mesmo nível, formando categorias ocupacionais idênticas [...] e que, quando esse futuro chegasse, era possível que prevalecesse a categoria dos técnicos de enfermagem[...]”.

Nesta mesma linha de pensamento, Gonçalves ⁽¹¹⁾, em seu estudo sobre as funções do técnico de enfermagem, em 1979 afirmava que a tendência educacional no país, no que se referia à Enfermagem, era a de eliminar paulatinamente o auxiliar

de enfermagem, deixando dois níveis - o superior e o técnico. Esta autora deu destaque a este último profissional, profetizando que o seu quantitativo atingiria cifra elevada em poucos anos.

Contrapondo-se a essa linha de pensamento, Frias e Takahashi⁽¹²⁾, vinte anos depois, em 2000, afirmaram que, apesar das possibilidades de formação do técnico de enfermagem, o maior enfoque na formação de profissionais de nível médio sempre foi a de auxiliar de enfermagem, visto que o grau de escolaridade exigido para o curso é o Ensino Fundamental.

Tudo indicava que o técnico de enfermagem, devido à formação mais completa, seria um profissional mais requisitado e que suplantaria o auxiliar de enfermagem, categoria que, em alguns anos, iria se extinguir, ou quase, como foi a proposta da extinção do atendente de enfermagem pela sua qualificação como auxiliar de enfermagem. Mas tal não ocorreu.

A Lei nº 7.498/86⁽¹³⁾, no parágrafo único do artigo 23, estabelecia o prazo de dez anos, a partir de sua data de publicação (26 de junho de 1986), para que os atendentes de enfermagem pudessem continuar executando tarefas de enfermagem. Findo esse prazo, não haveria mais autorização para esse trabalho deles. Entretanto, a Lei 8.967/94⁽¹⁴⁾ revogou os limites impostos pela Lei nº 7.498/86⁽¹³⁾ e assegurou aos atendentes de enfermagem em exercício a continuidade de suas funções, mas em condições especiais, devidamente definidas pela Resolução COFEN nº 186/95⁽¹⁵⁾.

Em pesquisa recente sobre a inserção do técnico de enfermagem na Baixada Santista, Costa⁽¹⁶⁾ identificou, a partir de depoimentos de técnicos de enfermagem, que “o fazer que é executado pelo técnico de enfermagem é o mesmo fazer aplicado pelo auxiliar de enfermagem e, devido a este fato, as atividades desenvolvidas por

ambos tornam-se as mesmas e, como consequência, o técnico de enfermagem fica pouco valorizado porque não faz diferença entre outras categorias” (2003, p. 53).

Seria conveniente atentarmos para o fato de que esta pode ser uma realidade restrita ao universo dessa pesquisa. No Brasil, país de grande dimensão e, certamente, possuidor de diversidades várias, há também as relacionadas às atividades desenvolvidas pelo técnico de enfermagem e à valorização de sua categoria.

Hoje, o que percebemos é que, dentre as instituições que empregam os técnicos de enfermagem, são poucas as que efetivamente os diferenciam dos auxiliares de enfermagem e têm interesse em manter essa diferenciação. Nas unidades onde, segundo a legislação do exercício profissional, a complexidade da assistência exigiria a presença dos técnicos, geralmente estão os auxiliares de enfermagem. O técnico praticamente não faz parte dos quadros funcionais de instituições ou serviços de saúde municipais ou estaduais de vários estados brasileiros.

Nesse sentido, Narchi⁽¹⁷⁾ citou como uma das barreiras à contratação do técnico o fato de que este, em 1994, decorridos vinte e oito anos da sua criação, ainda “não constava do plano de carreiras das instituições de saúde federais, estaduais ou municipais. Desse modo, o Estado qualifica mão de obra que não utiliza e muitos dos técnicos formados, para poderem trabalhar, sujeitam-se a serem registrados como auxiliares de enfermagem, assumindo apenas essa função” (1999, p. 121).

Para ilustrar estes fatos, podemos constatar na publicação “Estatísticas de Saúde, Assistência Médico-Sanitária 2002”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁽¹⁸⁾, a grande predominância do número de auxiliares de enfermagem (AE) sobre o de técnicos de enfermagem (TE) em estabelecimentos de saúde do Brasil em

todas as esferas: privada, estadual, municipal e federal. A porcentagem de TE correspondia a 16,74% da soma do número de AE (389277) e de TE (78292) de todo o país.

Nos estabelecimentos da esfera privada existiam 172353 AE e 45415 TE, correspondendo estes últimos a 20,85% da soma dos AE e TE; nos da estadual, eram 70.772 AE e 8.024, correspondendo os TE a 10,18%; nos da municipal, eram 130.316 AE e 18.129 TE, correspondendo os TE a 12,21% e, na federal, eram 15.836 AE e 6.724 TE, correspondendo os TE a 29,8%. Percentualmente, o quantitativo de TE era muito pequeno em relação ao de AE e deve continuar assim três anos após a medição efetuada pelo IBGE⁽¹⁸⁾.

1.2 Justificativa do problema de pesquisa

Diante do panorama descrito surgem várias indagações: Por que e para que teria sido criado este novo integrante da equipe de enfermagem? Será que a intenção das líderes da Enfermagem ao propô-lo era formar profissionais mais rapidamente e em maior quantidade? Entretanto, já havia os enfermeiros e os auxiliares de enfermagem, por que mais uma categoria? Existem fatos que podem explicar o número reduzido de técnicos quando, ao longo da história, pesquisadores apontavam com otimismo a ascensão deste profissional no mercado de trabalho? Apesar da lei do exercício profissional de enfermagem em vigor inferir que os técnicos atuem auxiliando os enfermeiros em unidades assistenciais especializadas, como unidades

de tratamento intensivo e de atendimento de emergência, por que o auxiliar de enfermagem continua a ocupar esse espaço? Podemos deduzir que seja talvez por questões de interesse financeiro: o auxiliar é, certamente, um profissional menos oneroso do que o técnico.

Neste sentido, Costa⁽¹⁶⁾ aponta que, de acordo com depoimentos dos técnicos, sujeitos do seu estudo, os fatores que dificultavam sua inserção no mercado eram “as questões relacionadas à remuneração; a admissão do técnico de enfermagem como auxiliar de enfermagem nas instituições privadas e públicas; a falta de recursos públicos com vagas para os técnicos de enfermagem na Baixada Santista; e o não reconhecimento desta categoria pelo mercado de trabalho”.

A grande lacuna, de cerca de vinte anos, existente entre o início da formação e a legalização do exercício profissional do técnico de enfermagem é citada por Kobayashi⁽¹⁹⁾ como sendo uma das possíveis causas para que ele fosse

subaproveitado no mercado de trabalho, quer atuando como auxiliar de enfermagem quer executando atividades pertinentes ao mesmo, o que possivelmente dificulta até hoje a sua inserção e conquista do direito de desenvolver suas atribuições, inclusive administrativas, nas instituições de saúde (2002, p. 17).

Um dos fatores que aufere maior dificuldade para a compreensão de todas estas questões é o número reduzido de pesquisas a respeito. Caverni e Oguisso⁽²⁰⁾, em estudo realizado com o objetivo de levantar textos que abordam assuntos relativos ao técnico de enfermagem, publicados nas revistas Brasileira e Paulista de Enfermagem, constataram ser escasso o seu número. De fato, o trabalho sobre “Perfil das ações do técnico de enfermagem no Brasil”⁽²¹⁾, realizado em 2003, afirma que é reduzido o número de investigações que tomam o técnico de enfermagem como objeto de estudo.

Corroboram esta afirmativa Peduzzi e Anselmi⁽²²⁾ (2004, p. 425), quando consideram que “é escassa a literatura sobre as peculiaridades do trabalho dos agentes de nível médio de enfermagem, concentrando-se a produção teórica na investigação do processo de trabalho do enfermeiro ou, genericamente, da enfermagem”. As mesmas autoras concluíram no estudo, realizado para identificar e analisar as diferenças entre o trabalho desenvolvido por auxiliares e técnicos de enfermagem, que não são diferentes as atividades dos dois agentes e que, portanto, não há distinção entre os trabalhos do auxiliar e do técnico de enfermagem.

O relatório final do estudo acima citado, sobre o perfil das ações do técnico de enfermagem (2003, p. 18-22), destaca os seguintes pontos que envolvem o seu trabalho no Brasil:

- o não investimento público na qualificação e na formação do técnico de enfermagem (a formação é, majoritariamente, obtida através de escolas do setor privado);
- a expressiva contratação de técnico de enfermagem, pelos serviços de saúde, como auxiliar de enfermagem sem que tenha sido formado como tal;
- a expansão da formação de técnico de enfermagem sem criação de postos de trabalho correspondentes;
- a atuação mutante do técnico de enfermagem, ou seja, o quê o técnico de enfermagem faz ou não faz depende da instituição onde trabalha; ou do turno de trabalho e/ou, até, de quem responde pela coordenação/chefia da Unidade de Serviço; e
- a não responsabilização das instituições prestadoras de serviços de saúde pela regularidade/legalidade/condições de trabalho do técnico de enfermagem (os gestores de serviços de saúde informam que esta responsabilidade é da enfermeira, o que não coincide com as informações das enfermeiras da assistência, ouvidas no estudo).

Acrescente-se a todas estas considerações o fato de fazermos parte, desde 2001, da Equipe de Coordenação Técnica do Projeto de Profissionalização dos Profissionais da Área de Enfermagem – PROFAE, na FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo, que é a Agência Regional São Paulo (AR-SP).

Este projeto foi uma iniciativa do Ministério da Saúde, que teve o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Está sendo desenvolvido em todo o território brasileiro desde 2001 e com previsão de término em 2005. Seu objetivo, inicialmente, era qualificar por volta de 250000 trabalhadores da área de Enfermagem, que se encontravam empregados em instituições de saúde sem a qualificação profissional exigida, com o propósito de melhorar a qualidade da assistência de saúde prestada no país. Para tanto, vem oferecendo os cursos de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem e da Complementação da Qualificação Profissional de Técnico de Enfermagem, além da oferta da Complementação da Escolarização em nível de conclusão do Ensino Fundamental.

A AR-SP é o órgão responsável pela supervisão e pelo monitoramento das turmas do PROFAE, isto é, do programa de formação de auxiliares e técnicos de enfermagem, no Estado de São Paulo. A participação nessa equipe nos possibilitou levantar problemas da formação do técnico, identificados nos cursos supervisionados pela AR-SP.

Dentre as deficiências curriculares identificamos:

- distribuição dos conteúdos curriculares sem considerar as ações prioritárias a serem desenvolvidas pelos técnicos de enfermagem, como por exemplo a não inclusão de conteúdos de assistência a pacientes em estado grave;
- componentes curriculares mal distribuídos, sem respeitar a sequência lógica e o aproveitamento dos alunos, como a ministração de 40 horas de “Farmacologia”, após 8 meses do início das aulas;

- componentes inseridos na matriz curricular do técnico de enfermagem, cujos conteúdos deveriam ter a abordagem na concepção da interdisciplinaridade e da transversalidade, para atender a legislação vigente, como por exemplo, Ética, Matemática Aplicada, Farmacologia e Comunicação;
- inclusão de componentes básicos para a formação do auxiliar de enfermagem no módulo correspondente à formação específica do técnico de enfermagem, tais como Anatomia e Fisiologia Humanas, Técnicas Básicas de Enfermagem, Microbiologia e Parasitologia, Higiene e Profilaxia, entre outros.

A primeira e a última das deficiências curriculares listadas, a nosso ver grandes distorções, foram motivos que colaboraram, efetivamente, para estimular o desenvolvimento do presente estudo.

A Equipe de Coordenação Técnica da AR-SP, movida pela observação de tais deficiências e desejando elaborar uma proposta curricular para o curso técnico de enfermagem, realizou uma pesquisa denominada “Levantamento sobre as atividades do técnico de enfermagem nas instituições hospitalares” (em fase de elaboração), junto aos enfermeiros responsáveis pelos serviços que têm estes profissionais em seus quadros de pessoal. Um dos objetivos deste estudo foi verificar as deficiências encontradas na atuação do técnico de enfermagem, decorrentes da formação profissional nos aspectos técnico-científico, atitudinal e de habilidades.

O Levantamento apontou deficiências que julgamos ser relevantes para o nosso estudo, quanto a:

- Conhecimento técnico-científico: comunicação escrita; cálculo, diluição e administração de medicamentos; conhecimentos teóricos e práticos (em Unidade de Terapia Intensiva, Hemodiálise, Recuperação Anestésica e outros), associação da teoria à prática, conhecimento dos procedimentos em geral.
- Atitudinal: iniciativa; envolvimento e compromisso com o trabalho; relacionamento interpessoal no trabalho; responsabilidade profissional; conhecimento da Ética Profissional; postura profissional.
- Habilidades: desempenho/destreza na realização dos procedimentos especializados, nos de alta complexidade e até mesmo nos básicos.

Nos três aspectos foi apontada a deficiência relacionada à indefinição da especificidade da sua categoria diante das ações do auxiliar de enfermagem.

Cumprе salientarmos que algumas das deficiências citadas são atividades privativas de enfermeiros, de acordo com a legislação do Exercício Profissional de Enfermagem vigente e, portanto, não podem ser desenvolvidas por técnicos de enfermagem, como os procedimentos de alta complexidade e em unidades de Hemodiálise.

Destaque-se que, à época da criação do curso técnico, em 1966, a legislação do exercício profissional de enfermagem (Lei nº 2.604/55⁽²³⁾ e Decreto nº 50.387/61⁽²⁴⁾) não contemplava essa categoria, o que foi corrigido somente em 1986, com a legislação atualmente em vigor (Lei nº 7.498/86⁽¹³⁾ e Decreto nº 94.406/87⁽²⁵⁾), que recomenda, dentre outras atribuições, que os técnicos atuem assistindo aos

enfermeiros, na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave.

Os primeiros cursos de técnico de enfermagem foram criados em 1966 pelo Conselho Nacional de Educação na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, foram emitidos o Parecer nº 171/66⁽²⁶⁾, que destinava-se a criar o Curso Técnico de Enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) e o Parecer nº 224/66⁽²⁷⁾, concedendo a mesma autorização para o curso na Escola de Enfermagem “Luiza de Marillac”.

Para o presente estudo, optamos por fazer um levantamento na EEAN, por ter sido ali criado o primeiro curso técnico de enfermagem no país e, porque a instituição manteve sua documentação num acervo próprio, de forma a se tornar acessível aos interessados em desenvolver este tipo de estudo.

Paralelamente, procuramos identificar o primeiro curso de formação de técnico de enfermagem no Estado de São Paulo. Optamos por estes dois Estados da região sudeste brasileira, pois costumam assumir a vanguarda dos eventos no campo da Enfermagem e da Saúde, em geral.

Historicamente, o primeiro curso para a formação do técnico de enfermagem em São Paulo foi o do Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”. Provavelmente, pelo fato de ter funcionado por pouco tempo, de 1967 a 1972, e ter formado poucos profissionais, não é lembrada como a primeira escola a oferecer tal curso no Estado. Muitos imaginam que a primeira tenha sido a Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, que continua em funcionamento, oferecendo o curso de formação de técnico de enfermagem até os dias de hoje. Pode ser considerada,

porém, a primeira a ter o Curso Técnico de Enfermagem na Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo.

A entrada do novo se traduz em mudança de paradigma. Os primeiros cursos podem ser considerados emblemáticos, pois ao se tornarem realidade introduziram transformações, novos “personagens” na equipe de enfermagem e novas instituições – as escolas para formação de técnicos de enfermagem.

A busca de antecedentes e de fatos que envolveram esses cursos poderá representar uma contribuição para a história do ensino de nível médio e para a própria Enfermagem Brasileira e, quem sabe, até mesmo influenciar na futura inclusão dessa categoria nos quadros e planos de carreiras nos serviços públicos e privados.

Concordamos com Oguisso⁽²⁸⁾ quando afirma ser “necessário conhecer a História da Enfermagem Brasileira para compreender os meandros percorridos pelas pioneiras da profissão e entender as razões que motivaram as decisões tomadas, cujas conseqüências se refletem nos dias de hoje [...] Estudar o passado constitui ponto de partida para avaliar as dificuldades que devem ter cercado a promulgação de todos os diplomas legais de determinação do currículo mínimo de enfermagem, de regulamentação do exercício da profissão ou de controle da classe pela própria classe” (2002, p. 71). Esta autora refere ainda que todas as descobertas científicas e conquistas de grandes feitos, dos mais variados campos de atividades, sempre são precedidas de muito trabalho, dedicação, perseverança, sacrifício e lutas⁽²⁹⁾.

No nosso entender, o presente estudo, de caráter histórico-social, ao retomar a trajetória do Curso Técnico de Enfermagem, representa uma contribuição à tão reduzida produção científica ao longo da história da Enfermagem acerca da formação

desse profissional. Descobrir e trazer à tona os meandros dos interesses políticos, sociais e econômicos que podem estar envolvidos na criação e na trajetória dos cursos de formação de técnico de enfermagem e na figura desses profissionais, também pode alertar para possíveis problemas de outros grupos, que impeçam o seu reconhecimento como categoria profissional.

Tal pensamento nos remete a Amorim⁽³⁰⁾ quando diz “que todo grupo social, quando esquece seu passado, apaga sua memória, tornando-se presa fácil às atividades e aos interesses de outros grupos, penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro”(2003, p. 6).

Neste sentido, Félix⁽³¹⁾ afirma que “quem tiver memória e consciência histórica, com mais segurança, será dono do seu presente e do seu futuro”.

A presente investigação abrangerá um quadro de reflexões específicas sobre a criação e o desenvolvimento do curso técnico de enfermagem, tornando acessível o conjunto da legislação que rege o exercício da profissão do técnico de enfermagem. Salientamos que tal acesso não está disponível de maneira sistematizada e que a legislação do exercício profissional baliza as propostas de formação.

Nossa expectativa é de que este estudo possa representar uma contribuição para a história do ensino de nível médio de Enfermagem no Brasil.

1.3 Objetivos

- Levantar e analisar os atos legais relacionados à formação e ao exercício profissional do técnico de enfermagem.
- Resgatar as origens e os motivos para a criação do curso de formação do técnico de enfermagem no Brasil.
- Descrever a trajetória histórica da implementação dos primeiros cursos técnicos de enfermagem no Rio de Janeiro e em São Paulo, sua organização e funcionamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE

2 REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE

As reflexões acerca das motivações que culminaram com a criação do Curso Técnico de Enfermagem levam forçosamente ao campo da legislação pertinente, que marcou formalmente o seu início. Além deste aspecto, estritamente legal, há também um referencial teórico que nos remete a filósofos e historiadores que muito podem nos ajudar a melhor compreender e analisar toda a trajetória percorrida pelo curso de formação do técnico de enfermagem.

Bourdieu ⁽³²⁾ afirma que só é possível compreender uma obra, seu valor ou a crença que lhe é dada, após conhecer a história do campo no qual tal obra foi produzida. Também, que um problema de um determinado campo (a Enfermagem, neste caso), para ser legítimo, deve ser reconhecido como tal por seus componentes, ou seja, todos os agentes em luta pelo poder no campo, o que no caso presente, não se restringe aos profissionais de enfermagem.

Para Bourdieu ⁽³²⁾, “campos são espaços estruturados de posições ou de postos (...) que se definem através dos objetos de disputas e dos interesses específicosⁱⁱ contidos nos próprios campos e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo” (1993, p. 89). A lei, então, poderia surgir de um consenso gerado no próprio campo ou imposta por quem, naquele momento, tem o domínio do campo e daí ser formalizada para que todos os indivíduos a conheçam e a sigam.

ⁱⁱ Para Bourdieu, o interesse é o **investimento específico** nos processos de lutas, que é, ao mesmo tempo, a condição e o produto da vinculação a um campo⁽³²⁾.

Surge então a importância e a necessidade de estudarmos a legislação. Bourdieu⁽³²⁾ afirma, ainda, que em cada campo existe uma luta e que devemos procurar as formas específicas desta luta, que se dá entre o novo, que está entrando e tentando forçar seu direito de entrada, e o dominante, que tenta preservar seu monopólio e excluir a concorrência. Para haver esta luta, o jogo disputado, é necessário que, além dos objetos de disputas, existam pessoas prontas para disputá-lo, isto é, dotadas de *habitus*, que pressupõem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa etc. Esta é uma condição para que o campo funcione como tal. Todas as pessoas engajadas em um campo têm alguns interesses fundamentais em comum, quais sejam, tudo o que está ligado à própria existência do campo, acarretando uma cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos, um acordo entre os antagonistas sobre o que deve ser disputado e contribuem para produzir a crença no valor do que deve ser disputado.

Os agentes do campo ou instituições, são dotados de *habitus*, conhecem as regras da luta e nela estão engajados, por objetos de disputa ou por interesses específicos⁽³²⁾. Fazem parte de um campo na medida em que nele sofrem efeitos ou nele os produzem⁽³³⁾.

Caverni e Oguisso⁽³⁴⁾, ao refletirem sobre o estudo da legislação sob a perspectiva histórica, afirmam que ao estudarmos a criação e a trajetória de um dos componentes do campo em estudo, a partir de sua legislação, há possibilidades de redescobrir a sua identidade, as suas práticas e a sua inserção no campo. Isto é do interesse dos componentes deste e até mesmo de outros campos que se relacionam com este. Além disso, conforme Bourdieu⁽³²⁾, cada vez que estudamos um novo campo, descobrimos propriedades específicas, próprias a esse campo particular e ao

mesmo tempo avançamos no conhecimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em função de variáveis secundárias. Exemplificando, “as variáveis nacionais fazem com que mecanismos genéricos, tais como a luta entre pretendentes e os dominantes assumam formas diferentes” (1993, p. 89).

Para Bourdieu, profissão “é, sobretudo, uma *construção social*, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma *representação* dos grupos que se insinuou docemente no mundo social” (1989, p. 40). Assim, ao examinar convergências no funcionamento dos campos, é possível depreender leis gerais sobre este funcionamento⁽³²⁾.

Segundo Moreira⁽³⁵⁾, utilizando-se o conceito de campo de Bourdieu, podemos posicionar as questões que envolvem a agregação, as diferenças e as distinções entre esses grupos no espaço social onde são construídas as profissões.

Para Bourdieu, o *Habitus*

sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita, que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores, sem terem sido expressamente concebidas para este fim (1993, p.94).

Complementando suas idéias sobre *habitus*, afirma ser este um conhecimento adquirido e também um **haver**, um capital... uma disposição incorporada⁽³²⁾. O *habitus* se apresenta como um conjunto de princípios geradores de práticas distintas e distintivas, ao mesmo tempo em que são esquemas classificatórios, princípios de classificação, de visão e divisão, e gostos diferentes. Estabelecem diferenças entre: o que é bom e mau, o bem e o mal, o que é distinto e o que é vulgar. Estas diferenças, porém, não são as mesmas: o mesmo bem ou comportamento pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. E, ainda,

que basta deixar o *habitus* trabalhar para render-se à necessidade imanente do campo e cumprir as exigências inscritas⁽³⁶⁾.

Com relação à estrutura do campo, Bourdieu a define como “um **estado** da relação de força entre os agentes sociais ou as instituições engajadas na luta, ou ainda, da distribuição do capital específicoⁱⁱⁱ que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores”. Esta estrutura também está sempre em jogo, em luta, para conservar ou subverter a estrutura da distribuição do capital específico, especialmente o econômico, composto de riqueza econômica, e o cultural, de cultura acumulada, na forma de conhecimentos, diplomas, características lingüísticas, códigos culturais e outros⁽³²⁾. Além destes, consideramos importante citar o capital social (relacionamentos e redes sociais), o simbólico (reconhecimento, prestígio, reputação, símbolos de poder) e o político⁽³³⁾.

Os trunfos do jogo, portanto, são os capitais. Os agentes pertencentes ao campo estarão tão mais próximos quanto mais similar for a quantidade e o tipo de capital que possuírem.

Bourdieu⁽³⁷⁾ explica que o capital cultural pode existir sob três formas:

No estado **incorporado**, isto é, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado **objetivado**, sob a forma de bens culturais, obras de arte, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que são a marca ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc; e por fim no estado **institucionalizado**, forma de objetivação que é necessário colocar a parte porque, como acontece com o diploma escolar, ela é considerada capital cultural embora garanta propriedades perfeitamente originais (1979, p. 3).

ⁱⁱⁱ O capital específico é “fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo e só vale dentro dos limites deste determinado campo. Pode ser de diversas naturezas: cultural, econômico, artístico, político e outros” (1993, p.94).

O diploma pode ser reconhecido como capital incorporado, pois é visível e assumido por quem o tem, e também como institucionalizado, pois é reconhecido e referendado socialmente.

O poder simbólico é um outro conceito do autor, que acreditamos, merece ser citado. É todo poder capaz “de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”. Ele o entende como poder invisível e quase mágico, pois certamente só pode ser exercido se existir cumplicidade, tanto daqueles que não querem saber que a ele estão submetidos, como daqueles que o exercem, e porque “permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização. Só se o exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário”.

Para Bourdieu, todas as diferentes espécies de capital podem se transmutar em capital simbólico, pois que o poder simbólico é uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder⁽³³⁾. O autor considera que o poder exercido no Sistema de Ensino é o poder simbólico.

Contrapondo-se a esta visão dinâmica do precário equilíbrio de forças do campo, está a interpretação da lei como algo permanente e duradouro. A palavra lei é usada na linguagem corrente e científica com um sentido muito amplo: o de um princípio que determina não só as ações humanas, como também os acontecimentos naturais. Nesta acepção ampla, o conceito de lei dimana da idéia de ordem, isto é, a disposição de seres em função de um objetivo que lhes dá unidade⁽³⁸⁾.

Há uma outra possibilidade de se analisar a lei. É possível, pois, falar em lei natural e lei positiva, lei divina e lei humana, lei física, lei ética e jurídica, entre

outras tantas denominações. Todas essas expressões têm em comum a idéia de que algo ocorre em consequência de um princípio, como expressão de relações entre seres da natureza ou como expressão da vontade dos homens.

Já em sentido jurídico ⁽³⁸⁾, lei assume especial significado no universo do Direito, quando indica uma de suas formas de expressão, a mais importante fonte de Direito na civilização ocidental. Lei é, então, o Direito conscientemente elaborado por uma autoridade, mediante um ato de vontade, o qual se denomina legislação, ou seja, o ato de elaborar leis, e consiste numa declaração jurídica revestida de forma escrita e incorporada num documento. Entretanto, acreditamos que deva ser a lei referendada politicamente pela maioria dos indivíduos ou pelos que assim são considerados.

A organização política de uma sociedade está baseada, segundo Oguisso e Schmidt ⁽³⁹⁾, na ordem jurídica instituída pela lei, como um meio de manter o equilíbrio entre as relações do homem na sociedade, no tocante a seus direitos e deveres.

Também podemos definir lei como a norma jurídica, escrita e obrigatória, por mais restrito que seja o campo de sua aplicação; emanada de quem – poder ou pessoa investida de autoridade – possa garantir ou assegurar essa obrigatoriedade; com vigência por determinado espaço de tempo numa certa coletividade ou grupo social ⁽³⁸⁾, que pode ser, em nosso caso, a Enfermagem, como categoria ou grupo social.

Voltamos a Bourdieu⁽³³⁾ para mostrar suas idéias acerca do Direito. Ele considera a autoridade jurídica “forma por excelência da violência simbólica legítima, cujo monopólio pertence ao Estado...”. Já o Direito é a forma por excelência do discurso atuante, que por sua própria força é capaz de produzir efeitos;

o direito faz o mundo social e é feito por este. Com relação ao texto jurídico, o autor atesta que nele “estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial” (1989, p. 213).

Sobre a relação entre o campo do direito e o campo do poder, o autor explica:

É certo que a prática dos agentes encarregados de produzir o direito ou de o aplicar deve muito às afinidades que unem os detentores por excelência da forma do poder simbólico aos detentores do poder temporal, político ou econômico, e isto não obstante os conflitos de competência que os podem opor (1989, p. 241-2).

E, ainda, que o Direito ratifica a ordem estabelecida ao confirmar a visão desta ordem como uma visão do Estado, garantida pelo Estado, que atribui e garante, aos agentes, um estado civil, poderes ou capacidades socialmente reconhecidos e, portanto, produtivos, por meio da distribuição dos direitos de utilizar esses poderes e títulos (escolares, profissionais e outros), certificados (de aptidão, de doença e outros) e ratifica os processos ligados à aquisição, ao aumento, à transferência ou à retirada desses poderes. O Direito distribui volumes diferentes, de capitais diferentes, aos diferentes agentes ou instituições, pondo, assim, um limite à luta, à troca, à negociação acerca das qualidades das pessoas ou dos grupos, acerca da pertença das pessoas aos grupos⁽³³⁾. Por conseguinte,

o direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação, que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas (1989, p. 237).

Podemos depreender, a partir de todas as considerações e definições apresentadas, que a legislação do ensino e do exercício profissional de enfermagem é um conjunto de normas que expressa a contribuição de forças do campo da

Enfermagem. As suas práticas dão forma ao campo. A legislação legitima quem está ganhando o jogo.

Os atos legais, reunidos e explicados à luz do contexto em que foram aprovados, podem ser de grande interesse e utilidade para os profissionais que atuam nessa área, pois lhes permitirá identificar quais são os agentes, quais as forças presentes no campo e qual o estado de equilíbrio em que ele se encontra⁽³⁴⁾.

Além do levantamento da legislação pertinente, buscamos também estudar a trajetória histórica de como ocorreu a implementação do primeiro curso técnico de enfermagem no Rio de Janeiro e em São Paulo, sua organização e funcionamento.

Linaugh⁽⁴⁰⁾ considera que ao tentarmos

criar uma linha contínua para conectar eventos passados ao presente, encontramos faces familiares, valores e práticas e buscamos similaridades com o nosso tempo. E o historiador precisa voltar ao passado e tentar compreender eventos, comportamentos e crenças em seu próprio tempo e contexto, porque a história não é como um ato teatral onde as mudanças no palco ocorrem rápida e ordenadamente, como num simples baixar de cortinas (Linaugh, Reverby, 1987, p. 13).

Nesta perspectiva, privilegiar o estudo dos pioneiros, como os primeiros cursos técnicos de enfermagem, faz sentido, pois eles são a demonstração cabal do rompimento de paradigmas.

Até bem recentemente, muitos historiadores consideravam irrelevantes certos estudos, como o estudo sobre as mulheres ou sobre perdedores. Esse é o mérito da chamada História Nova, que surgiu na França em 1929, e que abriu essa nova perspectiva para os estudos da história, valorizando-se os costumes dos povos e dando voz a todos, sem distinção: vencedores ou vencidos, ricos e pobres, fortes ou fracos, opressores e oprimidos, o que possibilitou uma diferente versão dos fatos

ocorridos, que passaram a ser vistos por outro prisma e que ampliaram o campo de observação do historiador.

Esse método, iniciado com a criação da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, lançada em Estrasburgo, por Lucien Febvre e Marc Bloch, tomou grande impulso através de escritos de seus seguidores, entre os quais, destacam-se Pierre Bourdieu e Jacques Le Goff⁽⁴¹⁾.

Entendendo-se, pois, que o grupo do técnico de enfermagem foi e é, ainda, um grupo que aparece como de perdedores ou fracos, pretendemos trazer luz para a sua situação, uma vez que não há, até o momento, uma discussão sobre a inserção política desses sujeitos no campo de lutas da Enfermagem, do Ensino e da Saúde, para que possam ser vistos por outro prisma, e quiçá, possibilitar-lhes fazer parte da luta por seu lugar na equipe de enfermagem.

Le Goff⁽⁴²⁾ apresenta a idéia de que o historiador tem como dever principal a crítica do documento, qualquer que ele seja, enquanto monumento. Afirmo o autor:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento, enquanto documento, permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 1984, p. 102).

Neste sentido, nos colocamos frente aos documentos, com uma postura crítica e interrogativa, a partir do conjunto de interesses deste estudo e do referencial teórico para ele escolhido.

Para ilustrar as possibilidades que a História Nova nos oferece, Le Goff⁽⁴²⁾ cita Lucien Febvre, que afirma:

A história se faz com documentos escritos, sem dúvida quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais... Com tudo o que pertencendo ao homem, demonstre a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Febvre apud Le Goff, 1984, p. 98).

No nosso caso, utilizamos e analisamos documentos, porque os temos: a legislação e os registros referentes aos cursos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de estudo

Estudo descritivo de natureza histórico-social sobre a legislação pertinente e sobre o funcionamento dos dois primeiros cursos técnicos de enfermagem no Brasil, criados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A motivação para o estudo foi decorrente do interesse em conhecer como ocorreu a implementação das normas legais que os criaram e como funcionaram. Portanto, com o foco centrado no curso técnico de enfermagem, pretende-se analisá-lo e descrevê-lo frente a três eixos: a sua criação e a sua trajetória histórica, a trajetória histórica do primeiro curso do Brasil e a do primeiro de São Paulo e a análise de atos legais relacionados à formação e ao exercício profissional dos técnicos de enfermagem no país, com a finalidade de compreender seu “aparecimento” e sua lenta inserção na equipe.

O presente estudo insere-se numa abordagem de metodologia qualitativa histórica, que pode ser “realizada para responder a indagações sobre as causas, efeitos ou tendências, referentes a acontecimentos passados, que podem esclarecer comportamentos ou práticas atuais”⁽⁴³⁾ (1995, p. 126).

Richardson e colaboradores⁽⁴⁴⁾ afirmam que a pesquisa histórica apresenta dois objetivos básicos, que são: produzir um registro fiel do passado, coletando-se a informação e descrevendo-se o problema em um dado momento (estudo de corte

transversal) ou descrevendo-se o desenvolvimento através do tempo (estudo longitudinal), e contribuir para a solução de problemas atuais através do exame de acontecimentos passados. Para esses mesmos autores, os acontecimentos atuais só têm significado, se relacionados ao contexto dos fatos passados, dos quais surgiram.

Contudo, existem outras abordagens sobre a teoria da história, que indicam ser possível apenas a elaboração de versões e interpretações, e é nesta perspectiva que o presente trabalho é desenvolvido.

Vieira, Peixoto e Khoury⁽⁴⁵⁾ referem que:

Os homens vivem sua experiência integralmente como idéias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão e desejos, como sujeitos sociais que improvisam e forjam saídas resistindo, submetendo-se, vivendo enfim numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política... luta de interesses e de valores (1995, p. 7).

Então, se nos propomos a produzir conhecimento histórico de como os homens vivem as suas experiências, vamos investigar qual foi o seu agir, como os grupos atuaram e tomaram certos caminhos, e não outros, para chegar a um determinado consenso, e não outro. Desvendar este “contexto” constitui um exercício com uma vasta gama de possibilidades que a história nos oferece. E aqui podemos identificar um dos porquês do estudo da legislação do curso técnico no contexto histórico.

A necessidade de resposta às questões relacionadas à criação e à trajetória dos primeiros cursos técnicos e à demora da inserção do técnico de enfermagem na equipe de enfermagem, nos levou a adotar o pensamento do filósofo, antropólogo e sociólogo Pierre Bourdieu, em especial, sua teoria dos campos.

Para a execução do estudo, utilizamos a análise documental e o método histórico. Segundo Richardson et al⁽⁴⁴⁾, a análise documental consiste em uma série de operações que visam a estudar e a analisar um ou vários documentos, para

descobrir as circunstâncias sociais e econômicas relacionadas e, o método histórico, utiliza-se do estudo dos documentos para investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico.

Lüdke e André⁽⁴⁶⁾ consideram a análise documental uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, porque permite complementar informações obtidas através de outras técnicas e revelar aspectos novos de um tema ou problema, além de “buscar identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. De acordo com estas autoras, os documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” e a sua escolha não deve ser aleatória e sim guiada por propósitos e hipóteses (1986, p. 39).

No nosso caso, não há hipótese teórica formulada, dado que, é a primeira aproximação do objeto de estudo nessa perspectiva.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados deu-se por meio do levantamento da legislação federal referente aos cursos técnicos de enfermagem, desde antes de sua criação no Brasil até os dias atuais, assim como daquela relativa ao exercício profissional do técnico, amparada por pareceres e resoluções, que culminaram com a legislação em vigor, aprovada na década de 1980.

O recorte temporal determinado para a pesquisa é de 1948 a 1973. Iniciamos em 1948 pelo fato de que neste ano encontramos os primeiros registros sobre a intenção de se inserir um novo integrante na equipe, que viria a ser o técnico de enfermagem. O ano de 1973 foi escolhido como limite cronológico final do estudo, pois nele se encerrou a última turma do Curso Técnico de Enfermagem na Escola Anna Nery.

O universo estudado também é composto pela documentação relativa à criação e ao desenvolvimento dos primeiros cursos técnicos de enfermagem das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Pela legislação existente, identifica-se a cidade do Rio de Janeiro como a pioneira na implementação do Curso Técnico de Enfermagem no país. Daí nosso interesse em incluí-la neste trabalho, além do curso em São Paulo, pelos motivos já citados.

3.2.1 Aspectos éticos da pesquisa

Respeitando-se os padrões éticos em pesquisa com seres humanos, o projeto desta investigação foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, que considerou não existirem óbices éticos para a realização do estudo, uma vez que seriam apenas utilizados documentos públicos para o seu desenvolvimento.

3.2.2 Procedimento - Locais pesquisados

A coleta de dados relativa aos primeiros cursos ocorreu nos meses de junho, julho e agosto de 2004, após a solicitação, por meio de carta, de autorização para exame da referida documentação.

O próprio pesquisador visitou o Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), no Rio de Janeiro, em duas ocasiões (dias 14 e 15 de junho e 26 de julho de 2004), onde coletou dados sobre o primeiro curso técnico do Brasil e, foi autorizado a fazer cópias de documentos pertencentes ao seu acervo. Foram necessários esclarecimentos a dúvidas que surgiram no exame da documentação, que foram prestados pelas Profa. Dra. Vilma de Carvalho e Profa. Dra. Viviana Lanza-rini de Carvalho, enfermeiras, que haviam sido professoras do Curso Técnico de Enfermagem da EEAN, e que foram imediatamente anotados nos documentos.

Parte das informações sobre o primeiro curso do Estado de São Paulo foram encontradas na Diretoria de Ensino Centro Sul, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, após solicitação à sua dirigente. A complementação das informações contidas na documentação ali levantada foi obtida com os esclarecimentos dados por duas das ex-diretoras do curso, as Irmãs Cleamaria Simões e Fúlvia Perin, no dia 9 de setembro de 2004, em São Paulo, tendo-se feito igualmente anotações nos documentos.

Além disso, foi realizado o levantamento bibliográfico, manualmente e por meio eletrônico, sobre os temas explorados no estudo, conforme as necessidades surgidas durante o seu desenvolvimento, como por exemplo, a legislação pertinente, nas

bibliotecas da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Educação, da Faculdade de Direito, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, todas da Universidade de São Paulo e, também, na Biblioteca Virtual de Saúde - BIREME – OPAS - OMS.

3.2.3 Fontes de pesquisa

- 1) Enfermagem, Legislação e Assuntos Correlatos. São três volumes, publicados em 1974 (3ª edição), pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Serviços de Saúde Pública. Reúnem a legislação de Enfermagem no Brasil, desde 1832 até 1973.
- 2) Associação Brasileira de Enfermagem (1926–1976). Trata-se de Documentário que retrata a história da Associação no período, assinado pela Profª Drª Anayde Corrêa de Carvalho, docente da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Foi publicado em 1976 pela Associação Brasileira de Enfermagem.
- 3) Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956 a 1958. Pesquisa realizada e publicada pela Associação Brasileira de Enfermagem para investigar o quantitativo do pessoal de enfermagem e identificar as necessidades para o cuidado dos pacientes no período.
- 4) Estrutura e Funcionamento dos Cursos Supletivos de Qualificação Profissional na Área da Enfermagem. Obra publicada em 1979 pela

Secretaria de estado da Educação de São Paulo, da autoria da então conselheira Maria Bernadete Leme Monteiro (Irmã Maria da Imaculada). Apresenta a legislação do ensino supletivo, com enfoque para os cursos de Qualificação Profissional, em especial aquela da Enfermagem.

- 5) Parecer nº 171/66, C.E.P.M. Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.
- 6) Regimento Interno do Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Ana Néri da U.F.R.J. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.
- 7) Curso Técnico de Enfermagem - Quadro Geral de Movimentação de Alunos. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.
- 8) Escola de Enfermagem Ana Néri – U.F.R.J. Curso Técnico de Enfermagem – Grupo I. Ano 1968. Documento composto por: Elemento I - Plano Curricular e Carga Horária, Elemento II - Relação dos Docentes, Elemento III – Relação das Alunas Matriculadas, Elemento IV- Prova de Seleção, Sistema de Apuração do Rendimento Escolar e Critério para Avaliação do Estágio Supervisionado, e Elemento V - Dados Estatísticos. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.
- 9) Técnico em Enfermagem: Atividades Legais, Atividades Típicas, Conteúdo Curricular e Ementário das Matérias Profissionalizantes. Documento que se tornou a base da Publicação “Normas para Planejamento de habilitações no Ensino de 2º Grau. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

- 10) Quadro Curricular Básico – Habilitação: Técnico em Enfermagem. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.
- 11) Parecer nº 871/69, C.E.P.M., aprovado em 7-novembro-1969. (Proc. 721/69-C.F.E.). Ato autorizativo do Curso Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”.
- 12) Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” - Curso Técnico de Enfermagem: Regimento Interno – 1969 e Anexos do Regimento – Currículos. Acervo da Diretoria de Ensino Centro Sul (setor Escolas Extintas), da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
- 13) Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” - Quadro de Aproveitamento e Frequência do Curso Técnico, 3ª Turma, Ano Letivo: 1971. Acervo da Diretoria de Ensino Centro Sul (setor Escolas Extintas), da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
- 14) Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”. Histórico Escolar da aluna Antonieta Maria Giglio, datado de 16 de dezembro de 1970.
- 15) Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”. Diploma da aluna Antonieta Maria Giglio, datado de 01 de junho de 1970.

3.2.4 Análise dos dados

O método utilizado para a análise dos documentos foi inicialmente o da leitura compreensiva seguida do ordenamento por data e do agrupamento por convergência temática.

A seguir, reorganizamos este material em disposições variadas, até encontrarmos a composição por similaridade, cuja pertinência e estabilidade amparassem a estrutura do estudo.

Os documentos traduziram as falas dos agentes, que evidenciaram, além das concordâncias de opiniões e pensamentos, as contradições e as divergências, que tivemos o cuidado de expor, pois por meio destas foi possível verificar e compreender melhor a luta travada no campo.

4 OS ACHADOS

4 OS ACHADOS

4.1 Legislação do ensino do técnico de enfermagem

4.1.1 Histórico da educação profissional no Brasil

Antes de abordarmos o objeto de estudo, é necessário fazermos uma retrospectiva histórica da educação profissional brasileira, retornando aos tempos da colonização portuguesa no país, verificamos que o “ensino de ofícios^{iv}” era destinado aos indivíduos pertencentes às escalas inferiores da sociedade (porque ofício era considerado todo o trabalho feito com as mãos), como registrou Fonseca⁽⁴⁹⁾:

Quando nos primeiros tempos, os colonizadores portugueses ensinaram aos índios e, depois aos escravos, o manejo das ferramentas e a melhor maneira de, com elas, atender às necessidades de ordem material que o meio impunha, não o fizeram com o espírito de difundir a instrução, mas com a única idéia de passar a eles os encargos pesados que a vida rude daquela época obrigava (Fonseca apud Silva, 1997, p.18).

Os jesuítas não os incluíam em seu plano de ensino, que era destinado aos filhos de portugueses e tinha como foco principal os conteúdos literário, humanista e acadêmico^(50,51). Esses antecedentes fizeram com que o ensino de ofícios fosse desvalorizado desde o seu início.

^{iv} O termo ofício, como definido hoje, pode significar trabalho, cargo oficial, função, tarefa, incumbência, missão ou mister⁽⁴⁷⁾. O significado da palavra ofício é, entre outros, qualquer arte manual ou mecânica e, de acordo com a Constituição Brasileira, os termos profissão, ocupação ou ofício podem ser utilizados sem denotar hierarquia ou distinção de superioridade de uma pessoa com as demais, pois no seu art. 5º item XIII afirma que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer”⁽⁴⁸⁾.

No século XIX, a desvalorização continuou existindo e o ensino de ofícios passou a ser destinado também aos órfãos, pobres e desvalidos da sorte, tendo sido iniciado com a fundação e posterior ampliação do Seminário dos Órfãos de Salvador, no Estado da Bahia⁽⁵⁰⁾. Foram construídas, a partir da década de 1840, dez “Casas de Educandos e Artífices” e, por Decreto Imperial de 1854, os chamados Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, com o intuito primeiro de atender menores abandonados e assim diminuir a criminalidade e a vagabundagem⁽⁵¹⁾.

Em 1858 foi criado o Liceu^v de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, que inicia uma mudança para o ensino de ofícios, que passa a poder ser cursado por todas as classes sociais. Os Liceus apareceram em outras províncias como Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886), e tinham por princípio unir “a arte ao ofício, aliando a beleza à técnica”^(50, 51).

Outros fatores que colaboraram para a referida mudança foram: a revolução industrial, com a necessidade de produção em massa e trabalhadores especializados, a abolição da mão de obra escrava com o uso de homens livres para o trabalho e, ainda, a proclamação da República⁽⁵⁰⁾.

No início do século XX continuam a acontecer algumas mudanças, pois se iniciou um esforço público para a organização da formação profissional, com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio assumindo em 1906 a responsabilidade pelo ensino profissional. Foram então criadas escolas comerciais

^v Liceu, conforme o dicionário Houaiss⁽⁴⁷⁾, é o estabelecimento no qual é ministrado o ensino de nível médio ou o profissionalizante. Em Atenas, chamava-se liceu um dos seus principais ginásios, situado próximo a um templo que era consagrado a Apolo e onde Aristóteles ensinava Filosofia⁽⁵²⁾. A partir dessa época deu-se este nome a vários estabelecimentos de ensino⁽⁵³⁾.

em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades. Em 1910 foram instaladas as “Escolas de Aprendizes e Artífices”, que eram destinadas aos “pobres e humildes”, em várias Unidades da Federação e voltadas para o ensino industrial e, neste mesmo ano, foi reorganizado o ensino agrícola, tendo como objetivo a formação de “chefes de cultura, administradores e capatazes”. As escolas-oficina para a formação de ferroviários, que tiveram papel importante na história da educação profissional brasileira, também surgiram nesta mesma década⁽⁵¹⁾.

Na década de 1920, a Câmara dos Deputados propôs a expansão do ensino profissional para todos, pobres e ricos, e não apenas aos “desafortunados”. Para tal mudança foi criada uma comissão que concluiu seu trabalho na década de 1930, quando foram criados dois Ministérios: o da Educação e Saúde Pública e o do Trabalho, Indústria e Comércio⁽⁵¹⁾.

A partir da década de 1930 desencadeou-se o processo de urbanização e industrialização, que demandou profissionais especializados para a indústria, o comércio e os serviços⁽⁵⁴⁾. Em 1931, o então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos empreendeu reforma que ficou conhecida pelo seu nome, na qual deve-se destacar a regulamentação da organização do ensino secundário e do profissional comercial e, a regulamentação da profissão de contador. Deve-se evidenciar a sua importância por ter sido o primeiro instrumento legal que estruturava cursos com a idéia de itinerários de profissionalização⁽⁵¹⁾.

O texto da Constituição de 1937 (art. 129) tratou, pela primeira vez, das “escolas vocacionais e pré-vocacionais” como “um dever do Estado para com as classes menos favorecidas”. O Estado deveria ter a colaboração das indústrias e dos

sindicatos econômicos, os quais criariam escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou associados⁽⁵¹⁾.

Em face disto, a partir de 1942, foram baixadas as Leis Orgânicas da Educação Nacional:

- Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42);
- Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141/43);
- Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529/46), do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46)⁽⁵¹⁾.

A Constituição de 1937, além de possibilitar a formulação das Leis Orgânicas citadas, favoreceu também a criação de entidades especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, e a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas federais^(51,54).

As Leis Orgânicas da Educação Nacional traçavam como objetivo para o ensino secundário e normal a “formação de elites condutoras do país... dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação...” e para o ensino profissional a “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”⁽⁵¹⁾. Como podemos ver, existia uma divisão entre o acadêmico e o profissional, tendo este último um caráter assistencialista e não educacional como o primeiro, conferindo a tais leis uma marca elitista e

conservadora, que separava a classe dominante das classes populares e fazia cumprir a ideologia autoritária do Estado Novo e seu projeto de desenvolvimento de um capitalismo industrial.

Essa ideologia ia contra os ideais de democratização do ensino, defendida pelos ideários da Escola Nova, que preconizavam a organização de uma escola democrática, com oportunidades iguais para todos ⁽⁵¹⁾. O que podemos perceber, de um modo geral, é que o ensino secundário acadêmico prevalecia sobre o profissionalizante. Um motivo desta prevalência era o fato do ensino profissionalizante não possibilitar o acesso ao ensino superior.

Somente na década de 1950 iniciaram-se tentativas para equiparar os estudos acadêmicos aos profissionalizantes. A Lei Federal nº 1.076, de março de 1950, assegurou aos concluintes do primeiro ciclo dos cursos técnicos a possibilidade de seguir os estudos acadêmicos nos níveis superiores (curso clássico ou científico), desde que prestassem exames das disciplinas não cursadas. A Lei nº 1.821 de 1953 possibilitava a qualquer egresso dos cursos técnicos o direito de ingressar no curso superior, porém continuava a exigência de exames para a adaptação ⁽⁵¹⁾.

A real equivalência entre os cursos secundário e técnico somente aconteceu a partir da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 4.024/61 ⁽⁵⁵⁾. Esta lei determinou uma nova estrutura para a educação profissional, organizando-a segundo os setores industrial, agrícola e comercial, e dividindo-a em dois ciclos secundários: o ginásial, com duração de quatro anos, sendo correspondente hoje aos quatro últimos anos do ensino fundamental, e o colegial, com duração de três anos, correspondente hoje ao ensino de nível médio, direcionado para a formação específica na área profissional, com certificação que

permitia a continuidade de estudos no nível superior. Portanto, o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico, tanto do ponto de vista da equivalência quanto da continuidade de estudos, somente nos últimos 40 anos do século XX.

Segundo Almeida ⁽⁵⁴⁾, a implementação da indústria de base, a partir da segunda metade da década de 50 do século XX, acarretou a criação de uma diversidade de novos empregos, o que originou uma demanda efetiva por educação, isto é, formação de recursos humanos compatíveis com o sistema econômico. Até 1968 não havia sido dada uma solução para tal necessidade. A LDB/61 ⁽⁵⁵⁾ criara uma estrutura para a demanda requerida, porém o sistema educacional não conseguia atender às exigências do sistema econômico em expansão e nem mesmo às demandas da educação básica.

Após a implementação do regime militar em 1964 e de sua política de recuperação econômica houve aumento da demanda social pela educação, colaborando assim com o agravamento da crise do sistema educacional. De 1964 a 1968, tal crise se acentuou com contestações ao sistema educacional nos grandes centros urbanos, pelo grande número anual de excedentes, aprovados nos vestibulares, sem vagas suficientes nos cursos superiores ⁽⁵²⁾. Para a resolução desses problemas, Romanelli ⁽⁵⁶⁾ cita que foram adotadas, pelo governo, medidas práticas, como o aumento de vagas no ensino superior e medidas amplas caracterizadas pela reforma geral do ensino, na qual se insere a Lei Federal nº 5.692/71, de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus ⁽⁵⁾.

Esta lei instituiu a reforma do ensino de 1º e 2º graus e tornou obrigatória a profissionalização no 2º grau. A partir dela, a educação profissional deixou de ser limitada às instituições especializadas e passou a ser oferecida também nos sistemas

de ensino público estaduais. A qualidade de ensino das instituições especializadas não sofreu com tais modificações, porém os sistemas públicos de ensino não puderam oferecer uma educação de qualidade porque não receberam o apoio necessário para essa missão ⁽⁵¹⁾.

Essas situações foram atenuadas somente em 1982, com o surgimento da Lei Federal nº 7.044/82, que tornava facultativa a profissionalização no ensino de 2º grau e eliminava a dicotomia entre educação geral e formação especial ⁽⁵¹⁾.

A Lei Federal nº 9.394/96⁽⁵⁷⁾, LDB atualmente em vigor, altera a denominação de ensino de 1º e 2º graus para ensino fundamental e ensino médio, respectivamente. Define o último como uma etapa de consolidação da educação básica, complementar ao Ensino Fundamental, com duração mínima de três anos e que tem por finalidade a formação geral do educando. Não é mais obrigatória a profissionalização nesse nível de ensino. O ensino médio deve oferecer uma educação geral mais sólida, que venha a servir de base para a preparação profissional, quer no ensino técnico profissional no nível médio, quer no ensino profissional no nível superior. Seu Capítulo III, específico “da Educação Profissional”, compõe-se dos Artigos 39 a 42.

4.1.2 As origens e a necessidade de um nível intermediário na equipe de enfermagem

O primeiro momento em que foi cogitada a possibilidade da existência de um novo integrante na equipe de enfermagem aconteceu no ano de 1948. Em Carvalho⁽⁵⁸⁾, levantamos informações que mostram que, nesse ano, foi apresentado

um estudo no II Congresso Nacional de Enfermagem por Frances Helen Ziegler, diretora da Escola de Vanderbilt, nos Estados Unidos, e consultora de Enfermagem do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA)^{vi}, que aconselhou, especificamente para o Brasil, dois cursos com duração de três anos, mas com requisitos de ingresso diferentes. Um deles teria como exigência para ingresso o curso colegial e levaria ao grau de bacharel em Enfermagem. O outro, correspondendo ao curso técnico de enfermagem, requeria que o ingressante possuísse somente o diploma do curso ginásial.

Antes de continuarmos com a história do curso técnico de enfermagem, faz-se mister retornarmos no tempo para focalizar alguns acontecimentos relevantes da história da educação brasileira e da enfermagem.

No que se refere à história da educação brasileira e às várias reformas sofridas pela mesma, devemos ressaltar que as mudanças ocorreram de forma mais relevante a partir da década de 1930.

Fausto⁽⁶⁰⁾ (2002, p. 336-7) assinala que os dirigentes políticos dessa década

preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos Estados, o que correspondia ao figurino da República Federativa.

E que,

a partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. Em resumo, a educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930.

^{vi} O IAIA era o órgão de execução da política externa americana para a América Latina. Prestou assessoria ao superintendente do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), permanentemente, por meio de uma equipe americana multiprofissional. Em 1942, o IAIA enviou ao Brasília enfermeira Clara Louise Kieninger, que havia sido a primeira diretora da EEAN, com dupla missão: participar da implementação do Sesp na Amazônia e no Vale do Rio Doce, para tornar viável o acesso a materiais estratégicos à indústria bélica, e desenvolver atividades de cooperação técnica e financeira com escolas de enfermagem, de modo a reassumir a liderança e contribuir para legitimar a presença americana no interior do aparelho de Estado⁽⁵⁹⁾.

É nosso entendimento que a Enfermagem não fugiu aos moldes de ser conduzida por um grupo de líderes, constituído por Edith de Magalhães Fraenkel, Maria Rosa Sousa Pinheiro, Glete de Alcântara, Laís Netto dos Reys, entre outras, todas pertencentes à elite social e cultural da época.

Lembremos que Getúlio Vargas, eleito por voto indireto em 1930, permaneceu no poder como ditador, chefe de um governo provisório, até ser deposto em 1945. Durante o seu governo o Estado, no que diz respeito à sua atuação no setor educativo, estabeleceu relações íntimas com movimentos na sociedade, envolvendo educadores e a elite cultural. Resultantes daí, havia duas correntes básicas opostas: a dos reformadores liberais e a dos pensadores católicos. A primeira ratificava o papel primeiro do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo e sugeria o corte de subvenção do Estado às escolas religiosas, além da restrição do ensino religioso nas entidades privadas. Inversamente, a segunda corrente destacava o papel da escola privada, diferenciado segundo o sexo e pleiteava em favor do ensino religioso na escola privada e na pública⁽⁶⁰⁾.

O governo Vargas não assumiu completa ou explicitamente as idéias de nenhuma dessas correntes, porém inclinou-se pela católica. Teve na Igreja Católica Romana um importante suporte, representado pelo apoio da grande massa de população da mesma ao seu governo⁽⁶⁰⁾.

Não podemos deixar de assinalar aqui a luta simbólica travada por aqueles que detinham o poder, em forma de capital simbólico (cultural e social): os reformadores liberais e os pensadores católicos.

A influência da Igreja Católica Romana no Brasil foi sentida no campo da Enfermagem desde os tempos coloniais, em que ela detinha uma posição dominante no campo hospitalar⁽⁵⁹⁾.

Voltemos nossa atenção à Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, chamada Missão Parsons, composta por um grupo de enfermeiras norte-americanas, lideradas por Ethel O. Parsons (que detinha o cargo de Superintendente Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública). Tal grupo, que tinha uma visão de mundo de acordo com a ética protestante, veio ao Brasil com um plano para “laicização e profissionalização da enfermagem brasileira”, o que levou à implementação de uma escola de alto padrão em 1923, a atual Escola de Enfermagem Anna Nery⁽⁵⁹⁾.

O plano de tal Missão, evidentemente, não agradou à Igreja Católica Romana, que tomou as seguintes medidas, após a instituição do Padrão Anna Nery^{vii}: “buscar amparo legal para as religiosas que trabalhavam nos hospitais das irmandades e preparar-se para os novos tempos, encaminhando religiosas para obter o diploma de enfermeira” (Barreira, Sauthier e Baptista, 2001, p. 159).

No sentido de facilitar a formação de religiosas enfermeiras, em 1933 foi criada a Escola de Enfermagem Carlos Chagas em Belo Horizonte, a primeira escola governamental de orientação católica e também a primeira a ser equiparada à Escola Anna Nery, e que foi fundamental às ordens religiosas para a criação de suas próprias escolas⁽⁵⁹⁾.

^{vii} Por meio do Decreto nº 20.109⁽⁶¹⁾, a EEAN foi instituída como o padrão oficial para criação e reconhecimento de outras escolas de enfermagem no Brasil. No entanto, o referido decreto não trouxe referências ao profissional de nível médio.

A primeira diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas foi Laís Netto dos Reis. Ela foi também a diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, de 1938 até 1950. Barreira, Sauthier e Baptista⁽⁵⁹⁾, citando Gadotti, referem que sua nomeação para esse cargo “indicou a força de uma aliança com a Igreja Católica Romana, que servia como uma das bases de sustentação do governo Vargas, sob a alegação de que as reformas por ele empreendidas eram inspiradas na doutrina social da Igreja” (2001, p. 160). Ainda segundo estas autoras⁽⁵⁹⁾, ela era “católica fervorosa, defensora ativa das diretrizes da Igreja e nacionalista declarada” (2001, p. 169).

Edith de Magalhães Fraenkel foi a segunda e última a ocupar o cargo de Superintendente Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública ao substituir Ethel O. Parsons, de 1931 a 1940. Antes, havia concluído o Curso de Enfermagem nos Estados Unidos, com auxílio da Fundação Rockefeller, na Escola do Hospital Geral de Filadélfia e fora a primeira instrutora brasileira da Escola de Enfermagem Anna Nery. Foi também a primeira diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, desde o planejamento até a sua consolidação, ou seja, do início dos anos de 1940, até 1951⁽⁵⁸⁾. Segundo Barreira, Sauthier e Baptista⁽⁵⁹⁾, ela era “positivista, feminista e americanista” (2001, p. 169).

Essas duas enfermeiras, líderes incontestes da Enfermagem, eram, portanto, pessoas de características totalmente opostas, de acordo com a autora.

Em artigo que discute o processo de organização das enfermeiras diplomadas brasileiras em grupos concorrentes e suas lutas simbólicas, pela imposição de certas visões de mundo às diretrizes da vida associativa (da ABEn) e para impor suas concepções do que deveria ser a enfermeira e a enfermagem neste país, Barreira, Sauthier e Baptista⁽⁵⁹⁾ consideram:

- “em seus primórdios, as referências oficiais da Escola Anna Nery foram as da enfermagem americana”, conseqüentemente, também o foram as da associação, criada e mantida na escola por cerca de vinte anos;
- “a partir de 1938, no contexto da passagem da última diretora americana para a primeira diplomada pela Escola Anna Nery, esta muda radicalmente de posição, devido a uma forte aliança com a Igreja Católica e com o governo”;
- na década de 1940, a presença de enfermeiras americanas no Brasil, “agentes do Iaia/Sesp, acirraram os antagonismos no campo da enfermagem, que se dividiu em grupos rivais: escolas de ordens religiosas ou de orientação católica, lideradas pela Escola Anna Nery da Universidade do Brasil; e escolas de enfermagem e serviços federais de saúde que concentravam recursos e facilidades, financiadas pelas agências americanas, lideradas pela EEUSP, que se constituíram desde logo em um padrão concorrente ao padrão Anna Nery”; e
- “as diferenças doutrinárias existentes entre” Laís Netto dos Reis e Edith de Magalhães Fraenkel, “colocaram-nas em posições antagônicas no campo da Enfermagem. Não obstante, sua articulação... em torno de objetivos profissionais comuns, permitiu avanços...” para a Enfermagem.

Podemos depreender desses fatos o estabelecimento de lutas simbólicas no campo da Enfermagem entre a Igreja Católica Romana e a Enfermagem instituída nos moldes anglo-americanos, dos Estados Unidos e, por conseqüência, entre Enfermagem dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Tão bem ilustra tal contenda, o fato ocorrido durante uma conferência realizada em novembro de 1943, para a qual Laís Netto dos Reis, na qualidade de presidente do Conselho de Enfermagem do Ministério de Educação e Saúde, convocou as diretoras de escolas de enfermagem para o estudo dos problemas nacionais de enfermagem, no Brasil, da qual, segundo Barreira, Sauthier e Baptista⁽⁵⁹⁾, nenhuma enfermeira estrangeira participou.

O vasto programa deveria ser apresentado por dezesseis expositoras, das quais pelo menos catorze se caracterizavam por sua orientação católica. Lays Netto dos Reis estabeleceu como diretriz central para a discussão as necessidades nacionais de enfermagem e como conceito para nortear os trabalhos, o de que: **Enfermagem é a função de assistir ao doente, defender a saúde e a vida.** Declarou ela também ser finalidade do Congresso apoiar o renascimento da Associação Católica de Enfermeiras, criada em 1929.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos, madre Domineuc defendeu uma concepção de escola de enfermagem no interior da qual se formaria um *habitus* profissional de enfermeira “com jeito de freira” (Grossi, 1989). O programa mínimo para as Escolas de Enfermagem, apresentado por madre Domineuc, foi rejeitado por Edith de Magalhães Fraenkel, que opinou exigir o assunto discussão ponto por ponto e, referindo-se às escolas norte-americanas, foi de parecer de que não se deveria desprezar 80 anos de experiência de um país com 240 mil enfermeiras. (2001, p.163)

Se transportarmos estas questões para o campo do ensino de nível médio de enfermagem, vamos notar que as duas primeiras escolas a implantarem o curso técnico de enfermagem no Rio de Janeiro e a primeira a fazê-lo em São Paulo, eram dirigidas pela Igreja Católica Romana. Daí o fato de termos feito a escolha, para o presente estudo, de duas escolas, uma do Rio de Janeiro e uma de São Paulo, que se tornaram emblemáticas, não só da luta de poder (econômico, social e cultural) existente nesse eixo, como também da disputa entre o pensamento daqueles que adotavam as diretrizes da Igreja de cunho nacionalista e o grupo favorável a uma estreita cooperação Brasil-Estados Unidos, que buscava a laicização da enfermagem.

Fazemos aqui um parêntesis, para comentar que a ABEn vem sendo e será largamente citada neste estudo, dada a sua relevante e constante participação na História da Enfermagem e, também, porque principalmente nela podemos visualizar as lutas próprias do campo, da teoria de Bourdieu. De fato, segundo Barreira, Sauthier e Baptista⁽⁵⁹⁾, a Associação “se constituiu no *locus* primordial onde se definiram as posições e as disposições nesse campo profissional, ou seja, onde se deram as lutas pela enunciação do discurso autorizado sobre a enfermagem brasileira” (2001, p. 158).

A Lei n° 775⁽⁶²⁾, de 06 de agosto de 1949, dispunha sobre o ensino de Enfermagem no país. Foi originada do Projeto de Lei n° 92-A/48, considerado pelas enfermeiras educadoras de grande importância, porém possuidor de pontos falhos. Este projeto recebeu muita atenção da Divisão de Educação da ABEn, na época chamada Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), que o analisou, propôs emendas consideradas necessárias e estudou o currículo mínimo e o regime escolar dos cursos previstos, o de Enfermagem e o de Auxiliar de Enfermagem⁽⁵⁸⁾.

Para tanto, a Divisão de Educação compôs a denominada “Comissão de Currículo” com Laís Netto dos Reis - diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery (presidente), Irmã Matilde Nina - diretora da Escola de Enfermagem Luíza de Marillac, Aurora A. Costa e Zaíra Cintra Vidal - docentes da Escola de Enfermagem Anna Nery e Maria Rosa S. Pinheiro – diretora do Sesp. Eram assessoradas por Ella Hasenjaeger – representante do Iaia - e contavam também com Edith de Magalhães Fraenkel - presidente da ABED e diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - e Irmã Helena Maria Villac - presidente da Divisão de Educação da ABED. A partir desta Comissão foram formadas subcomissões, cujas presidentes

indicadas pertenciam aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e às quais foi designada a determinação da carga horária da teoria e do estágio de cada disciplina e do conteúdo das unidades do programa⁽⁵⁸⁾.

As conclusões destes estudos foram apresentadas em abril de 1949 à Divisão de Educação da ABED. O Projeto foi aceito, excetuando-se o Art. 20, que versava sobre a obrigatoriedade do funcionamento de cursos de Auxiliar de Enfermagem em todo centro universitário ou na sede de faculdades de Medicina. A Lei 775/49⁽⁶²⁾ preservou este artigo em sua forma original⁽⁵⁸⁾. O Decreto regulamentador dessa Lei é o de nº 27.426⁽⁶³⁾, de 14 de novembro de 1949.

A Lei dispunha que o ensino de enfermagem compreendia dois cursos: o curso de enfermagem, de 36 meses, e o de auxiliar de enfermagem, de 18 meses. Para o ingresso no curso de enfermagem requeria-se a conclusão de curso secundário, e para o de auxiliar bastava o certificado de conclusão do curso primário que, na época, durava quatro anos.

Havia um espaço entre o curso de graduação em enfermagem e o de formação do auxiliar de enfermagem, pois um se encontrava em nível superior e o outro no nível primário. Nesse espaço intermediário caberia o nível médio, referido como curso de grau médio ou técnico, por Resende⁽⁶⁴⁾, ou o “técnico de grau médio”, conforme a LDB/61⁽⁵⁵⁾.

A Lei nº 775/49⁽⁶²⁾ determinava que em cada centro universitário ou faculdade de medicina deveria haver uma escola de enfermagem, com os dois cursos (art. 20) e que as escolas oficiais de enfermagem seriam autorizadas a manter os cursos de formação dos enfermeiros e dos auxiliares de enfermagem (art.16, §12).

Conforme Carvalho⁽⁵⁸⁾, o curso de auxiliar de enfermagem era aceito pelos enfermeiros, que reconheciam a sua necessidade. A Lei nº 775/49⁽⁶²⁾ deu amparo legal para o ensino de Enfermagem em nível de 1º Grau, já existente desde o ano de 1941, determinando os requisitos mínimos para a organização e o funcionamento dos cursos de Auxiliar de Enfermagem, objetivando o preparo de pessoal para auxiliar os enfermeiros, em âmbito hospitalar. Nas palavras da autora:

Era uma aspiração da classe que reconhecia a valiosa contribuição que os elementos auxiliares vinham prestando, a necessidade imprescindível de sua utilização e a importância de um preparo bem planejado para o atendimento da população necessitada de assistência.

Carvalho⁽⁵⁸⁾ afirmou que essa Lei não constituía, para o ensino de Enfermagem, a meta final desejada pela ABED e que a sua regulamentação certamente exigiria alteração nos programas elaborados e, conseqüentemente, levariam a Divisão de Educação e a Comissão de Legislação a trabalharem em busca de soluções mais adequadas e coerentes “com os interesses de uma classe que, tendo escolhido como paradigma a enfermagem norte americana, que se encontrava cinquenta anos à sua frente, desejava evoluir com alguma pressa (1976, p. 129).”

De acordo com Barreira, Sauthier e Baptista⁽⁵⁹⁾, porém, a Lei 775⁽⁶²⁾ agradou às Escolas de Enfermagem inseridas nas universidades, pois determinou:

a cessação da exigência de equiparação das escolas ao ‘modelo ana neri’, passando a autorização e a avaliação das novas escolas a ser atribuído ao Ministério da Educação e Saúde e o reconhecimento afeto à Presidência da República (2001, p. 167)

Alcântara⁽⁶⁵⁾ referiu que apesar desta Lei determinar a exigência de conclusão do curso secundário para a admissão nas escolas de graduação em enfermagem, permitiu a matrícula de candidatos somente com certificado de conclusão do curso ginásial por mais sete anos, portanto, até 1956. A autora relatou a pressão exercida

por grande número de escolas, o que levou a nova prorrogação do prazo até 1961, pois “temia seu colapso diante da impossibilidade de recrutamento de candidatas que preenchessem as novas exigências educacionais” (1963, p. 97).

Pinheiro⁽⁶⁶⁾ também comenta essa dilatação de prazo, afirmando que tal fato agradou a maior parte das diretoras de escolas “receosas de uma diminuição da procura pelo curso” (1962, p. 439)

Como podemos verificar, quando do advento da Lei nº 775/49⁽⁶²⁾, essa exigência não estava ainda sendo cumprida, assim como não se a satisfazia no início da década de 1960, quando o curso técnico de enfermagem estava na iminência de ser implantado, pelo advento da LDB nº 4024/61⁽⁵⁵⁾. Alcântara⁽⁶⁵⁾ relata que algumas escolas universitárias elevaram seus requisitos para a matrícula ao nível dos demais estabelecimentos de ensino superior. A autora cita a Escola de Enfermagem da Bahia, que o fez em 1957 e a da Universidade de São Paulo, em 1958 (1963, p. 97).

Cabe aqui lembrarmos que o ensino da “Enfermagem Moderna” no Brasil foi estabelecido nos termos de uma carreira de nível universitário, nos moldes daquele ensinado nos Estados Unidos, com a criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1923. Daí, a exigência do Curso Normal ou equivalente para o ingresso nessa escola, além daquela de duração dos cursos de dois anos e quatro meses e da de opção por cursos eletivos⁽⁶⁷⁾.

De acordo com Alcântara⁽⁶⁵⁾, estas exigências derivam do Relatório Goldmark, que influenciou a educação da enfermagem nos Estados Unidos e nos países por eles influenciados. Quanto ao Brasil, a autora refere que “a orientação que as enfermeiras norte-americanas imprimiram à Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de

Saúde Pública indicou claramente a influência exercida pelo Relatório Goldmark” (1963, p. 23).

O referido relatório é um estudo sobre a educação de enfermagem norte-americana, iniciado em 1919 e publicado em 1923, cujo objetivo foi a avaliação da enfermagem. Gerou recomendações destinadas à uniformização do ensino nas escolas americanas.

Carvalho⁽⁵⁸⁾ faz outras citações em seu Documentário sobre a ABEn, relevantes ao nosso estudo. Uma delas é o estudo “Funcionamento, duração e currículo do curso de Auxiliar de Enfermagem”, realizado por Haydée Guanaes Dourado, em colaboração com Izaura Barbosa Lima, em 1950, apresentado no IV Congresso Nacional de Enfermagem e, posteriormente, em janeiro de 1951, publicado na Revista Anais de Enfermagem, no qual foi estudada a possibilidade de articulação de cursos, permitida por lei e recomendada pelo Ministério da Educação e Saúde. A autora desse artigo, Haydée Guanaes Dourado, era de opinião que a melhor solução para a Enfermagem poderia ser o ensino em três níveis. É citado, ainda, o editorial dessa mesma revista, de julho de 1952, assinado por Dourado, em que a mesma sugeriu à ABED, que aquele era o momento oportuno para se realizar um estudo detalhado sobre a opinião dos enfermeiros a respeito do ensino de enfermagem, pois se sabia que, no Congresso Nacional, os legisladores haviam iniciado discussões acerca das Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde 1949, em obediência à Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, que determinava que uma das competências da União era legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. O projeto de tais diretrizes estabelecia três níveis de ensino: o auxiliar, para aqueles que possuíam o curso primário, o técnico, para os possuidores do primeiro ciclo do

curso secundário (ou quatro anos de ginásio) e o superior, para aqueles que já haviam cursado o curso secundário completo.

Na década de 1950 o governo promoveu várias medidas destinadas ao estímulo do desenvolvimento econômico, com destaque para a industrialização⁽⁶⁰⁾. Em consequência, houve ampliação do parque industrial, que acrescida do crescimento da população urbana e previdenciária e da perda da importância das políticas públicas de Saúde Pública, levou ao fortalecimento da atenção médica individualizada, voltada agora para o corpo do trabalhador, visando à manutenção e restauração de sua capacidade produtiva. Por efeito desses acontecimentos, sobreveio a proliferação da rede hospitalar com maior número de trabalhadores, que deveriam ter preparo específico para o exercício da profissão, a qual proporcionou novo espaço para a atuação da Enfermagem⁽³⁾.

O governo de Juscelino Kubtschek, de 1956 a 1960, promoveu amplo incentivo à atividade do Estado no setor de infra-estrutura e na industrialização, ao mesmo tempo em que adotou abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes amplas facilidades⁽⁵⁸⁾. Conseqüentemente, na década de 1960, ocasionado pela evolução do complexo médico-industrial, houve o aumento do consumo de bens e de serviços de saúde. Estes fatos, associados à legislação educacional desta década e da seguinte, levaram à criação dos cursos técnicos de enfermagem.

Continuamos retratando a história da enfermagem, com outra contribuição relevante de Carvalho⁽⁵⁸⁾: a citação da carta de Dourado a Marina de Andrade Resende, datada de dezembro de 1952, onde se lia:

Tive a impressão, pelas opiniões de Maria Rosa S. Pinheiro, Waleska Paixão e Glete de Alcântara, que é cedo para trazermos os três níveis. Maria Rosa argumenta que mesmo nos Estados Unidos, Esther L. Brown não está convicta da necessidade desse nível abaixo do universitário e acima do auxiliar. Waleska e Glete acham que o nível técnico (três anos depois do ginásio) devia esperar mais um pouco; três níveis podem confundir o público.

Acho que poderemos continuar a dar o melhor de nossos esforços para preparar pessoal de grau médio; acho que é mais certo ficarmos uma década mais formando o auxiliar (com curso de dois anos, ou com curso básico de auxiliar de enfermagem de quatro anos). Desenvolver todos os nossos esforços para o curso superior ficar, de fato, superior. Depois desta cristalização, aí tentaremos legislar sobre o técnico (1976, p. 180).

O Conselho Internacional de Enfermeiras solicitou contribuição da ABEn para a IX Assembléia Mundial de Saúde, que se realizaria em 1956, relacionada ao tema “Enfermeiras, seu preparo e seu papel nos programas de saúde”, que tinha, entre seus tópicos, um que questionava sobre as condições e atitudes que deveriam ser modificadas para que os enfermeiros pudessem desempenhar seu papel no futuro. Dentre as várias propostas de solução apresentadas pelo grupo designado para a discussão do tema, estava a de criação de curso de Enfermagem de outro nível, diferente dos previstos na Lei 775/49, o curso de nível médio de Enfermagem⁽⁵⁸⁾.

A Assembléia Geral da ABEn, que hoje corresponderia à Assembléia Nacional de Delegados da Associação, realizada no VIII Congresso Nacional de Enfermagem em 1955, aprovou a recomendação número 4, para que a ABEn estudasse a conveniência, em lei, de outro nível de curso de enfermagem, além dos dispostos na Lei nº 775/49. Tal assembléia considerava que o cumprimento do artigo 5º^{viii} poderia levar à diminuição do número de candidatas às escolas de Enfermagem. A Comissão de Educação da ABEn, seguindo tal recomendação, realizou reuniões, no

^{viii} Art. 5º Para a matrícula no curso de enfermagem era exigido, além dos documentos relacionados no art. 4º, o certificado de conclusão do curso secundário.

ano de 1956, que resultaram na formulação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2991/53, o qual estenderia por mais sete anos o prazo para a exigência de curso secundário aos ingressantes do curso de Enfermagem. A Lei nº 2995/56, porém, prorrogou por apenas mais cinco anos tal exigência⁽⁵⁸⁾.

O Projeto de Lei nº 3082/57 seguia diretriz que se baseava em oferecer aos jovens a profissionalização em enfermagem com diferentes níveis de escolaridade. O curso técnico de enfermagem, definido no Projeto, seria de nível médio, correspondente ao ciclo colegial ou segundo ciclo secundário, teria como exigência para ingresso o curso ginásial ou equivalente, com três anos de duração e conferiria o título de assistente de enfermagem⁽⁵⁸⁾.

Na perspectiva de avaliar o impacto que o ensino de tal natureza poderia trazer, o Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956/1958⁽⁶⁸⁾, realizado pela Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, para atender à aspiração da classe de enfermeiros, traduzida como resolução do VII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em São Paulo, em agosto de 1954, teve como objetivo central colher dados que permitissem à ABED planejar e melhorar os serviços de enfermagem prestados ao público do país.

Para Secaf e Sanna⁽⁶⁹⁾ este documento “é um valioso testemunho dos valores e práticas de pesquisa da Enfermagem brasileira da época [...] provavelmente com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da Enfermagem e controlar o exercício da profissão, entre outros motivos...” (2003, p. 315). Concordamos com as autoras, que evidenciam ter havido “forte influência de trabalhos de mesma natureza, realizados nos Estados Unidos” (2003, p. 315). Além de influenciar na sua realização, este país

também participou, por meio das fundações W. K. Kellogg e Rockefeller, com parte do financiamento para o referido estudo.

O Relatório Final foi publicado em inglês pelas entidades financiadoras e divulgado em português em cópias mimeografadas, em número reduzido, e distribuídas para as líderes da Enfermagem, sendo efetivamente publicada em português somente em 1980⁽⁶⁹⁾.

O Levantamento realizou uma pesquisa quantitativa do pessoal de enfermagem e identificou as necessidades para o cuidado dos pacientes e verificou que havia um grande déficit de profissionais nos estabelecimentos hospitalares, tanto quantitativo quanto qualitativo. O déficit numérico era de cerca de 4500 enfermeiros e 74500 membros auxiliares. O pessoal que trabalhava em enfermagem nos hospitais brasileiros estava assim constituído: 7,5% enfermeiros, 12,7% práticos de enfermagem, 5,4% auxiliares de enfermagem, 2,4% parteiras e enfermeiras obstétricas, 1,2% parteiras práticas e 70,8% atendentes de enfermagem. A média anual de diplomação total das escolas brasileiras era de 319 enfermeiros, portanto, muito aquém da necessidade estimada, além de demonstrar pequena procura pela profissão⁽⁶⁸⁾.

No Relatório Final foram feitas várias recomendações a diversos órgãos ligados à Educação e à Saúde e, dentre elas, esta para o Ministério da Educação e Cultura:

que continue a dar diretrizes para que o ensino de enfermagem seja estabelecido em três níveis, superior, médio e auxiliar, visando o preparo de pessoal de enfermagem para funções que se distribuem em escala decrescente de complexidade (1980, p. 45).

Dentre as recomendações feitas à própria ABEn, citamos as de números:

39. que, levando em consideração a escala decrescente de responsabilidade do pessoal de enfermagem, faça um estudo sobre o currículo dos três níveis de curso, superior, médio e auxiliar, no qual sejam incluídas cadeiras e disciplinas de cultura geral e profissional com

especial atenção às ciências sociais, sua correlação e seriação, a inclusão dos aspectos sanitários e sociais nas disciplinas, os estágios necessários para efeito de reconhecimento da escola e a sua duração aproximada, e os requisitos mínimos dos campos de estágio;

40. que promova um estudo sobre as áreas que necessitam e comportam curso médio de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem e elabore plano de execução gradativa para a instalação desses cursos (1980, p. 50).

Face ao exposto, podemos depreender que a Associação, àquela época, percebia a necessidade de um estudo mais aprofundado e completo sobre um profissional que viria a ocupar o espaço entre o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem: o técnico de enfermagem.

Em Carvalho⁽⁵⁸⁾ constatamos que as discussões da ABEn a respeito da formação diversificada do pessoal de enfermagem em três níveis continuaram 1963. Havia enfermeiras educadoras com opiniões a favor e contrárias à formação de enfermagem nesse nível. As favoráveis temiam que outra área de conhecimento se apossasse da vaga deixada pela Enfermagem nessa faixa de ensino. As desfavoráveis tinham dúvida quanto à necessidade de um novo membro na equipe de enfermagem, para o qual não havia previsão definida de atuação.

Em outubro de 1960, Marina de Andrade Resende⁽⁶⁴⁾, presidente da ABEn (1958 - 1962), apresentou um documento básico sobre o ensino da Enfermagem, em encontro de educadores promovido pela Confederação Nacional da Indústria, SESI e SENAI. Nele, discutiu a necessidade de criação de cursos de grau médio ou técnico e afirmou que o curso de auxiliar de enfermagem poderia vir a ocupar a metade superior do curso de nível ginásial (que correspondia ao que é atualmente o ensino fundamental) e que o enfermeiro ocuparia o nível superior, compondo assim dois níveis de ensino para a Enfermagem. Carvalho⁽⁵⁸⁾ apresenta as palavras de Resende, que ao citar o Projeto de Lei nº 3082/57, questionou a sua real necessidade:

Estaria ele correspondendo a uma verdadeira necessidade ou estaria contribuindo para a permanência de uma tradição de aproveitamento de um corpo docente que não progrediu e não se capacitou para arcar com a responsabilidade de um ensino superior? (1976, p. 182)

Após a discussão do documento básico apresentado, a maioria das educadoras de Enfermagem presente manifestou-se contrária ao estabelecimento de um outro nível de ensino para a Enfermagem⁽⁵⁸⁾.

Em março de 1961, a Comissão de Educação da ABEn realizou reunião com as 27 diretoras de escolas de Enfermagem do país, para discutirem um substitutivo ao Projeto de Lei nº 2684/60, que propunha uma nova prorrogação do prazo para as escolas receberem candidatos apenas com o curso ginásial, excetuando-se aquelas integrantes ou agregadas a universidades oficiais. Dezesete delas votaram pela retirada do Projeto. Na reunião, foi também discutida a adoção dos três níveis de ensino na Enfermagem, proposta no Projeto de Lei nº 3082/57 e ainda em discussão. As 27 diretoras presentes votaram pelo nível superior, 20 delas pelo curso superior e o de auxiliar de enfermagem, 6 pelos três níveis e uma pelos níveis superior e técnico⁽⁵⁸⁾. Destaque-se que somente seis diretoras votaram pelos três níveis.

Em dezembro de 1961 foi publicada a Lei nº. 4024⁽⁵⁵⁾, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que considerava a formação técnica de suma importância para o desenvolvimento do país. Esta Lei teve papel decisivo na criação do curso técnico de enfermagem, no ano de 1966, pois definiu, de maneira inequívoca, três níveis de ensino para a educação nacional: primário, médio e superior. Seu Artigo 34 determinava que o ensino médio seria ministrado em dois ciclos: o ginásial e o colegial, e abrangeria, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

A ABEn participou ativamente na definição do parágrafo único do Artigo 47 dessa lei, por meio do trabalho de um grupo de enfermeiras educadoras liderado por suas presidentes, Maria Rosa Sousa Pinheiro (nos anos 1954 a 1958) e Marina Andrade Resende (de 1958 a 1962), pela presidente da Comissão de Legislação, Haidée Guanaes Dourado e pela presidente da Comissão de Educação, Glete de Alcântara. O artigo estabelecia que o ensino técnico de grau médio abrangia os cursos das áreas industrial, comercial e agrícola, nas quais não podia ser incluída a Enfermagem. O parágrafo único veio para corrigir esta falta, pois determinou que “Os cursos técnicos de nível médio, não especificados nessa lei, seriam regulamentados nos diferentes sistemas de ensino”, que eram constituídos pelas Secretarias Estaduais de Educação (para conseguir a oportunidade de colocar nas mãos dos deputados a sugestão da ABEn correspondente ao parágrafo único, as enfermeiras permaneceram presentes no expediente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados por dez dias, num total de cinquenta horas. O Deputado Lauro Cruz foi quem aceitou tal sugestão e lhe deu a redação final)^(58,70).

Com a Lei nº 4.024/61⁽⁵⁷⁾ em início de vigência e, portanto, ainda em fase de adaptação, havia um grupo de enfermeiras que debatia a conveniência de haver os três níveis de ensino na enfermagem (prosseguimento da discussão do Projeto de Lei n.º 3.082/57). O grupo era composto, em sua maioria, por enfermeiras de postos de administração e direção e, aquelas que se manifestavam a favor entendiam que os cursos técnicos de enfermagem seriam implantados de qualquer maneira, pelos seguintes motivos:

o fato do projeto ter-se originado de mensagem do presidente da República; os serviços de Enfermagem necessitavam de maior número de profissionais, incluindo o pessoal de nível técnico; as pressões do auxiliar de enfermagem que aspirava a ocupar a faixa dos cursos de segundo

ciclo, e as diretrizes da política educacional do Governo (Carvalho, 1976, p. 183).

O Parecer nº 279⁽⁷¹⁾ do Conselho Federal de Educação, de 16 de novembro de 1962, e a Portaria Ministerial, de 4 de dezembro de 1962^{ix}, estavam relacionados ao último motivo, as diretrizes governamentais.

O Parecer nº 279/66⁽⁷¹⁾ acenou para a criação do curso técnico de enfermagem, sem ainda lhe dar esta denominação e, sim, Escolas Médias de Enfermagem, como podemos verificar nas palavras de seu relator, o Conselheiro Clovis Salgado:

Escolas de Enfermagem acessíveis a portadores de curso ginasial, tal como se vinha fazendo nas Escolas de Enfermagem até 1960. Não existem no momento, mas podem ser organizadas, criadas, autorizadas e fiscalizadas pelos Estados e Distrito Federal, dentro da competência do art.16 da Lei de Diretrizes e Bases, e sob a inspiração do art. 34 da Lei. Deverão chamar-se Escolas Médias de Enfermagem. Permito-me dizer que isso será conveniente, para substituir gradativamente os cursos de Auxiliares de Enfermagem.

A Portaria Ministerial, em seu Art. 3º, estabeleceu:

A carreira da Enfermagem constituirá objeto de estudo do Conselho Federal de Educação, estabelecendo a correspondência entre os cursos técnicos de nível ginasial, colegial e superior e as prerrogativas de auxiliar e enfermeiro.

E o parágrafo único do seu Art. 4º garantiu:

Os estudos, referidos nos artigos 3º e 4º ora expressamente solicitados ao Conselho Federal de Educação, serão em forma de anteprojetos, a serem encaminhados ao Governo e ao Congresso.

Conta-nos Carvalho⁽⁵⁸⁾ que, em fevereiro de 1963, a Presidente da Comissão de Legislação, Haydée Guanaes Dourado, encaminhou à Diretoria de Ensino Superior e à Chefia da Seção de Ensino e Organização, parte de trabalho denominado “Observações sobre o ensino da enfermagem auxiliar no país”, que tratava de

^{ix} Homologou o currículo mínimo de vários cursos superiores, dentre eles o de Enfermagem.

substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3.082/57, aprovado pela Assembléia Geral da ABEn, em 1963. Versava sobre as “Providências para a criação de profissionais de enfermagem de nível colegial” e trazia sugestões para os cursos técnicos de enfermagem:

Secundando o esforço do Ministério da Educação e Cultura a fim de introduzir um profissional de enfermagem de nível colegial, o qual consta do Projeto de Lei n.º 3.082/57, do Poder Executivo, a ABEn elaborou a 22 de janeiro de 1963 e remeteu à Comissão de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados, um estudo solicitando que fosse emendado o projeto, a fim de satisfazer às necessidades dos campos de trabalho respectivos e às aspirações de progresso dos profissionais médios de enfermagem. Deseja a ABEn três níveis de curso: manutenção dos atuais, o nível superior e o de auxiliar de enfermagem; e a criação de curso intermediário, possivelmente de três anos letivos, para formar possivelmente em dois anos, o técnico para a enfermagem hospitalar e um terceiro ano adicional, o da enfermagem obstétrica e de saúde pública. A duração e o currículo mínimo é desejável que sejam inicialmente aprovados por órgão nacional garantindo-se a validade do título de Técnico de Enfermagem em todo o país [...] (1976, p. 184).

Dourado⁽⁶⁸⁾ afirma no ano de 1965 que, em 1950, quando o esquema de três níveis para a formação do pessoal de enfermagem foi apresentado no congresso anual da ABED, não havia, no país, condições sociais que o favorecessem, como em 1965, tais como:

- não havia dispositivo legal que incluísse o enfermeiro na categoria dos profissionais liberais e técnico-científicos embora, à época, a profissão de enfermeiro estivesse confirmada legalmente, de uma vez por todas, no nível universitário;
- em 1950 não havia carência tão aguda de técnicos quanto em 1965, dado o ritmo de desenvolvimento do país;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, constituía-se em imperativo legal para o desenvolvimento dos cursos de formação de pessoal médio de enfermagem;

- em 1965, uma das tendências das sociedades industriais urbanizadas era a regulamentação, com critérios objetivos, dos direitos e deveres de todas as ocupações, da divisão de trabalho e comparação de regalias - níveis de salário, esquemas de curso, segundo a LDB, e “a distribuição eqüitativa” que estava fazendo falta à Enfermagem.

A reunião da Diretoria da ABEn em março de 1965 foi marcada por intensas discussões causadas pela aprovação dos Pareceres nº 85/65 e nº 30/64, dos Conselhos Estaduais de Educação do Estado da Guanabara e de Pernambuco, respectivamente, que tratavam da criação de cursos de Enfermagem em nível colegial. Os membros da Diretoria tinham opiniões muito divergentes. Aqueles que argumentavam contra a criação do Curso Colegial de Enfermagem, o faziam com fundamentos no conhecido ensino carente oferecido por algumas escolas de níveis superior e médio de primeiro ciclo, devido à insuficiência de recursos financeiros com que contavam. Entendiam que as novas escolas criadas, provavelmente, estariam nessa mesma condição. Os favoráveis viam a questão como fechada: “os conselhos Estaduais de Educação têm o direito de estruturar esses cursos e não há dúvida de que eles vão aparecer; logo, é melhor que a ABEn estude uma forma de estruturá-los de uma maneira menos prejudicial”. A presidente Circe de Melo Ribeiro (1964-1968), sugeriu que a Associação se declarasse “contra o estabelecimento do ensino neste nível, pelo menos no momento”, e era da opinião de que o assunto deveria ser estudado pelas Comissões de Educação e de Documentação e Estudos. Foi então formada comissão especial para estudar o assunto, composta por Amália Corrêa de Carvalho – docente da Escola de Enfermagem da USP, Clarice

Ferrarini – diretora da Sub-divisão de Enfermagem do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e Irmã Maria Gabriela Nogueira – Vice-presidente da ABEn, sob a presidência de Glete de Alcântara – diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP (Carvalho, 1976, p. 185).

Em julho de 1965, na Assembléia Geral da Associação, foram aprovadas duas recomendações:

- ao Conselho Federal de Educação, para aprovar um currículo de curso colegial para a Enfermagem no sistema federal de ensino;
- à ABEn, para apresentar sugestões sobre a criação e organização estrutural e didática desses cursos aos Conselhos Federal e Estaduais de Educação e Cultura⁽⁵⁸⁾.

Em setembro, nova comissão foi constituída para estudar as questões relacionadas ao ensino do nível médio colegial de Enfermagem, tendo Glete de Alcântara como presidente e, como membros Irmã Maria Gabriela Nogueira e Zaíra Bittencourt – professora da Escola de Enfermagem da USP⁽⁵⁸⁾.

A Associação, por recomendação do XVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, de 1965, solicitou ao CFE a aprovação do currículo mínimo do curso técnico⁽⁵⁸⁾.

Nesse ano houve também as recomendações à ABEn, emanadas do II Congresso Brasileiro de Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem, para que solicitasse, urgentemente, ao Conselho Federal de Educação a regulamentação do curso colegial de Enfermagem no Sistema Federal de Ensino, para que orientasse suas seções estaduais para enviarem contribuições sobre o curso aos respectivos conselhos

estaduais e para que fosse feita uma revisão da lei do exercício profissional, com o objetivo de definir as atribuições dos membros da equipe de Enfermagem. Houve, também, a recomendação às escolas de que as disciplinas específicas de Enfermagem fossem lecionadas somente por enfermeiros⁽⁵⁸⁾.

A ABEn encaminhou solicitação de regulamentação do curso ao Conselho Federal de Educação, acrescida da justificativa, elaborada por sua Comissão de Educação, de que havia falhas graves nas resoluções dos Conselhos Estaduais, relacionadas à estruturação do currículo e à organização do corpo docente dos cursos colegiais de enfermagem. A resposta à referida solicitação foi o Parecer nº 357⁽⁷²⁾, da Câmara de Ensino Primário e Médio, de junho de 1966. Nele, o Conselho considerou já atendida a solicitação, através dos Pareceres nº 171/66⁽²⁶⁾ e 224/66⁽²⁷⁾, ambos da Câmara de Ensino Primário e Médio; o primeiro favorável à criação do Curso Técnico de Enfermagem da Escola Anna Nery, que veio a ser o primeiro do Sistema Federal de Ensino, e o segundo, que instituiu o Curso Técnico de Enfermagem da Escola Luiza de Marillac, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

Além destes cursos, outros foram autorizados pelos Conselhos Estaduais: o Curso Técnico da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, em Goiás e o Curso Experimental Técnico da Escola Técnica de Enfermagem “Catarina Labouré”, no Paraná.

Com isto encerramos a descrição e a análise do percurso da legislação concernente o ensino do curso técnico de enfermagem até a instalação do primeiro deles.

4.1.3 Desdobramentos posteriores

Os enfermeiros haviam, após a instalação definitiva dos cursos técnicos de enfermagem, voltado seus esforços para a definição das atribuições do novo profissional e, no XVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, foi aprovada a recomendação para que a ABEn formasse comissão especial para estudar as suas funções.

A despeito desses fatos, a Assembléia de Delegados, de 1968, recomendou à Diretoria da ABEn que se manifestasse contrária à existência dos cursos técnicos de Enfermagem junto aos órgãos competentes e às escolas técnicas de Enfermagem. Naquele ano, havia seis cursos em andamento no país, dos quais, quatro formariam suas primeiras turmas em dezembro de 1968⁽⁵⁸⁾.

Amália Corrêa de Carvalho, que acabara de ser eleita presidente da ABEn, encaminhou a recomendação da Assembléia de Delegados, porém, considerando que havia seis cursos em andamento no país, dos quais, quatro, formariam suas primeiras turmas em dezembro daquele ano, manifestou a posição contrária da Diretoria a tal recomendação⁽⁵⁸⁾.

Nos anos seguintes, 1969 a 1972, a Associação continuou suas ações no sentido de definir as atribuições e a função do técnico de enfermagem, de tomar as iniciativas para integrá-lo na ABEn e de divulgar este novo profissional. Com a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, em 1973, passa a eles a responsabilidade de definir as atribuições do profissional⁽⁵⁸⁾.

Por meio dos fatos aqui relatados, podemos reconhecer plenamente as lutas interiores ao campo da enfermagem: os seus agentes, enfermeiros líderes ou não, da

área do ensino ou dos serviços, dotados de *habitus*, desenvolvendo estratégias, a partir de seus interesses e da posse de seus capitais (cultural, político e social), com o intuito de adquirir ou manter seus capitais.

Dantas e Aguillar⁽³⁾ afirmaram que a partir da década de 1960 houve “um processo de intensa medicalização da sociedade, com a ampliação do consumo de bens e serviços de saúde, resultado do avanço do complexo médico industrial incentivado pela política sócio econômica adotada no país” (1999, p. 28), levando à especialização do conhecimento médico e de enfermagem, à criação de unidades de atendimento hospitalar mais complexas e solicitando profissionais também mais especializados para estas novas áreas.

A Lei nº 5.692/71⁽⁵⁾, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação, reformulou a Lei nº 4.024/61⁽⁵⁵⁾ no tocante ao então ensino primário e ginásial para o ensino de 1º grau. Denominou de 2º grau os antigos cursos científico e clássico, assim como o de formação de professores primários e outros profissionalizantes, como o de secretariado e o de contabilidade, o que foi marcante para a educação profissional, pois universalizou a profissionalização no âmbito do ensino médio, propiciando a expansão dos cursos técnicos profissionalizantes. Segundo Almeida⁽⁵⁴⁾, o aluno concluinte do 2º grau estaria capacitado para entrar no mercado de trabalho por meio das 130 habilitações existentes.

O técnico de enfermagem, portanto, teve sua posição definida como habilitação do 2º grau. A tônica constante desta lei, para o ensino de 2º grau, foi a profissionalização, isto é, a formação para o trabalho no seu sentido de terminalidade, e o preparo para o ensino superior, no sentido de continuidade⁽⁸⁾.

O Parecer nº 45⁽⁷³⁾, aprovado em 12 de janeiro de 1972, pelo Conselho Federal de Educação, determinou uma carga horária total de 2490 horas para o curso técnico, sendo destinadas 1020 horas para educação geral, 1200 horas para a formação especial e 270 horas para educação física. O Anexo C mostra o “Catálogo de Habilitações”, entre as quais está contemplada a Enfermagem.

No ano de 1976, foi aprovado o Parecer nº 3.814⁽⁷⁴⁾, do Conselho Federal de Educação, que teve como relatora a Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz. Referia-se às habilitações profissionais na área da Saúde, setor Enfermagem (técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem). Fixou a carga horária total mínima do curso técnico de enfermagem em 2.760 horas, distribuídas em três anos letivos, de acordo com o modelo de currículo oferecido pela Escola de Enfermagem “Ana Neri”, anexado ao Parecer. Para educação geral foram destinadas 890 horas, para educação física, 270 horas e para a formação especial, 1590 horas. Destas últimas, 780 horas eram para o estágio supervisionado⁽⁸⁾. A relatora alegou que a formação do técnico de enfermagem “não poderia ficar reduzida a um mero aprendizado técnico, impondo-se, ao contrário, uma sólida base de formação geral, condição *sine qua non* da formação humana do profissional”. A relatora, ao discorrer sobre os perfis ocupacionais do enfermeiro, do técnico e do auxiliar de enfermagem, destaca entre os “numerosos trabalhos especializados” esboçados sobre o assunto, o apresentado por Amália Corrêa de Carvalho, da Associação Brasileira de Enfermagem, em 1969, no Seminário Regional de Enfermagem (Região Sul), sob o título “Subsídios para a Discussão sobre as Atribuições do Técnico de Enfermagem”. Podemos depreender, mais uma vez, a contribuição da ABEn para as decisões dos legisladores, no tocante à Enfermagem.

A Resolução nº 7, de 18 de abril de 1977⁽⁹⁾, do Conselho Federal de Educação, que instituía a habilitação de técnico de enfermagem e de auxiliar de enfermagem no nível do ensino de 2º grau, alterou a distribuição da carga horária total mínima, porém a manteve em 2760 horas. A educação geral aumentou para 1100 horas e a formação especial aumentou para 1660 horas, incluindo apenas 600 horas para o estágio supervisionado. O curso técnico era denominado Habilitação Plena, e o de auxiliar, Habilitação Parcial. Esta resolução, nos artigos 8º e 9º, teve o cuidado de definir as atividades do técnico e do auxiliar de enfermagem, já que estes dois cursos estavam no mesmo nível e, portanto, poderia haver conflito nas suas atribuições⁽⁸⁾.

A partir deste ano não surgiram atos legais para o ensino técnico de nível médio de enfermagem, a não ser alguns complementares e outros que dispunham sobre estágios supervisionados dos cursos técnicos.

Somente em 1996, com a Lei nº 9.394⁽⁵⁷⁾ é que viemos a ter novamente modificações significativas neste tipo de ensino.

A Lei nº 9.394⁽⁵⁷⁾, a terceira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 2.208/97⁽⁷⁵⁾, nos Artigos nº 39 a 41 sobre a Educação Profissional. Veio alterar a denominação de ensino de 1º e 2º graus para ensino fundamental e ensino de nível médio. Também, por ela foram criados três níveis para a educação profissional, o básico, o técnico e o tecnológico, e foram desvinculados os cursos técnicos profissionalizantes do ensino de nível médio, levando a modificações importantes em suas estruturas e finalidades.

Esta LDB determina a separação entre a educação profissional e o ensino médio, mas recomenda a rearticulação curricular entre o ensino médio e a educação profissional, para devolver ao primeiro a missão e a carga horária mínima da

educação geral, que inclui a preparação básica para o trabalho, e direcionar o segundo para a formação profissional em uma sociedade em constante mutação⁽⁵¹⁾

Os vários cursos para Habilitação Profissional do Técnico de Nível Médio têm normatização própria: as diretrizes curriculares dos cursos de educação profissional são regulamentadas pelo Parecer nº 16/99⁽⁵¹⁾ e pela Resolução CNE/CEB nº 4/99⁽⁷⁶⁾. São, no Estado de São Paulo, regulamentadas ainda pela Indicação nº 8/2000⁽⁷⁷⁾. Já para a formulação de propostas curriculares da Educação Profissional em Enfermagem, há os “Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico” elaborados pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e Cultura⁽⁷⁸⁾.

O Decreto nº 2.208/97⁽⁷⁵⁾ foi revogado pelo Decreto nº 5.154⁽⁷⁹⁾, de 23 de julho de 2004, que definiu novas orientações para a organização da Educação Profissional. Foi aprovado em 08 de dezembro de 2004 o Parecer nº 39, relatado pelo conselheiro Francisco Aparecido Cordão, que orienta a aplicação do Decreto nº 5.154.

Este mesmo conselheiro foi relator de outro Parecer, o de nº 40/2004, que define as normas da avaliação, do reconhecimento e da certificação de estudos previstos no Artigo 41 da LDB.

O técnico de enfermagem nasceu e se manteve no nível definido, atualmente, como ensino médio.

4.2 Legislação do exercício profissional do técnico de enfermagem

4.2.1 O exercício profissional de Enfermagem no Brasil

A prática da Enfermagem acompanha a humanidade desde os seus primórdios.

Segundo Oguisso⁽⁸⁰⁾, o marco da história dos cuidados coincidiu com o da história das espécies vivas, caminhou com o aparecimento da linhagem *Homo* e continuou com o *Homo sapiens*, quando os homens e as mulheres basicamente despendiam todas as suas forças para garantir a continuidade da vida. A autora prossegue, expondo:

A ação de proteção, no início reflexa e instintiva, tornou-se objeto do xamã ou feiticeiro, depois do sacerdote e, mais tarde do médico. Por conseguinte, diante da questão da sobrevivência, ou das leis da vida e da morte, ‘cuidar’ tornou-se tratar a doença. O paciente, objeto dos cuidados, foi isolado, reduzido a parcelas e excluído das dimensões sociais e coletivas. Surgiram os diversos especialistas que, sozinhos, não conseguiam tratar os doentes; com isso necessitava-se de outras pessoas que assumissem as numerosas atividades paralelas ao trabalho de investigação e de tratamento das doenças (2005, p. 10).

No Brasil, o ensino sistematizado da prática do cuidar somente surgiu em 1890. Antes disso, o “cuidar” era praticado mediante a solidariedade humana, o misticismo, o senso comum e as crendices, com surgimento do aspecto profissional através da prestação de cuidados, por mães e escravos nos próprios domicílios⁽⁸¹⁾.

Além da formação de parteiras, que já existia no século XIX⁽⁸²⁾, o primeiro ato legal específico sobre o ensino de Enfermagem foi o Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890⁽⁸³⁾, que criou a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, no Hospício Nacional de Alienados, para preparar profissionais para atuarem nos

hospícios e hospitais civis e militares. Atualmente, chama-se Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO.

No Decreto nº 15.230⁽⁸⁴⁾, de 31 de dezembro de 1921, foi aprovado o regulamento para o Serviço de Saúde do Exército em tempo de paz. Nele, os enfermeiros foram inseridos como parte do pessoal subalterno deste Serviço e tinham suas atividades discriminadas.

A aprovação do regulamento do Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Pública se deu por meio do Decreto nº 15.799⁽⁸⁵⁾, de 10 de novembro de 1922. O art. 3º referia-se ao funcionamento de uma Escola de Enfermeiras anexa ao dito Hospital. No ano seguinte, o Decreto nº 16.300⁽⁸⁶⁾, aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública e a fiscalização do exercício profissional dos médicos, farmacêuticos, dentistas, parteiras, massagistas, enfermeiros e optometristas, juntamente com a criação de uma escola “para instruir e diplomar enfermeiras”, que é hoje a Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Decreto nº 20.109⁽⁶¹⁾, de 15 de junho de 1931, propunha-se a regular o exercício da Enfermagem no Brasil e a fixar as condições para a equiparação das escolas de enfermagem, embora somente se referisse ao exercício da Enfermagem no art. 1º, que tratava do uso do título de enfermeiro diplomado ou as iniciais correspondentes a estas palavras. Todos os seus outros artigos referiam-se ao ensino. Este Decreto fixou condições para a equiparação das escolas de enfermagem à Escola Anna Nery, instituída escola oficial padrão do ensino de enfermagem.

O Decreto nº 20.931⁽⁸⁷⁾, de 11 de janeiro de 1932, foi um pouco mais além. Dispunha sobre a regulamentação e a fiscalização do “exercício da medicina, da

odontologia, da medicina veterinária, e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira” e estabelecia penalidades. Não foi definida atribuição alguma à “enfermeira”, exceto à obstétrica, mas foi-lhe vedada a instalação de consultórios para o atendimento de clientes.

No ano de 1945, o Decreto nº 8.345⁽⁸⁸⁾ permitia:

o exercício das profissões de protéticos, massagistas, óticos práticos, práticos de farmácia, práticos de enfermagem, parteiras práticas e profissões similares, em todo o território nacional, a quem estiver habilitado e inscrito no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e nos respectivos serviços sanitários, nos Estados.

As carreiras de enfermeiro dos quadros Permanente e Especial, do Ministério da Educação e Saúde foram alteradas e passou a ser “indispensável à apresentação do diploma de enfermeiro, conferido pela Escola de Enfermeiras Ana Neri, ou por estabelecimento a ela equiparado”, através do Decreto nº 8.772⁽⁸⁹⁾, de 22 de janeiro de 1946, que também criou a carreira de Auxiliar de Enfermagem no quadro Permanente deste Ministério.

A Lei nº 775, de 06 de agosto de 1949⁽⁶²⁾, dispunha sobre o ensino de enfermagem no País e dava outras providências. Entretanto, prescrevia também sobre o exercício profissional no art. 21, dispondo que “As instituições hospitalares, públicas ou privadas, decorridos sete anos após a publicação desta lei, não poderão contratar, para a direção dos seus serviços de enfermagem, senão enfermeiros diplomados”.

A Lei que tratou, pela primeira vez, especificamente do Exercício Profissional de Enfermagem foi a de nº 2.604, de 17 de setembro de 1955⁽²³⁾. Definiu as categorias autorizadas para exercer a Enfermagem no País e anulou dispositivos que autorizavam outras categorias, que seriam extintas posteriormente, porém existiram

por muito tempo como grupos residuais da Enfermagem: os enfermeiros práticos, os práticos de enfermagem, os enfermeiros assistentes, assistentes de enfermagem, enfermeiro militar e atendentes, entre outras inúmeras denominações⁽²⁹⁾. Dentre as categorias dos profissionais de nível médio autorizadas estavam os auxiliares de enfermagem. Todas estas categorias deveriam atuar sob a supervisão de enfermeiros ou médicos. Segundo Alcântara, essa legislação não correspondia à realidade, dada a carência de enfermeiros existente à época da sua promulgação⁽⁹⁰⁾.

O Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961⁽²⁴⁾, regulamentou a Lei 2.604/55⁽²³⁾. No seu art. 2º determinava que o exercício da enfermagem e de suas funções auxiliares no território nacional compreendia a execução de atos que, nos seus respectivos campos profissionais, visariam à:

- a) observação, cuidado e educação sanitária do doente, da gestante ou do acidentado; b) administração de medicamentos e tratamentos prescritos por médico; c) educação sanitária do indivíduo, da família e outros grupos sociais para a conservação e recuperação da saúde e prevenção das doenças; d) aplicação de medidas destinadas à prevenção de doenças.

Essa foi a primeira vez que se tentou definir o exercício da enfermagem. Entretanto, concordamos com Oguisso quando considerou essa definição restrita apenas às atividades acima descritas, além de haver indefinição de funções entre todas as categorias de enfermagem existentes⁽²⁹⁾.

Os enfermeiros foram distinguidos dos demais por quatro funções, pois além do exercício da Enfermagem, lhes foram atribuídos:

- a) administração dos serviços de enfermagem, nos estabelecimentos hospitalares, para-hospitalares e de saúde pública, conforme o art. 21 da Lei 775/49;
- b) participação no ensino, escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem e treinamento de pessoal em serviço;
- c) direção e inspeção de enfermagem e de auxiliar de enfermagem; d) participação nas bancas examinadoras de práticos de enfermagem e de concurso para seleção e provimento de cargos de enfermeiro e de auxiliar de enfermagem.

Consideramos importante registrar que, desde o ano de 1951, a ABED enviou todos os seus esforços, especialmente através das atividades de sua Comissão de Legislação, no sentido de conseguir aprovar legislação que regulamentasse o exercício da enfermagem profissional.

A Lei 2.604/55⁽²³⁾ e o Decreto 50387/61⁽²⁴⁾ nada dispunham sobre as atribuições do técnico de enfermagem, visto que surgiu no ano de 1966, como já citado, e permaneceu por vinte anos sem função legal definida, até que fosse promulgada a Lei do Exercício Profissional em 1986.

4.2.2 Desdobramentos posteriores

Os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem (COFEN e COREN), responsáveis pela outrora Inspetoria Sanitária, foram criados em 1973, através da Lei nº 5.905⁽⁹¹⁾, com a função de disciplinarem o exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem. No Estado de São Paulo, o COREN incluiu o técnico de enfermagem como categoria profissional, pertencendo ao Quadro II de profissionais, por meio da Circular COREN-SP nº 2/76⁽⁹²⁾.

O Ministério da Educação e Cultura tentava minimizar o problema, incluindo também em seus pareceres e resoluções sobre o ensino, as funções que este profissional deveria desempenhar.

Desses atos legais, destacamos o Parecer nº 3.814/76⁽⁷⁴⁾, comentado no próximo item deste estudo, e a Resolução nº 7/77⁽⁹⁾.

Esta Resolução, como já citamos, definiu as atividades do técnico e do auxiliar de enfermagem, posto que ambos situavam-se no mesmo nível. No Artigo 8º, listou as seguintes competências para os técnicos de enfermagem:

- participar no planejamento e prestar cuidados integrais de enfermagem ao indivíduo na saúde e na doença;
- participar da equipe de saúde;
- chefiar unidades de enfermagem que não sejam centros de ensino, sob supervisão do enfermeiro;
- prosseguir no seu desenvolvimento integral como pessoa humana.

A regulamentação deste profissional somente ocorreu vinte anos após a criação do primeiro curso de técnico de enfermagem, com a promulgação da Lei nº 7.498/86⁽¹³⁾ e do Decreto nº 94.406/87⁽²⁵⁾. Porém, é importante citar o Parecer nº 3.814/76⁽⁷⁴⁾, de grande valor histórico, pois definiu as funções do técnico de enfermagem na época em que o texto da legislação do exercício profissional era ainda um projeto em estudo e inexistiam normas legais para aferir essa habilitação. Este Parecer listava as seguintes atividades para o técnico de enfermagem, que deveriam ser exercidas sob a orientação do enfermeiro:

- na prestação da assistência de enfermagem, realiza cuidados de conforto e higiene a pacientes; observa e registra sinais e sintomas; aplica e faz leitura de teste para subsídios diagnósticos; executa tratamentos, tais como: verifica sinais vitais; colhe e encaminha exames de laboratório; aplica medicamentos; executa curativos; instrumenta em intervenções cirúrgicas; presta orientação pós-consulta; presta assistência domiciliar; aplica imunizantes; executa atividades de apoio; registra as atividades realizadas;
- na elaboração do plano de assistência de enfermagem, contribui com suas observações e os informes colhidos junto aos pacientes e seus familiares, colaborando com o enfermeiro para o efetivo cumprimento de sua tarefa;
- na orientação de pessoal auxiliar em unidade de enfermagem, transmite instruções, presta assistência técnica e acompanha a execução de tarefas;
- no ensino de pessoal auxiliar e na educação de grupos da comunidade, colabora no desenvolvimento dos programas educativos, quando devidamente habilitado.

Na última atividade listada, o “devidamente habilitado” refere-se à questão que, àquela época, inexistiam normas para aferir tal habilitação.

O Decreto nº 94.406/87⁽²⁵⁾, Art. 10, determina:

O Técnico de Enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de Enfermagem, cabendo-lhe:

I – assistir ao enfermeiro:

- a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de Enfermagem;
- b) na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;
- c) na prevenção e controle das doenças transmissíveis, em geral, e em programas de vigilância epidemiológica;
- d) na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar;
- e) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;
- f) na execução dos programas referidos nas letras “i”^x e “o”^{xi} do item II do Art. 8º;

II – executar atividades de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro e as referidas no Art. 9º deste Decreto^{xii};

III – integrar a equipe de saúde.

Não podemos deixar de comentar a Resolução COFEN nº 276⁽⁹³⁾, de 16 de junho de 2003, que estabeleceu o prazo máximo de cinco anos, a partir de sua publicação, para a concessão de inscrição provisória ao auxiliar de enfermagem. Isto significa dizer que este profissional não mais recebe o registro definitivo para atuar como auxiliar de enfermagem. A concessão é oferecida em cinco etapas de doze meses, sendo que a quinta e última somente será efetivada, pelo COREN, se o profissional comprovar que está dando continuidade aos estudos, para a conclusão da habilitação em Técnico de Enfermagem ou cursando a Graduação em Enfermagem.

^x Programas de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco.

^{xi} Programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho.

^{xii} Atividades das profissionais titulares de diplomas ou certificados Obstetriz ou Enfermeira Obstétrica.

O Conselho toma esta decisão considerando a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sua legislação complementar e a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem. A legislação que rege a Educação Profissional de Nível Técnico permite a emissão de Certificado de Auxiliar de Enfermagem como Qualificação Profissional. A Lei do Exercício de Enfermagem, nº 7.498/86⁽¹³⁾, e o seu Decreto Regulamentador, nº 94.406/87⁽²⁵⁾, somente viabilizam o Registro Profissional a quem for habilitado.

Faz-se mister examinarmos o significado de habilitação profissional à época em que foi aprovada a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem. Vigorava a LDB nº 5.692/71⁽⁵⁾, que situava a formação profissional apenas a partir do 2º grau, e os atos complementares a ela, dentre os quais destacamos os Pareceres nº 45/72⁽⁷³⁾ e nº 3.814/76⁽⁷⁴⁾ e a Resolução nº 7/77⁽⁹⁾, do Conselho Federal de Educação e o Parecer nº 2.713/74⁽⁹⁴⁾, da Câmara de Ensino de 1º e 2º Graus.

O Parecer nº 45/72, apresentou, em glossário anexo, a seguinte definição de habilitação profissional:

Condição resultante de um processo por meio do qual uma pessoa se capacita para o exercício de uma profissão ou ocupação técnica, cujo desempenho exija, além de outros requisitos, escolaridade completa ao nível de 2º grau ou superior.

Relatado pelo Conselheiro Padre José Vieira de Vasconcelos, o Parecer dispôs, em sua redação inicial, que a formação profissional na área de enfermagem deveria situar-se no 2º grau, assim como todas as habilitações correspondentes: técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e outras. Entretanto, durante a discussão do Parecer em Plenário, a de auxiliar de enfermagem foi retirada da lista de habilitações, após consideração do Conselheiro Clóvis Salgado de que a realidade nacional poderia não comportá-la em nível de 2º grau.

A conclusão da Relatora Esther de Figueiredo Ferraz, no Parecer nº 2.713/74, foi que “a formação regular do Auxiliar de Enfermagem deverá se processar [...] **ao nível de 2º grau, e a respectiva habilitação constituirá uma das habilitações parciais ou menores ligadas à área de Enfermagem**”.

Ao relatar o Parecer nº 3.814/76, esta mesma Conselheira continua referindo-se à habilitação do auxiliar de enfermagem.

A Resolução nº 7/77, no Artigo 1º, determinava que as habilitações de técnico e de auxiliar de enfermagem, ao nível de 2º grau, “passavam a fazer parte integrante da relação constante do Anexo nº 2 do Parecer nº 45/72”.

Acreditamos ser possível depreender destas citações que, à época da promulgação da Lei do Exercício Profissional, a formação do auxiliar de enfermagem era considerada como uma habilitação profissional e esta Lei se baseou na definição de habilitação dada no Parecer nº 45/72, para incluir o auxiliar de enfermagem como habilitado em seu texto.

De acordo com o exposto, parece-nos que a Resolução COFEN nº 276/03 está em desacordo com o texto da Constituição Federal, que assegura direitos adquiridos, em seguida com a Lei do Exercício Profissional, que reconhece o auxiliar de enfermagem e, finalmente, com a própria LDB em vigor, cabendo este raciocínio, se tanto, para os auxiliares de enfermagem que ingressaram nos cursos de formação depois de 1996. O assunto merece, portanto, estudos mais aprofundados.

4.3 As experiências pioneiras de formação do técnico de enfermagem

4.3.1 O Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Neste e no próximo capítulo, nos propomos a descrever a trajetória histórica da implementação dos primeiros cursos de técnico de enfermagem no Rio de Janeiro e em São Paulo. Cabe ressaltar que eles se constituíram nos cursos de vanguarda no país, além de serem emblemáticos no que diz respeito à luta de poder – político, econômico e cultural – que existiu em torno da questão sob análise.

O Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) foi autorizado pelo Parecer nº 171 de 11 de março de 1966⁽²⁶⁾, da Câmara de Ensino Primário e Médio (CEPM) do Conselho Federal de Educação. Era mantido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e suas aulas se iniciaram em abril de 1966.

José Borges dos Santos, Vice-Presidente da Câmara de Ensino Primário e Médio e Relator do Parecer 171/66, autorizou o curso em resposta à proposta apresentada pela EEAN a CEPM, na qual propunha “a alteração do art. 2º do seu regimento com o intuito de incluir, entre as suas finalidades, a manutenção do Curso Técnico de Enfermagem”.

Conta Dourado⁽⁷⁰⁾, que o Relator recebeu, também, um estudo da Professora Nair Fortes Abu-Mery, que contribuiu para a providência imediata de criação do curso colegial de enfermagem, em 1964. Ela era educadora, sócia honorária da ABEn

e dirigente da Diretoria de Ensino Superior do MEC, como orientadora das diretrizes do ensino da Enfermagem nos dezesseis anos precedentes. Para o estudo, fundamentou-se em um documento da ABEn, de 1963, que trazia em seu bojo o pensamento da Associação.

O Parecer nº 171/66 que, como já citamos, autorizou o funcionamento do Curso Técnico de Enfermagem (CTE), situou-o como sendo “de nível médio e ciclo colegial, de acordo com a distribuição do ensino de Enfermagem proposta no Parecer nº 279/62⁽⁷¹⁾, em três escalões”. Neste último, o nome proposto para o curso técnico era “Escolas Médias de Enfermagem”, porém o relator aceitou o nome de Curso Técnico de Enfermagem e até o considerou vantajoso porque

permite fazer bem a distinção não só entre os Cursos, mas igualmente entre os diplomados, estabelecendo, desde já, a graduação em três níveis profissionais que, segundo parece, convém muito à situação desigual das diferentes regiões do País e também às exigências hospitalares para melhor distribuição de serviço⁽³²⁾.

O currículo proposto e aceito no Parecer nº 171/66 incluía as seguintes disciplinas:

- de Cultura Geral: Português, História Geral e do Brasil, Ciências Físicas e Biológicas, Filosofia (incluindo Ética Geral e Profissional) e Inglês (optativa da escola).
- Específicas: Fundamentos de Enfermagem (Anatomia e Fisiologia, Microbiologia, Parasitologia, Nutrição e Dietética), Higiene e Profilaxia, História da Enfermagem, Enfermagem Médica (incluindo Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias), Enfermagem Cirúrgica (incluindo Enfermagem em Centro Cirúrgico), Enfermagem Ortopédica e Traumatológica, Enfermagem em Otorrinolaringologia e Oftalmologia, Enfermagem Materno-Infantil, Enfermagem em Saúde Pública, Administração de Unidades de Enfermagem e Enfermagem Psiquiátrica.

Incluía também os estágios de Enfermagem Médica, Cirúrgica, Obstétrica, Pediátrica, Psiquiátrica, em Saúde Pública e de Dietética.

A principal razão citada para a implementação do curso técnico na EEAN foi a necessidade de um Colégio de Aplicação para o Curso de Licenciatura em Enfermagem, o qual foi iniciado em 1970. Neste sentido, consideramos importante salientar que, à época, já existia o curso de auxiliar de enfermagem nesta escola, que também poderia ser utilizado para tal finalidade.

Porém, coerentemente com a citação, o Regimento Interno do Curso Técnico de Enfermagem da EEAN da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Anexo B), ao expor os objetivos do curso, apontava primeiramente esta finalidade, como vemos a seguir:

- funcionar como Colégio de Aplicação para a Prática de Ensino do Curso de Graduação de Enfermagem e do Curso de Pedagogia e Didática de Enfermagem para Graduados;
- prover um programa educacional para formar pessoal de enfermagem em nível médio (2º ciclo), capaz de prestar cuidados diretos de enfermagem nos hospitais, nos lares, torná-lo apto a funcionar como membro participante da equipe de Saúde Pública e viver efetivamente como membro de uma comunidade;
- colaborar com o esforço nacional de educação na formação de técnicos, como parte do sistema de ensino da Enfermagem, a fim de proporcionar variedade de pessoal habilitado e assegurar uma melhor coordenação e utilização dos recursos para o desenvolvimento do país;
- concorrer para proporcionar oportunidades de uma educação geral na área geográfica onde atua a Escola, provendo meios de melhoria dos recursos humanos locais.

O curso funcionava no prédio da EEAN, localizado à Rua Afonso Cavalcante, no número 275, no bairro de Cidade Nova, na Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro.

A primeira diretora do curso foi Elvira De Felice Souza, cuja assinatura figura no documento referente ao “Quadro Geral de Movimentos de Alunos” (Anexo D).

No Regimento Interno do curso (Anexo B) foram encontrados os dados comentados a seguir.

Os alunos seriam recrutados por meio de edital, publicado em Diário Oficial. Este edital deveria anteceder por trinta dias as provas de seleção, estabelecer o local e horário destas e informar sobre o número de vagas do curso.

Para se inscreverem para a seleção, os candidatos apresentariam os documentos: recibo de pagamento das taxas estabelecidas pela Escola, carteira de identidade fornecida pela autoridade competente e três fotografias.

O exame de seleção seria constituído de provas de Português e Conhecimentos Gerais, cujo conteúdo relacionava-se aos programas do 1º ciclo do Nível Médio. Poderia, ainda, ser precedido de entrevistas, de provas psicológicas de personalidade e específicas de aptidão para a Enfermagem. Seria organizado e realizado por uma comissão constituída por um professor como presidente e mais dois membros que exerciam funções didáticas, todos da Escola.

O candidato selecionado deveria apresentar os seguintes documentos para matricular-se na primeira série do curso:

- certidão de nascimento;
- documento de identidade fornecido pela repartição competente;
- certificado de conclusão do ciclo ginasial ou equivalente;
- prova de idoneidade moral;
- prova de sanidade física e mental;
- atestado de vacinação antivariólica e antitetânica;
- recibo de pagamento de taxa estabelecida pela Escola;
- resultado de abreugrafia, acrescido de prova tuberculínea (PPD), com data não inferior a 12 meses.

Para matricular-se nas séries seguintes, o candidato deveria:

- ser aprovado em todas as disciplinas da série anterior;
- pagar taxa regulamentar;
- apresentar aprovação em exame de saúde feito sob a indicação da coordenação do curso.

Esta última condição poderia ocorrer quando a coordenação mandaria o candidato ou aluno ser submetido a testes que comprovassem a sua adaptação às exigências do curso.

Os docentes eram selecionados por indicação da coordenação do curso e aprovados pelos respectivos departamentos, com a homologação da Congregação da Escola. Os requisitos para atuar como docente eram: ser graduado em Enfermagem e licenciado para o Nível Médio.

A duração do curso era de três anos letivos, cada um deles compreendendo um mínimo de 180 dias de trabalho escolar efetivo. Funcionava em regime de período integral e os alunos não residiam na escola. Sua estrutura curricular era composta de disciplinas de cultura geral, lecionadas por professores de Nível Médio legalmente habilitados, e de formação profissional, lecionadas pelos enfermeiros.

No Título II; cap. I; Art. 3º do Regimento Interno do curso, a carga horária total indicada é de 2788 horas, sendo assim distribuída:

- Disciplinas de Cultura Geral: 940 horas;
- Disciplinas Específicas de Enfermagem: 620 horas;
- Ensino e Atividades Clínicas: 1228 horas.

A primeira turma do CTE da EEAN teve seu início em 11.04.1966, com 27 alunos matriculados e freqüentadores da primeira série. Este número caiu para 12 na segunda série e assim se manteve na terceira série.

No “Quadro Geral de Movimentos de Alunos” (Anexo C), o motivo registrado para a perda desses quinze alunos foi desistência, porém, em “Dados Estatísticos”, que acompanha o “Plano Curricular e Carga Horária” foi apresentado como reprovação.

O curso encerrou-se com 12 concluintes em 15.12.1968 e, portanto, com a duração de três anos, como proposto no Regimento. Este dado foi levantado no “Livro de Registro de alunos inscritos nos cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem da EEAN”, também encontrado no Centro de Documentação da Escola.

Junto ao quadro de movimentação de alunos, acima citado, foram encontrados os documentos: *Elemento I*, correspondente a “Plano Curricular e Carga Horária” dos três anos do curso (1966, 1967 e 1968), *Elemento II*, que mostra a relação de professores com as respectivas disciplinas ministradas, *Elemento III*, com a “Relação das Alunas Matriculadas” nas três séries, *Elemento IV*, que traz as regras para a “Prova de Seleção” e o “Sistema de Apuração do Rendimento Escolar” e, *Elemento V*, com os dados estatísticos sobre a movimentação de alunos nos três anos de duração do curso: número de matrículas iniciais e canceladas, promoções na 1ª e 2ª época e transferências recebidas e expedidas (Anexo D).

A carga horária registrada no *Elemento I* para as aulas teóricas era de 618 horas no 1º ano, de 404 horas no 2º ano e de 325 horas no 3º ano. Para ensino clínico e estágios era um total de 1772 horas, sendo 256 horas do 1º ano, 788 horas do 2º ano e

728 horas do 3º ano. A carga horária total do curso, contando as disciplinas de cultura geral e as específicas da enfermagem, era, portanto, de 3119 horas.

A carga horária desenvolvida pela primeira turma excedeu em 331 horas aquela determinada pelo Regimento Interno do curso. Esse excedente era permitido, já que a carga horária mínima definida era de 2788 horas.

Na Escola Anna Nery houve seis turmas matriculadas, que desenvolveram totalmente o curso, com início nos anos de 1966 a 1971. Os anos de conclusão foram, respectivamente de 1968 a 1973. Estes dados estão registrados no “Livro de Registro de alunos inscritos nos cursos de Auxiliar e de Técnico de Enfermagem da EEAN”.

Os registros a seguir são derivados de esclarecimentos a questionamentos provindos da análise da documentação, prestados por duas professoras do curso técnico desta escola.

Além das seis turmas, houve outras que não desenvolveram o curso todo na escola, pois aconteceram na vigência de convênios feitos entre a EEAN e algumas instituições, tendo como elo a Secretaria da Educação.

Dois fatores contribuíram para isto. Um deles foi a Reforma Universitária, que ocorreu no final da década de 1960 e início da de 1970, quando houve pressão da UFRJ para que o CTE não mais funcionasse na EEAN e sim no Colégio de Aplicação. Outro fator determinante foi a implementação do Curso de Mestrado na EEAN, ocorrida em 1972.

Em 1968, a EEAN firmou convênio com o Colégio Capitão Lemos Cunha, instituição particular, localizada na Ilha do Governador. Após a Lei 5.692/71⁽⁵⁾ e a Resolução 45/72⁽⁷³⁾, o Colégio Capitão Lemos Cunha sofreu alterações em sua

estrutura, o que levou a EEAN a firmar convênio entre o Curso Técnico e o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, localizado próximo ao pavilhão de aulas da escola, no bairro Cidade Nova.

A partir de 1975, a EEAN passou a desenvolver as atividades práticas do Curso Técnico de Enfermagem no Hospital de Ipanema, ligado à Previdência Social.

Após o advento da Resolução 07/77⁽⁹⁾, que definiu o currículo mínimo para as matérias profissionalizantes e as de formação especial do curso técnico, foram abertos outros destes cursos na Cidade do Rio de Janeiro. Neste período, a Escola Anna Nery deixou de oferecer o curso técnico. A Prática de Ensino exigida dos estudantes do Curso de Licenciatura em Enfermagem da EEAN, até então desenvolvida junto ao CTE da escola, passou a ser realizada no Curso Técnico de Enfermagem do Colégio Santo Inácio.

Através das informações coletadas sobre o CTE da EEAN, consideramos que a missão da escola, além de atender à legislação, foi criar, instalar e tornar realidade o curso técnico de enfermagem, com a intenção de servir de modelo às outras escolas, de assegurar campo de estágio para o curso de licenciatura, sem se submeter a órgão externo à EEAN, porém interno à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pudemos verificar o desenvolvimento de uma carga horária hipertrofiada (3119 horas) pela primeira turma. E também, que o número de ingressantes e de formados nos anos em que o curso permaneceu somente na escola era pequeno, menor do que aquele de quando era desenvolvido em convênio com outras instituições. Neste último caso, houve aumento da oferta, diminuição da desistência nos primeiros anos e maior quantitativo de alunos concluintes.

4.3.2 O Curso Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”

O Curso Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” teve seu início com uma aula inaugural, em 17 de abril de 1967, na Escola de Auxiliar de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”⁽⁹⁵⁾.

Para que isso ocorresse, foram realizadas algumas reuniões do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Auxiliar de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”, quando foi estudada e decidida a implementação do curso técnico pela entidade. A Escola de Auxiliar de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” já existia desde 1956 e havia formado 207 profissionais até o ano de 1967. Ambos os cursos funcionaram junto ao Hospital Matarazzo, situado à Alameda Rio Claro, número 190, no bairro da Bela Vista. Eram mantidos pela Sociedade de Beneficência Hospital Matarazzo e Casas de Saúde Matarazzo⁽⁹⁶⁾.

Cabe aqui esclarecer que o artigo de Irmã Trindade está sendo citado e utilizado como fonte de informações, pelo fato de ter sido uma das diretoras do Colégio Técnico “Maria Pia Matarazzo”.

Em 16 de janeiro de 1967, o conselho, em reunião ordinária, discutindo assuntos referentes à melhoria da entidade, considerou pela primeira vez, a possibilidade da criação do curso técnico na instituição⁽⁹⁶⁾. O curso técnico já existia em alguns estados brasileiros, mas seria o primeiro no Estado de São Paulo.

O curso técnico seria um meio de aproveitar os muitos alunos e candidatos que vinham se matriculando nas últimas turmas do curso de auxiliar de enfermagem e que já eram portadores do certificado de conclusão do curso ginasial (atual Ensino Fundamental). Além disso, ele representaria um esforço para atrair maior número de

candidatos à profissão e, também, uma tentativa de suprir a grande lacuna de pessoal devidamente habilitado para as funções específicas de enfermagem⁽⁹⁶⁾.

Em reunião extraordinária do conselho, realizada em 1º de fevereiro de 1967, foi decidida a criação do curso e tomadas as providências necessárias para o seu funcionamento⁽⁹⁶⁾.

O relatório do Inspetor Federal, Prof. Sebastião Delfim Machado, recomendava o funcionamento do curso e informava sobre as condições da entidade. Dizia que a escola possuía algumas pequenas falhas nas suas instalações, mas tinha condições de oferecer aos alunos formação profissional, moral e científica à altura das exigências do curso, graças ao seu entrosamento com o Hospital Matarazzo e da utilização deste como campo de estágio e, também, do uso de alguns campos no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo^(95, 96).

A autorização de funcionamento do curso foi dada pela Diretoria do Ensino Secundário, órgão do Conselho Estadual de Educação, por meio do Processo nº 302.806⁽⁹⁷⁾, em 29 de março de 1967. A seguir, foram abertas as matrículas para as trinta vagas oferecidas, que foram preenchidas em pequeno espaço de tempo⁽⁹⁶⁾.

As bases legais para o planejamento do curso foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 e o Parecer nº 279/62⁽⁷¹⁾. Entretanto, as bases legais para seu funcionamento foram, além destes, a Resolução nº 45/66⁽⁹⁸⁾, de 05 de dezembro de 1966, do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, que instituiu o Curso Técnico de Enfermagem no sistema de ensino deste Estado, de nível médio, 2º ciclo, com duração mínima de três anos e idade mínima de 16 anos para o ingresso. O ato autorizativo do curso foi obtido somente no ano de 1969, com o Parecer nº 871/69 (Anexo G)⁽⁹⁹⁾.

O curso objetivava a formação do profissional, o técnico de enfermagem, capaz de:

- participar no planejamento e executar cuidados integrais de enfermagem aos indivíduos enfermos;
- executar programas de Saúde Pública;
- orientar o atendimento em ambulatórios;
- chefiar unidades de enfermagem hospitalares que não sejam centro de ensino;
- colaborar nos programas de educação em serviço para atendentes (Roche, 1968, p. 70).

Excluía de suas funções a coordenação e a chefia de serviço de enfermagem, o ensino e a supervisão de alunos dos cursos de graduação, de técnico e de auxiliar de enfermagem⁽⁹⁶⁾.

O Regimento Interno do curso, datado de 20 de novembro de 1969 (Anexo H), foi encontrado na Diretoria de Ensino Centro Sul, da Secretaria Estadual de Educação, na seção “Escolas Extintas”, a qual é responsável pela guarda e fornecimento da documentação do curso. As informações mostradas a seguir são parte deste documento.

No seu Artigo 1º lê-se que a Escola de Auxiliar de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” teve seu nome mudado para Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” e que o curso de auxiliar de enfermagem, apesar de ser ministrado na mesma escola, possuía um regimento diferente.

A finalidade do Colégio era formar técnicos de enfermagem “capazes de administrar unidades de enfermagem, auxiliar médicos e enfermeiros em suas funções de assistência curativa e preventiva”. O curso funcionava sob o regime de externato e era desenvolvido em período integral. Era destinado primeiramente aos atendentes e auxiliares de enfermagem, de ambos os sexos, funcionários do Hospital

Matarazzo. As matrículas seriam abertas à comunidade externa se os funcionários habilitados não preenchessem o número de vagas existentes. O aluno da comunidade externa pagava mensalidade, que correspondia exatamente ao custo de um aluno/mês para o Colégio.

A seleção dos candidatos era feita por meio do “Exame de Habilitação”, cujos objetivos eram: verificar o conhecimento da Língua Portuguesa, avaliar as características psicológicas e as tendências vocacionais destes, para freqüentar um Curso Colegial Técnico. Para tanto, constava de um Psicoteste, de um Exame de Conhecimentos da Língua Portuguesa e de um Exame de Matemática. Não há informações sobre quem elaborava, aplicava ou os corrigia.

Para inscrever-se o candidato deveria apresentar os documentos:

- histórico escolar e certificado de conclusão do 1º ciclo;
- certidão de nascimento;
- carteira de identidade;
- título de eleitor;
- certificado de reservista;
- atestado de idoneidade moral;
- folha corrida^{xiii};
- fotografias 3X4.

O candidato deveria ter dezoito anos completos ou completá-los no primeiro semestre do curso para inscrever-se no processo seletivo. Havia também um limite máximo de idade, de quarenta e dois anos. Para matricular-se, além dos documentos

^{xiii} A folha corrida corresponde ao atual Atestado de Bons Antecedentes.

apresentados na ocasião da seleção, preenchia um requerimento de matrícula e providenciava os atestados de: exame odontológico, sanidade física e mental, vacinação antivariólica e abreugrafia.

O curso tinha a duração de três anos, com período letivo mínimo de cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo. A carga horária semanal não poderia ultrapassar quarenta e quatro horas. Os períodos matutino e vespertino eram destinados aos blocos teóricos e aos estágios práticos. O período noturno poderia ser utilizado, mas somente para alguns dos estágios práticos. Essa distribuição era determinada segundo as necessidades do ensino.

O elenco de disciplinas do curso era composto de:

- gerais: Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas (Física, Química e Biologia) e, Educação Moral e Cívica, específicas e seus correspondentes estágios;
- específicas e os estágios correspondentes: Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem Materno-Infantil, Enfermagem de Saúde Pública, Administração de Unidades, Cozinha Geral e Dietética;
- complementares: Filosofia (compreendendo Psicologia, Sociologia e Ética) e Inglês;
- optativas: História Geral, do Brasil e da Enfermagem;
- práticas educativas: Cultura Religiosa, Educação Vocacional e Educação Física (esta última, obrigatória).

A carga horária total destinada às disciplinas específicas era de aproximadamente 2000 horas.

Os alunos do sexo masculino poderiam ser dispensados do estágio da disciplina de Enfermagem Materno-Infantil, a critério da Diretoria do Colégio. Esta também poderia autorizar o aluno que apresentasse a documentação de conclusão do 2º ciclo a cursar somente as disciplinas específicas.

A citada dispensa ao estágio era prerrogativa do Parágrafo 6º da Resolução nº 45/66, que também permitia às alunas serem dispensadas do estágio em Enfermagem Urológica.

As aulas de todas as disciplinas do curso tinham a duração de cinquenta minutos e a frequência mínima obrigatória era de 75%. O aluno era promovido ou aprovado ao obter média final igual ou superior a cinco em todas as disciplinas e atividades práticas.

Os campos utilizados para os estágios eram, como já citado, no Hospital Matarazzo e no Hospital das Clínicas da USP. Neste último eram realizados os estágios de Enfermagem em Pronto Socorro e em Psiquiatria.

A administração da escola era subordinada à diretoria da Sociedade Mantenedora, que nomeava ou demitia pessoal, fixava o regime de trabalho e a remuneração salarial, estabelecia o número de vagas para cada ano letivo, determinava as contribuições escolares e a modalidade de seu recebimento. Além destes encargos, a Sociedade Mantenedora encarregava-se da Tesouraria e da Contabilidade do Colégio Técnico.

A composição do colégio era a seguinte: Diretoria, Secretaria, Corpo Docente e Discente e Grêmio Estudantil. A Direção era composta pelo Diretor e o Vice-Diretor,

que representavam o colégio perante as autoridades de ensino. Deveriam ser enfermeiros.

Os professores deveriam ser registrados ou autorizados pelos órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura ou possuir a autorização da Inspetoria Seccional de São Paulo, para lecionar a título provisório. As disciplinas específicas da profissão eram dadas por enfermeiros, de preferência com curso de pós-graduação. Segundo Trindade⁽⁹⁶⁾, havia dificuldade para serem encontrados “elementos capazes e preparados para o ensino de enfermagem”, pois havia grande deficiência de enfermeiros para a área assistencial. Na área de ensino o problema se agravava, em face do número restrito de pessoas devidamente preparadas para este fim.

Quanto aos professores das disciplinas de cultura geral, deveriam ser licenciados por faculdade de Filosofia. Não havia dificuldade para consegui-los, pois a instituição estabelecia, à época, um grande intercâmbio com o Colégio Dante Alighieri e contava com a participação de seus professores para lecionar as disciplinas de cultura geral⁽⁹⁶⁾.

O Grêmio Estudantil era responsável pela programação e coordenação das atividades extracurriculares. Possuía uma diretoria eleita anualmente pelos alunos, que era orientada e fiscalizada pela direção da escola.

Os capítulos que tratam dos corpos docente e discente faziam referência, apenas, às atividades que lhes eram dever e que lhes eram vedadas, sem apontar direitos.

Como já citado, a primeira turma deste curso iniciou-se em abril de 1967 e teve duração de três anos. Seu encerramento deu-se, portanto, no final do ano letivo de 1969. A turma possuía inicialmente trinta alunos. No ano de 1968 passou a ter

apenas dezoito. O motivo desta perda não está registrado em nenhum dos documentos utilizados como fonte da nossa pesquisa. O número de formandos possivelmente foi nove, que aparecem na fotografia “Formandos da primeira Turma”, encontrada no livro “Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus”⁽⁹⁵⁾.

As Irmãs Cleamaria Simões e Fúlvia Perin, que foram diretoras do Colégio, forneceram alguns esclarecimentos, apresentados a seguir, complementando os dados colhidos.

Irmã Cleamaria foi a diretora no primeiro ano de funcionamento do curso. Sua sucessora foi Irmã Maria Trindade, que dirigiu o curso de 1969 a 1972. Ainda em 1972, esta última foi substituída por Irmã Fúlvia Perin. Ela dirigiu a escola neste, que foi o último ano em que funcionou o curso técnico. É interessante notar que na documentação encontrada na Secretaria de Educação, assina como diretora Celina Castagnari.

Irmã Fúlvia foi chamada pela administração da Mantenedora, representada à época por Dr. Pierpaolo Giambrini, para dirigir também o Curso Técnico de Enfermagem, sendo que, além destas, já assumia outras atribuições na instituição.

A sua resposta foi de que não poderia assumir os dois cursos, pois, além de representar um acúmulo de funções, ela não possuía experiência com cursos técnicos profissionalizantes e, portanto, aceitava continuar a dirigir somente o curso de auxiliar de enfermagem. Este fato, aliado ao gasto excessivo para a manutenção do CTE, alegado por Dr. Pierpaolo Giambrini, foi o motivo de seu encerramento.

O curso formou quatro turmas de iniciantes nos anos de 1967 a 1970 e, como tinha a duração de três anos, os de término foram 1969 a 1972.

Em documento encontrado na Diretoria de Ensino Centro Sul, que contém os registros de “Aproveitamento e Frequência – Resultado Final” (Anexo I) dos alunos da terceira turma da Escola, estão descritas menções e frequências dos alunos da turma formada em 1971.

Nossas considerações sobre o Curso Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo” são que, diferentemente daquele do Rio de Janeiro, não foi implantado para servir de modelo a outras escolas, mas para qualificar o pessoal interno do hospital, onde funcionava. A iniciativa de proposição do curso partiu de enfermeiras docentes e do hospital.

O Hospital Matarazzo era de atividade predominantemente cirúrgica e de cunho particular, o que nos faz deduzir que requeria mão de obra especializada, como a do técnico de enfermagem.

O curso não tinha dificuldades para suprir suas necessidades de desenvolvimento da prática, pois o Hospital Matarazzo era o seu principal campo de estágios.

Consideramos que a separação dos regimentos dos cursos de auxiliar e de técnico de enfermagem era indicativo de que não havia efetiva intenção de manter os dois cursos. Ainda, quando Irmã Fúlvia Perin chamada a dirigir o curso técnico, em período em que era também diretora do curso de auxiliar, optou por este último, o que supomos ter contribuído para o encerramento do primeiro.

Ao analisarmos os dados sobre os dois cursos em conjunto, inferimos que as enfermeiras do Rio de Janeiro eram simpatizantes da idéia de criação do curso técnico de enfermagem e intentaram sua implementação.

Em São Paulo o curso técnico foi uma iniciativa isolada, com clara intenção de diminuir custos com mão de obra, na medida em que propunha atividades do enfermeiro para serem desempenhadas pelo técnico de enfermagem, como chefiar unidades de enfermagem hospitalares que não fossem centro de ensino ⁽⁹⁶⁾.

A implementação do curso técnico no Rio de Janeiro foi realizada por enfermeiras possuidoras de representatividade política. O contrário ocorreu em São Paulo.

Salientamos que no período em que funcionaram esses dois cursos, a presidente e vários membros da Diretoria da ABEn-Nacional eram de São Paulo. Participaram das discussões sobre o curso técnico e ocupavam cargos em instituições públicas de ensino superior (Escola de Enfermagem de São Paulo e de Ribeirão Preto da USP), inclusive com curso de licenciatura, que poderia se valer do curso técnico para sua prática de ensino. Entretanto, não o implantaram na citada escola, o que pode indicar que não eram favoráveis à criação deste curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste estudo é compreender as questões relacionadas à criação e à trajetória dos primeiros cursos de formação de técnicos de enfermagem, por meio do conhecimento do suporte legal para o ensino e o exercício da profissão de técnico de enfermagem.

Ao levantarmos e analisarmos os atos legais ligados à formação e ao exercício profissional do técnico de enfermagem registramos a história dessa “lei”, que por sua vez, conta-nos a história do curso técnico de enfermagem. Esperamos que este modelo de análise possa ser uma contribuição à medida que possa ser utilizado na realização de outros estudos.

As origens e os motivos para a criação do curso de formação do técnico de enfermagem no Brasil foram retomadas e analisadas, e com isso, foram trazidos à tona novos motivos, aparentemente adjacentes, que podemos considerar como causais em relação aos rumos tomados e às condições alcançadas pelo curso técnico e o profissional técnico de enfermagem.

Na medida em que descrevemos a trajetória histórica da implementação, da organização e do funcionamento dos cursos técnicos de enfermagem pioneiros do Brasil no Rio de Janeiro e em São Paulo, acreditamos que pudemos demonstrar as transformações causadas pela mudança de paradigma que o “novo” traduz. O curso técnico de enfermagem tornou-se realidade e a transformou, uma vez que introduziu outros elementos no campo, novos agentes e novas instituições, como os técnicos, o corpo docente, os diretores de seus cursos de formação e seus empregadores.

Podemos dizer que o curso técnico de enfermagem não foi emblemático somente pela mudança de paradigma, como pelo fato de ter sido um instrumento da luta de poder travada no campo.

Considerando o quadro de referência da teoria do campo social de Bourdieu, temos como constatação básica do presente trabalho que o poder dentro do campo da Enfermagem teve uma distribuição diluída entre a elite intelectual, forjada principalmente no modelo anglo-americano, que buscava a laicização da Enfermagem, e por religiosas de influência católica. Contudo, essa luta não coibiu a articulação em torno de um objetivo comum, que foi impedir a enfermagem de cair do nível universitário para o nível médio ou técnico.

Inicialmente, as líderes acreditavam que deveriam desenvolver esforços para o curso superior ficar, de fato, superior e, após esta cristalização, tentariam legislar sobre o curso técnico. Posteriormente, a criação do curso técnico de enfermagem surge no bojo das transformações da legislação de ensino como fator estratégico impeditivo para esse rebaixamento.

As enfermeiras do Rio de Janeiro, partidárias da criação do técnico de enfermagem, tomaram a iniciativa e tornaram isso uma realidade. Já as enfermeiras paulistas retardaram o quanto puderam a expansão do curso e, sendo na época, as dirigentes da associação de classe mais representativa, tiveram sucesso na prevalência de suas intenções.

Quando se observa a legislação do exercício profissional, fica claro que o técnico só foi reconhecido quando foi possível mantê-lo sob o controle absoluto do enfermeiro.

A contribuição deste estudo, queremos acreditar, está no fato de poder vir ser um alicerce para outros sobre o técnico de enfermagem, pois, praticamente, não existem até o momento estudos desta natureza realizados sob esse prisma.

Dentre as possibilidades para futuros trabalhos relacionados ao curso técnico, sugerimos:

- Estudos comparativos cruzando o número de escolas, de técnicos formados e de postos de trabalho ao longo do tempo.
- Pesquisas nas quais possa se dar voz aos técnicos de enfermagem e aos agentes da área do ensino (professores, coordenadores e diretores dos seus cursos de formação) e do seu mercado de trabalho (instituições de saúde em geral).
- Estudos que tragam em seu bojo a proposta de cotejar o ensino com o exercício do trabalho do técnico de enfermagem.

Nossa pesquisa não é um estudo acabado. É uma primeira abordagem em que se tentou começar a discutir o assunto, talvez um “tabu” para nós enfermeiros. Ela é o resultado de um esforço para a compreensão de fatos do passado do curso de formação do técnico de enfermagem e indica claramente a necessidade de repensarmos sobre a responsabilidade do enfermeiro, já que este é o líder da equipe de enfermagem, frente às questões aqui mostradas e que carecem de sua atenção.

6 REFERÊNCIAS

6 REFERÊNCIAS

1. Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn. Regimento da Diretoria de Educação da Associação Brasileira de Enfermagem. Brasília: ABEn-DF, 1996.
2. Caverni LMR, Sanna MC. Dez anos do GIEMEn - Grupo de Interesse no Ensino Médio de Enfermagem. *Rev Paul Enferm* 2002; 21 (3): 262- 8.
3. Dantas RAS, Aguillar OM. O ensino médio e o exercício profissional no contexto da enfermagem brasileira. *Rev Lat Am Enferm* 1999; 7(2): 25-32.
4. Friedlander MR, Secaf V, Matsui T. O ensino de enfermagem em nível médio. [Apresentado ao 11º Congresso da Associação Médica Brasileira; 1992; São Paulo].
5. Brasil. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. *Enfermagem, legislação e assuntos correlatos*. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 3, p. 650-65.
6. Barbato MG, Galante V. Currículo pleno para a habilitação de técnico em enfermagem. *Rev Esc Enferm USP* 1974; 30(1): 19-37.
7. Associação Brasileira de Enfermagem. 1º Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem. Relatório final; 1966 nov-dez 28-02; Curitiba (PA): ABEn-PA; 1966.
8. Oguisso T. Considerações sobre a legislação do ensino e do exercício do técnico de enfermagem e do auxiliar de enfermagem. *Rev Bras Enferm* 1977; 30:168-74.
9. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 7/77. Institui a habilitação de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem ao nível de 2º grau. In: São Paulo. Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos Pedagógicos. *Estrutura e funcionamento dos cursos supletivos de qualificação profissional na área da Enfermagem*. São Paulo; 1979. p. 177-8.

-
10. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 8/77. Institui em caráter emergencial, a formação do Auxiliar de Enfermagem ao nível do ensino de 1º grau. In: São Paulo. Secretaria da Educação. Coordenadoria de estudos Pedagógicos. Estrutura e funcionamento dos cursos supletivos de qualificação profissional na área da Enfermagem. São Paulo; 1979. p. 179.
 11. Frias MAE, Takahashi RT. O perfil dos candidatos aos cursos técnicos de enfermagem de uma escola particular de São Paulo. Rev Esc Enferm USP 2000; 34 (3): 309-16.
 12. Gonçalves NL. Técnico de enfermagem: estudo de funções em hospitais e clínicas particulares. Rev Bras Enferm 1979; 32:172-82.
 13. Brasil. Lei n. 7.498, de 25 de julho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. In: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Documentos básicos de enfermagem. São Paulo; 2001. p. 36-41.
 14. Brasil. Lei n. 8.967, de 28 de dezembro de 1994. Altera a redação do art. 23 da Lei n. 7.498, de 25-06-1986. Assegura ao atendente admitido antes da vigência desta Lei, o exercício das atividades, observado o disposto no art.15. Diário Oficial da União, Brasília, 29 dez.1994.
 15. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução n. 186, de 20 de julho de 1995. Dispõe sobre a definição e a especificação das atividades elementares da Enfermagem executadas pelo pessoal sem formação específica regulada em lei. In: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Documentos básicos de enfermagem. São Paulo; 2001. p. 142-3.
 16. Costa MFBNA. A inserção do técnico de enfermagem no mercado de trabalho da baixada santista: fatores dificultadores e facilitadores.[dissertação] São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 2003.
 17. Narchi NZ. O uso de indicadores de desempenho institucional na avaliação de Cursos Técnicos de Enfermagem. [tese]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 1999.
 18. Fundação Instituto de Geografia e Estatística. Estatísticas de Saúde: Assistência Médico-Sanitária, 2002. Rio de Janeiro; 2002. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/ams/ams2002.pdf> (25.03.2005)

19. Kobaiashi RM. Caracterização da disciplina noções de administração de enfermagem dos cursos de técnico de enfermagem [dissertação] São Paulo (SP):escola de Enfermagem da USP: 2002.

20. Caverni LMR, Oguisso T. Textos sobre o técnico de enfermagem em dois periódicos brasileiros. *Rev Paul Enferm* 2004; 23 (2): 160-7.

21. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Perfil das ações do técnico de enfermagem no Brasil. Brasília-DF; 2003.

22. Peduzzi M, Anselmi LA. O auxiliar e o técnico de enfermagem: categorias profissionais diferentes e trabalhos equivalentes. *Rev Bras Enferm* 2004; 57 (4): 425-9.

23. Brasil. Lei n. 2604, de 17 de setembro de 1955. Regula o exercício da enfermagem profissional. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos, 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 177-91.

24. Brasil. Decreto n. 50.387, de 28 de março de 1961. Regulamenta o exercício da enfermagem e suas funções auxiliares. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; v. 2, p. 217-22.

25. Brasil. Decreto n. 94.406, de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei n. 7.498/86, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. In: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Documentos básicos de enfermagem. São Paulo; 2001. p. 43-9.

26. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CEPM n. 171, de 11 de março de 1966. Curso Técnico de Enfermagem da Escola Ana Néri. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974, v. 2, p. 393-4.

27. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CEPM n. 224, de 14 de abril de 1966. Curso Técnico de Enfermagem da Escola Luiza de Marillac. In: Ministério da Saúde.

Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 2, p. 401-2.

28. Oguisso T. História da legislação do ensino médio profissional de enfermagem. Rev Paul Enferm 2002; 21(1):71-83.

29. Oguisso T. História da legislação do exercício da enfermagem no Brasil. Rev Bras Enferm 2001; 53 (4):197-207.

30. Amorim WM. A reconfiguração da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: Rio de Janeiro, 1937-1945. [tese] Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery da UFRJ; 2003.

31. Felix LO. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo (RS): Ediupf; 1998.

32. Bourdieu P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1993.

33. Bourdieu P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA; 1989.

34. Caverni LMR, Oguisso T. Reflexões sobre o estudo da legislação em enfermagem sob a perspectiva histórica. Rev Téc-cient Enferm 2004; 2 (9): 178-81.

35. Moreira CNN. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na 1ª República. História, Ciências, Saúde 1999; 5 (3): 621-45.

36. Bourdieu P. Razões práticas sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus; 1996.

37. Bourdieu P. “Lês trois états du capital culturel”. Actes de La Recherche en Sciences Sociales 1979; 30 (nov) 3.

38. França RL, coordenador. Enciclopédia Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva; 1977.

-
39. Oguisso T, Schmidt MJ. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTr; 1999.
40. Lynaugh JL, Reverby S. Thoughts on the nature of history. *Nurs Res* 1987; 36(1) 4 e 69.
41. Burke P. A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; 1991.
42. Le Goff J. Documento/Monumento. In: *Memória – Historia*. Enciclopédia Einaudi. Porto (PT): Imprensa Nacional/Casa da Moeda; 1984. 1 v.
43. Polit DF, Hungler BP. Fundamentos de pesquisa em enfermagem. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.
44. Richardson RJ. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas; 1999. p. 245-58.
45. Vieira MPA, Peixoto MRC, Khoury YMA. A pesquisa histórica. São Paulo: Ática; 1989.
46. Lüdke M, André M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU; 1986.
47. Houaiss A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.
48. Moreira A. Profissionalização da enfermagem brasileira: o pioneirismo da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1890-1920). [tese] São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 2003.
49. Fonseca CS. História do ensino industrial no Brasil. In: Silva MER. A formação do técnico de nível médio: origens, uma visão de alunos e sinais de mudança.[dissertação] São Paulo (SP): Faculdade de Educação da USP; 1997.

-
50. Silva MER. A formação do técnico de nível médio: origens, uma visão de alunos e sinais de mudança. [dissertação] São Paulo (SP): Faculdade de Educação da USP; 1997.
51. Ministério da Educação. CNE/CEB – Parecer n. 16, de 05 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Diário Oficial da União, Brasília, 26 nov. 1999. p. 9.
52. Ferreira ABH. Novo dicionário da língua portuguesa. 2ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
53. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia; [195-?]. v.15, p. 50.
54. Almeida GB. O ensino médio no contexto da LDB nº9.394/96: preparação para o trabalho e cidadania. [dissertação] São Paulo (SP): Faculdade de Educação da USP; 2001.
55. Brasil. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 2, p. 227-36.
56. Romanelli OO. História da educação no Brasil. 7ª ed. Petrópolis: Vozes; 1985.
57. Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, v. 134, n. 248, Seção 1, p. 27833-41, 1996.
58. Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem – 1926/1976. Brasília: Folha Carioca; 1976.
59. Barreira IA, Sauthier J, Baptista SS. O movimento associativo das enfermeiras diplomadas brasileiras na 1ª metade do século 20. Rev Bras Enferm 2001; 53 (4): 157-73.
60. Fausto B. História do Brasil. São Paulo: Edusp; 2003.

-
61. Brasil. Decreto n. 20.109/31, de 15 de junho de 1931. Regula o exercício da Enfermagem no Brasil e fixa as condições para equiparação das escolas de enfermagem e instituições relativas ao processo de exame para revalidação de diplomas. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 68-72.
62. Brasil. Lei n. 775, de 6 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e dá outras providências. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 154-7.
63. Brasil. Decreto n. 27.426/49, de 14 de novembro de 1949. Aprova o regulamento básico para os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 161-72.
64. Resende MA. Ensino de Enfermagem. [Relatório pedido pela Confederação Nacional da Indústria, SESI e SENAI; para os Encontros Regionais de Educação; 1960 out.]. Rev Bras Enferm 1961; 14(2):110-58.
65. Alcântara G. A enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira. [tese] Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP; 1963.
66. Pinheiro MRS. A enfermagem no Brasil e em São Paulo. Rev Bras Enferm 1962; 15 (5): 432-78.
67. Rizzotto MLF. História da enfermagem e sua relação com a saúde pública. Goiânia: AB; 1999.
68. Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn. Diretrizes para a Enfermagem no Brasil – Relatório final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956/1958. Brasília; 1980.
69. Secaf V, Sanna MC. “Levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil” – um documento da década de 50 do século XX. Rev Bras Enferm 2003; 56 (3): 315-7.

70. Dourado HG Novo profissional de enfermagem formado na Guanabara. *Rev Bras Enferm* 1965; 18 (2/3): 136-9.
71. Ministério da Educação e Cultura. Parecer C.E.Su. n. 279, de 16 de novembro de 1962. Reconhecimento de curso de Escola de Auxiliares de Enfermagem. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. *Enfermagem, legislação e assuntos correlatos*. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v.2, p. 259-61.
72. Ministério de Educação e Cultura. Parecer C.E.P.M. n. 357, de 2 de junho de 1966. Cursos de enfermagem de nível médio, ciclo colegial. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. *Enfermagem, legislação e assuntos correlatos*. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 2, p. 408-10.
73. Ministério da Educação e Cultura. Parecer C.E. de 1º e 2º graus n. 45/72, de 12 de janeiro de 1972. Fixa os mínimos exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no ensino de 1º e 2º graus. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. *Enfermagem, legislação e assuntos correlatos*. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 3, p. 681-715.
74. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CFE n. 3.814, de 12 de novembro de 1976. Habilitações profissionais na área da saúde, setor enfermagem. In: Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Estrutura e funcionamento dos cursos supletivos de qualificação profissional na área de enfermagem*. São Paulo; 1979. p. 158-77.
75. Brasil. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º. do art. 36 e os arts. 39 e 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 abr. 1997.
76. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 4/99, de 08 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. In: Sírío ASS, Garbelotti EOP, Palmerio LG, Matsui T. *Legislação complementar e notas remissivas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: EPU; 2001. p. 157.
77. Conselho Estadual de Educação. Indicação CEE n. 8, de 11 de junho de 2000. Diretrizes para implementação da Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 2000. Seção 1, p. 18-9.

-
78. Ministério da Educação e Cultura. (BR) Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília; 2000. [on-line]. Disponível em: www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/ReferenciaisCurriculares/saude.pdf (25 fev.2000).
79. Brasil. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamente o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília; 2005. [on line]. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos.pdf (23 jul. 2004).
80. Oguisso T, organizador. Trajetória histórica e legal da enfermagem. Barueri (SP): Manole; 2005.
81. Moreira A. A profissionalização de enfermagem. In: Oguisso T, organizador. Trajetória histórica e legal da enfermagem. Barueri (SP): Manole; 2005. p. 98-129.
82. Mott MLB. Partos, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época. [tese]. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História da USP; 1998.
83. Brasil. Decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890. Cria no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 26-7.
84. Brasil. Decreto n. 15.230/21, de 31 de dezembro de 1921. Aprova o regulamento para o serviço de saúde do exército em tempo de paz. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 35-54.
85. Brasil. Decreto n. 15.799/22, de 10 de novembro de 1922. Aprova o regulamento do Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Pública. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 55-6.
86. Brasil. Decreto n. 16.300/23, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 57-66.

-
87. Brasil. Decreto n. 20.931, de 11 de janeiro de 1932. Regula e fiscaliza o exercício de medicina, de odontologia, da medicina veterinária, e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira no Brasil, e estabelece penas. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 75-82.
88. Brasil. Decreto-Lei n. 8.345/45, de 10 de dezembro de 1945. Dispõe sobre habilitação para o exercício profissional. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 134-5.
89. Brasil. Decreto-Lei n. 8.772/46, de 22 de janeiro de 1946. Altera as carreiras de enfermeiro dos Quadros Permanentes e Especial do Ministério da Educação e Saúde, cria a carreira de auxiliar de enfermagem no Quadro Permanente e dá outras providências. In: Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 136-7.
90. Alcântara G. Princípios fundamentais do currículo. In: Relatório final do 1º Seminário Regional de Enfermagem; 1996; Curitiba. Curitiba: ABEn-Seção PR; 1966. p. 10-21.
91. Brasil. Lei n. 5.905, de 12 de julho de 1973. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. In: In: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Documentos básicos de enfermagem. São Paulo; 2001. p. 19-25.
92. Conselho regional de Enfermagem de São Paulo. Circular n. 02/76, de 28 de abril de 1976. In: Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Estrutura e funcionamento dos cursos supletivos de qualificação profissional na área de enfermagem. São Paulo; 1979. p. 73-4.
93. Resolução COFEN n. 276/2003. [on line].
www.corensp.org.br/resolucoes/resolucoes.html (10 mar. 2005).
94. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Parecer n. 2.713/74, da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, de 03 de setembro de 1974. In: Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Estrutura e funcionamento dos cursos supletivos de qualificação profissional na área de enfermagem. São Paulo; 1979. p. 126-39.

95. Wernet A et al. Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus: 100 anos a serviço do amor. Bauru, SP: EDUSC; 2002.
96. Roche MT. O curso técnico de enfermagem “Maria Pia Matarazzo”. Rev Bras Enferm 1968; 21 (1/3):68-74.
97. Notícias: Curso Técnico de Enfermagem. Rev Bras Enferm 1967; 20(2/3):197.
98. São Paulo. Secretaria de Educação. Resolução n. 45/66 do CEE, de 05 de dezembro de 1966. In: Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Estrutura e funcionamento dos cursos supletivos de qualificação profissional na área de enfermagem. São Paulo; 1979. p. 41-3.
99. Ministério de Educação e Cultura. Parecer C.E.P.M. n. 871/69, aprovado em 7 de novembro de 1969. In: Documenta 1969; 109/108.

Anexo A

Parecer nº 171/66, C.E.P.M. Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

CURRÍCULO MÍNIMO

ESCOLA ANA NÉRI (U.F.R.J.)

Curso Técnico de Enfermagem

Parecer nº 171/66, C.E.P.M., aprov. em 11-3-1966. — A Escola Nacional de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Escola de Enfermagem Ana Néri, apresenta a este Conselho uma proposta para alteração do art. 2º do seu regimentos com o intuito de incluir as suas finalidades, a manutenção do Curso Técnico de Enfermagem.

A proposta, como consta do processo, foi aprovada pelo Conselho Universitário, e, além de definir as finalidades do Curso Técnico de Enfermagem, apresenta o currículo que será adotado, oferecendo ainda algumas outras informações sobre o corpo docente e as normas às quais obedecerá o Curso.

Trata-se de Curso de Enfermagem de nível médio e ciclo colegial, de acordo com a distribuição do ensino da Enfermagem feita no Par. 279/62 em três escalões. (Doc. 10, pág. 142).

O nome proposto pela Escola Nacional de Enfermagem, Curso Técnico de Enfermagem, não coincide com o que foi indicado pelo Conselho no Par. 279/62. "Deverão chamar-se Escolas Médias de Enfermagem", diz o parecer.

Isso, entretanto, não constitui impedimento e até oferece alguma vantagem porque permite fazer bem a distinção não só entre os Cursos, mas igualmente entre os diplomados, estabelecendo, desde já, a graduação em três níveis profissionais que, segundo parece, convém muito à situação desigual das diferentes regiões do País e também às exigências hospitalares para melhor distribuição de serviço.

A Escola Nacional de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é a primeira, no Sistema Federal, a organizar o Curso de Enfermagem de Nível Médio, sob o regime da L.D.B., e, de acordo com a distribuição do ensino de Enfermagem do Par. 279/62. Deu assim ensejo à padronização da matéria que já se tornou necessária, por já estarem sendo criadas Escolas Médias de Enfermagem, nos Sistemas Estaduais, segundo informa uma consulta da Associação Brasileira de Enfermagem, convindo muito manter uma unidade básica entre

- 2 -

as diversas escolas.

O currículo poderá ser aceito nos seguintes termos: A. Disciplinas de Cultura Geral: 1 - Português, 2 - História (Geral e do Brasil), 3 - Ciências Físicas e Biológicas, 4 - Filosofia (incluindo Ética Geral e profissional), 5 - Inglês (optativa da Escola).

B. Disciplinas específicas: 1 - Fundamentos de Enfermagem/ (Anatomia e Fisiologia, Microbiologia, Parasitologia, Nutrição, Dietética), 2 - Higiene e Profilaxia, História da Enfermagem. 3 - Enfermagem Médica (incluindo Enfermagem Médica (incluindo Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias.) 4 - Enfermagem Cirúrgica / (incluindo Enfermagem em Centro Cirúrgico.) 5 - Enfermagem Ortopédica e Traumatológica, Enfermagem em Otorrinolaringologia e Oftalmológica. 6 - Enfermagem Materno Infantil. 7 - Enfermagem em Saúde Pública. 8 - Administração de Unidades de Enfermagem. 9 - Enfermagem Psiquiátrica.

Em cada especialidade de Enfermagem deverão ser integrados os princípios de Dietética, Dietoterapia e Terapêutica.

Estágios:

Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem Obstétrica, Enfermagem Pediátrica, Dietética, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem Saúde Pública.

Os requisitos exigidos para inscrição atendem às exigências das leis em vigor.

As cadeiras das disciplinas serão preenchidas por professores de disciplina do Curso Superior de Enfermagem e as das disciplinas de cultura geral por professores, legalmente habilitados perante a Diretoria competente do M.E.C.

Tratando-se de Escola com tradição dos melhores serviços / prestados ao País nesse importante ramo de ensino e dada a urgência exigida pelo número de candidatas já inscritas para este ano é de parecer que o curso seja autorizado, ficando entretanto sujeito às modificações que o C.F.E. introduzir no Currículo, ao regulamentar o Curso Médio de Enfermagem de ciclo colegial, e a enviar o regimento particular do Curso à Diretoria competente para a devida aprovação. (a) José Borges dos Santos, Vice-Presidente da C.E.P.M. e relator.

/vlg1...

Anexo B

Regimento Interno do Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Ana Néri da U.F.R.J. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

REGIMENTO INTERNO DO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NÉRI DA U.F.R.J.

TÍTULO I

Dos fins do curso

Art. 1º - O Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Ana Néri criado de acordo com o artigo IV, alínea C do capítulo I do Regimento da Escola de Enfermagem Ana Néri e conforme parecer 171/66 da Câmara de Ensino Primário e Médio do Conselho Federal de Educação, tem os seguintes objetivos:

- a) funcionar como Colégio de Aplicação para a prática de Ensino do Curso de Graduação de Enfermagem e do Curso em Pedagogia e Didática de Enfermagem para Graduados;
- b) prover um programa educacional para formar pessoal de enfermagem em nível médio (2º Ciclo), capaz de prestar cuidados diretos de enfermagem nos hospitais, nos lares, torná-lo apto a funcionar como membro participante da equipe de Saúde Pública e viver efetivamente como membro de uma comunidade;
- c) colaborar com o esforço nacional de educação na formação de técnicos, como parte do sistema de ensino da Enfermagem, a fim de proporcionar variedade de pessoal habilitado e assegurar uma melhor ordenação e utilização dos recursos para o desenvolvimento do país;
- d) concorrer para proporcionar oportunidades de uma educação geral na área geográfica onde atua a Escola, provendo meios de melhoria dos recursos humanos locais.

TÍTULO II

Da organização didática

CAPÍTULO I

Das disciplinas e seriação

Art. 2º - O Curso Técnico de Enfermagem tem a duração de 3 anos letivos, sendo o seu currículo constituído pelas seguintes disciplinas:

- I - DISCIPLINAS DE CULTURA GERAL
 1. Português
 2. História Geral e do Brasil
 3. Ciências Físicas e Biológicas

2.

4. Filosofia, incluindo Ética Geral, Profissional e Educação Moral e Cívica.
5. Princípios básicos de Sociologia
6. Educação Física
7. Inglês (optativa da Escola)
8. Canto Coral (optativa da Escola).

II - DISCIPLINAS ESPECÍFICAS

1. Fundamentos de Enfermagem que coordena as disciplinas: Anatomia e Fisiologia, Microbiologia e Parasitologia, Nutrição e Dietética
2. Higiene e Profilaxia, História da Enfermagem
3. Enfermagem Médica, incluindo Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias
4. Enfermagem Cirúrgica, incluindo Enfermagem em Centro Cirúrgico
5. Enfermagem Ortopédica e Traumatológica, Enfermagem em Otorrinolaringologia e em Oftalmologia
6. Enfermagem Materno-Infantil
7. Enfermagem em Saúde Pública
8. Administração de Unidade de Enfermagem
9. Enfermagem Psiquiátrica.

§ Único - Em cada especialidade de Enfermagem deverão ser integrados os princípios de Dietética, Dietoterapia e Terapêutica.

ARTº 3º - A estrutura curricular do CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM, em anexo a este regimento, terá a seguinte carga horária e seriação:

Disciplinas de Cultura Geral: 940 horas

Disciplinas específicas: 620 horas

Ensino e Atividades Clínicas: 1228 horas

I- 1ª Série - DISCIPLINAS DE CULTURA GERAL

- Português
- História Geral, do Brasil e de Enfermagem
- Inglês
- Canto Coral
- Filosofia Geral integrando Educação Moral e Cívica, introdução à Psicologia e Ética I.
- Educação Física

2.

4. Filosofia, incluindo Ética Geral, Profissional e Educação Moral e Cívica.
5. Princípios básicos de Sociologia
6. Educação Física
7. Inglês (optativa da Escola)
8. Canto Coral (optativa da Escola).

II - DISCIPLINAS ESPECÍFICAS

1. Fundamentos de Enfermagem que coordena as disciplinas: Anatomia e Fisiologia, Microbiologia e Parasitologia, Nutrição e Dietética
2. Higiene e Profilaxia, História da Enfermagem
3. Enfermagem Médica, incluindo Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias
4. Enfermagem Cirúrgica, incluindo Enfermagem em Centro Cirúrgico
5. Enfermagem Ortopédica e Traumatológica, Enfermagem em Otorrinolaringologia e em Oftalmologia
6. Enfermagem Materno-Infantil
7. Enfermagem em Saúde Pública
8. Administração de Unidade de Enfermagem
9. Enfermagem Psiquiátrica.

§ Único - Em cada especialidade de Enfermagem deverão ser integrados os princípios de Dietética, Dietoterapia e Terapêutica.

Art. 3º - A estrutura curricular do Curso Técnico de Enfermagem, em anexo a este Regimento, terá a seguinte carga horária e seriação:

3.

Educação Moral e Cívica

Ciências Físicas e Biológicas, integrando Matemática, Introdução à Física, Introdução à Química, Microbiologia e Parasitologia, Anatomia e Fisiologia.

II - 2ª Série - Disciplinas de cultura geral

Português

História Geral, do Brasil e de Enfermagem

Inglês

Canto Coral

Filosofia Geral, integrando Psicologia Evolutiva e Educação Moral e Cívica

Ciências Físicas e Biológicas, integrando Matemática

Educação Física.

Disciplinas específicas

Fundamentos de Enfermagem, incluindo Drogas e Soluções, Ataduras, Nutrição e Introdução à Farmacologia

Enfermagem em Saúde Pública, integrando Higiene e Saneamento

Noções de Bioestatística e Epidemiologia.

III - 3ª Série - Disciplinas de cultura geral

Português

Princípios Básicos de Sociologia

Filosofia Geral, integrando Ética II e Educação Moral e Cívica

Educação Física.

Disciplinas específicas

Enfermagem Médico-Cirúrgica

Enfermagem Psiquiátrica

Enfermagem Obstétrica e Ginecológica

Enfermagem em Saúde Pública

Enfermagem Pediátrica

Administração de Unidades de Enfermagem.

CAPÍTULO II

Da Coordenação do Curso

4.

Art. 4º - A Coordenação do Curso Técnico será exercida por um Coordenador, designado pelo Diretor da Escola de Enfermagem Ana Néri, dentre os professores das disciplinas específicas e auxiliado pelos chefes dos Departamentos.

Art. 5º - Cabe ao Coordenador:

- I - coordenar e controlar as atividades do Curso;
- II - planejar e organizar, junto com os chefes de Departamento as atividades do ano letivo;
- III - compatibilizar os horários das atividades semanais e mensais, de acordo com as necessidades do ensino;
- IV - promover meios para manutenção de elevados níveis de disciplina e de funcionamento do Curso;
- V - participar das reuniões do Conselho Departamental, por solicitação, para assessoria nos assuntos referentes ao Curso Técnico;
- VI - procurar atender ao corpo docente e ao corpo discente em suas dificuldades, promovendo entendimento e progresso nas atividades;
- VII - promover o crescimento profissional do corpo docente, através de oportunidades pedagógicas;
- VIII - responder pelas atividades do curso junto ao Diretor da Escola;
- IX - cumprir e fazer cumprir o estatuto e o regimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o regimento da Escola, este regimento e as decisões da Diretoria da Escola.

TÍTULO III

Do ingresso no curso

CAPÍTULO I

Da inscrição e exame de seleção

Art. 6º - A inscrição ao Curso Técnico de Enfermagem será aberta por edital, publicado no Diário Oficial com antecedência mínima de 30 dias de realização das provas, estabelecendo local, horário e número de vagas.

Art. 7º - As candidatas apresentarão no ato da inscrição os seguintes documentos:

5.

-
- a) recibo de pagamento das taxas estabelecidas pela Escola;
 - b) documento de identidade fornecido pela repartição competente;
 - c) 3 retratos 3 x 4.

Art. 8º - Para a admissão à 1ª série do Curso, o candidato inscrito deverá ser aprovado no exame de seleção realizado na época regulamentar.

Art. 9º - O exame de seleção constará de provas de Português e Conhecimentos Gerais, relativas aos programas do 1º ciclo do nível médio.

§ Único - O exame poderá ser precedido de entrevistas, de provas psicológicas de personalidade e específicas de aptidão para a enfermagem.

Art. 10º - As provas escritas serão feitas em papel rubrica do pelos examinadores, e fornecidas aos candidatos distribuídos em turmas, de acordo com a capacidade da sala, sendo-lhes concedido o prazo de duas horas para a sua realização.

Art. 11º - Essas provas serão preenchidas a tinta, não serão assinadas, e sim, numeradas, por ordem de terminação, assinando o candidato em livro próprio, ao lado do número que servirá para identificá-las após sua correção.

§ 1º - A prova que estiver assinada inabilitará o candidato.

§ 2º - Não haverá 2ª chamada para prova de seleção.

Art. 12º - Será habilitado o candidato que, no mínimo, obtiver média final cinco (5).

Art. 13º - A classificação para o preenchimento das vagas será feita de acordo com a ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos aprovados em todas as disciplinas.

§ Único - Serão desclassificados os candidatos que:

- 1. deixarem de realizar qualquer prova;
- 2. forem inabilitados em entrevistas, provas psicológicas de personalidade e específicas de aptidão, referidas no parágrafo único do art. 9º.

Art. 14º - O exame de seleção será organizado e realizado por uma Comissão designada pelo Diretor, constituída por um professor da Escola como Presidente e mais dois membros que exerçam funções didáticas na Escola.

6.

Art. 15º - O exame de seleção será válido somente para o ano letivo em que se realizar.

CAPÍTULO II

Da matrícula e rematrícula

Art. 16º - Cabe à Diretora fixar anualmente em dezembro número de vagas à matrícula à 1ª série do curso.

Art. 17º - A matrícula será feita dentro do número de vagas existentes na 1ª série do curso, respeitada rigorosamente a ordem de classificação que deve ser divulgada por edital afixado na Escola.

Art. 18º - Para a matrícula na 1ª série o candidato aprovado no exame de seleção apresentará os seguintes documentos:

- a) certidão de nascimento;
- b) documento de identidade fornecido por repartição competente;
- c) certificado de conclusão do ciclo ginasial ou equivalente;
- d) prova de idoneidade moral;
- e) prova de sanidade física e mental;
- f) atestado de vacinação antivariólica e antitetânica;
- g) recibo de pagamento da taxa estabelecida pela Escola;
- h) resultado de abreugrafia acrescido de prova tuberculínea (PPD) com data não anterior a 12 meses;

Art. 19º - A matrícula nas séries seguintes será requerida pelo aluno à Coordenação, que a concederá após serem cumpridas as seguintes exigências:

1. aprovação em todas as disciplinas da série anterior;
2. pagamento da taxa regulamentar;
3. aprovação em exame de saúde feito sob indicação da Coordenadora do Curso.

Art. 20º - Por indicação médica a Coordenação poderá mandar submeter o candidato ou aluno a testes que comprovem sua adaptação às exigências do Curso.

Art. 21º - O aluno poderá solicitar trancamento de matrícula desde que não tenha decorrido 1/3 do período letivo (60 dias letivos).

7.

Art. 22º - Será recusada a matrícula:

- I - ao aluno que fôr reprovado mais de uma vez na mesma série;
- II - ao aluno que tiver interrompido o curso por mais de 3 anos, ainda que tenha obtido sucessivos trancamentos de matrícula;
- III - ao aluno que tenha sido excluído do curso por inadaptação à Enfermagem ou por infração ao Código disciplinar da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- IV - ao aluno que tenha recebido em avaliações anteriores média de 0 a 3 no último período cursado e ou frequência inferior a 50% sem causa justificada.

Art. 23º - Não há matrícula condicional nem vigora sistema de dependência.

Art. 24º - Os alunos reprovados em 1ª época só poderão prestar exame em 2ª época, no máximo em 2 disciplinas de cultura geral e nos seguintes casos:

- I - o aluno que não tiver atingido 75% de frequência em caso de doença confirmada por atestado médico e passível de verificação pericial que impeça o comparecimento do aluno por prazo não superior a 35% do tempo total da disciplina;
- II - o aluno que faltar ao exame por motivo de doença ou de força maior, passível de comprovação pericial, apresenta do até 48 horas após a realização da prova;
- III - o aluno reprovado em 1ª época, desde que não seja em 2 séries consecutivas.

Art. 25º - Verificada em qualquer tempo a inadaptação do aluno para a Enfermagem e estudado o seu caso, a Diretora assessorada pela Coordenadora do curso e pelo Conselho Departamental, decidirá sobre o seu desligamento que deverá ser homologado pela Congregação.

CAPÍTULO III

Da transferência

Art. 26º - A transferência de aluno de outras Escolas brasileiras para o Curso Técnico de Enfermagem se efetuará no período de matrícula, respeitado o número de vagas e mediante a apresentação dos

8.

seguintes documentos:

- . guia de transferência devidamente autenticada;
- . histórico da vida escolar, inclusive do curso secundário (1º ciclo);
- . relatório de sua atividade profissional, expedida pela escola de origem.

§ 1º - Para efetivação das transferências serão aplicados os mesmos requisitos exigidos do candidato para matrícula, mais um relatório de seu comportamento ético profissional, expedido pela escola de origem.

§ 2º - Ao aluno proveniente de estabelecimento estrangeiro será exigida a revalidação do curso na forma da lei de Diretrizes e Bases e de instruções baixadas pelo Conselho Federal de Ensino.

Art. 27º - A Diretora cabe aprovar a transferência após estudo do relatório da Coordenação do Curso e parecer do Conselho Departamental.

TÍTULO IV

Do regime escolar

CAPÍTULO I

Do calendário escolar

Art. 28º - A atividade escolar do Curso Técnico de Enfermagem obedecerá a um calendário aprovado anualmente pela Escola, compreendendo os seguintes períodos:

- I - período letivo com duração mínima de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho escolar efetivo, dividido em duas etapas: de março a julho e de agosto a dezembro, podendo sofrer modificações, a critério da Coordenação;
- II - período de exames, provas e trabalhos de compensação na 1ª quinzena dos meses de julho e de dezembro;
- III - período de férias de 15 dias em julho e em dezembro e nos meses de janeiro e fevereiro;
- IV - período de 2ª época para disciplinas de cultura geral no mês de fevereiro.

CAPÍTULO II

Da apuração do rendimento escolar

9.

Art. 29º - O ensino das disciplinas de cultura geral e específica será ministrado em aulas teóricas, teórico-práticas e atividades clínicas obrigatórias de tempo determinado.

Art. 30º - O ensino será realizado em sala de aula, hospitais, centros de saúde, postos e sub-postos de higiene e outras organizações que se fizerem necessárias.

Art. 31º - As aulas teóricas, as de demonstração e as práticas serão ministradas pelos professores com a colaboração de seus auxiliares e alunas do Curso de Graduação, de Pós-Graduação e de Aperfeiçoamento.

Art. 32º - As aulas teóricas terão duração de 50 minutos e as aulas práticas pelo menos de 1 hora, além das demonstrações.

§ Único - O professor poderá transformar as aulas teóricas em práticas quando o ensino o exigir, sem prejuízo da execução integral do programa.

Art. 33º - Os alunos cumprirão o horário mínimo de 24 horas semanais para o aprendizado de disciplinas e práticas educativas.

Art. 34º - As atividades clínicas do curso compreendem:

- . Pré-Clínico;
- . Enfermagem Médico-Cirúrgica
- . Enfermagem Pediátrica
- . Enfermagem Obstétrica e Ginecológica
- . Enfermagem Psiquiátrica
- . Administração de Unidade de Enfermagem
- . Enfermagem em Saúde Pública.

§ 1º - Todos os alunos farão rodízio nas diversas Unidades de Enfermagem, de Serviço Hospitalar e de Saúde Pública, nos diferentes horários a fim de adquirirem prática satisfatória.

§ 2º - Não poderá comparecer às aulas e às atividades clínicas o aluno que não estiver devidamente uniformizado.

§ 3º - Não poderá comparecer as aulas do dia letivo o aluno que houver faltado à atividade clínica neste mesmo dia, salvo permissão da Coordenadora do Curso.

Art. 35º - Nas disciplinas de Enfermagem a avaliação constará de uma parte teórica e outra prático-oral.

§ Único - O grau de aprendizado será expresso pelo sistema decimal de 0 a 10, podendo as notas ou médias terem no máximo 1 (um)

10.

decimal.

Art. 36º - Ao completar as atividades de cada disciplina o professor da mesma enviará um relatório da personalidade e eficiência do aluno, o qual deverá ser elaborado em conjunto com a enfermeira que chefia a unidade e comentado em presença do aluno.

Art. 37º - A frequência às aulas e a execução integral das atividades clínicas programadas pela Coordenação é obrigatória, podendo ser permitido o máximo de 25% de ausência às aulas por disciplina.

§ 1º - A frequência às atividades clínicas e às atividades de campo não poderá ser inferior a 90% da carga horária prevista pela Coordenação, devendo o aluno complementá-la através de trabalhos sistemáticos previstos de acordo com as peculiaridades da disciplina.

§ 2º - Ao aluno que não satisfizer as exigências deste artigo será atribuído grau I (incompleto), o qual deverá ser removido dentro do prazo de 15 dias após o término de cada etapa (julho e dezembro).

Art. 38º - Nas avaliações do rendimento do aluno têm preponderância os resultados alcançados nas atividades escolares durante o período letivo.

Art. 39º - A prestação de provas parciais não depende de inscrição uma vez satisfeitas as exigências regulamentares relativas à frequência e aos trabalhos escolares.

§ Único - A avaliação periódica do rendimento escolar será feita no período letivo, sem que haja prejuízo do mínimo de dias de trabalho escolar efetivo, previsto em lei.

Art. 40º - Ao Departamento caberá determinar a data para a realização das diversas avaliações parciais, assim como fixar o seu número, conforme a disciplina.

Art. 41º - Não haverá prova em 2ª chamada.

Art. 42º - A avaliação parcial escrita versará sobre o assunto do programa explanado até 8 (oito) dias antes da data de sua realização.

Art. 43º - Para as avaliações parciais, trabalhos, provas orais ou escritas, será facultado ao professor utilizar o sistema de teste ou de questões.

§ Único - No caso de testes, estes serão entregues no Departamento com a devida antecedência, para que sejam mimeografadas e revistos pelo professor antes da realização da prova.

11.

Art. 44^ª - É assegurado ao professor nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

§ 1^º - As notas serão graduadas de zero (0) a dez (10).

§ 2^º - O professor assinalará na prova o grau atribuído após o seu julgamento.

§ 3^º - As provas, após correção, serão entregues ao Departamento no prazo máximo de 15 dias, e lançado o resultado no livro de chamada.

§ 4^º - O resultado do julgamento só poderá ser reconsiderado quando fôr concedida a revisão, requerida pelo aluno no prazo de 24 horas, à Chefe do Departamento.

§ 5^º - Ao aluno que deixar de comparecer a qualquer prova ou que tiver escrito matéria diferente da questão formulada ou nada houver escrito, será atribuída a nota zero (0).

§ 6^º - O aluno que fôr encontrado consultando livro, caderno ou apontamentos não autorizados pela banca examinadora ou fôr visto a comunicar-se com os colegas sobre o assunto da prova, terá atribuída à sua prova o grau zero (0).

§ 7^º - A reincidência na falta prevista no parágrafo anterior importará na eliminação do aluno da Escola após exame do assunto pelo Conselho Departamental e homologado pela Congregação.

§ 8^º - É vedado ao examinando sair da sala onde se realiza o exame ou prova, salvo quando autorizado pelo professor e devidamente acompanhado.

Art. 45^ª - A frequência às aulas e às atividades clínicas é obrigatória, só podendo entrar em avaliação final, em 1^a época o aluno que houver comparecido no mínimo a 75% do total das aulas de cada disciplina, distribuídas para os diferentes setores de treinamento.

Art. 46^ª - A promoção será assegurada aos alunos que houverem obtido:

- . média igual a 7 (sete) nas provas e exercícios ou aprovação em exames finais com a média 5 (cinco);
- . aproveitamento nas atividades clínicas, comprovado em relatórios e exercícios periódicos.

Art. 47^ª - Os exames finais constarão de prova escrita, prova oral ou prático-oral.

12.

Art. 48º - A inclusão dos alunos na lista de chamada para os exames será automática e processada pela coordenação independente de requerimento.

Art. 49º - Os alunos que houverem obtido média 5 a 6,9 em provas parciais, serão dispensados do exame escrito, computando-se esta nota no julgamento do exame final como se fôra a nota de prova escrita.

§ 1º - A prova oral ou prático-oral abrangerá todo o programa de ensino da disciplina.

§ 2º - A nota do julgamento em cada disciplina, será a média das notas no exame escrito e no oral ou prático-oral, conservando os valores exatos e considerando-se aprovado o aluno que alcançar no mínimo grau 5 (cinco).

Art. 50º - Os alunos que houverem obtido média 0 a 4,9 farão exame oral e escrito.

Art. 51º - Serão lavradas em livro próprio destinado aos alunos do Curso Técnico as atas dos exames finais em seguida à sua realização, que serão assinadas pela banca examinadora.

CAPÍTULO III

Da conclusão do curso

Art. 52º - Aos alunos que concluírem o Curso de que trata o artigo 3º deste regimento será conferido pela Diretora da Escola de Enfermagem Ana Néri, respectivamente:

1. o certificado de conclusão do ciclo colegial;
2. o diploma de conclusão do Curso Técnico de Enfermagem autenticado pela Escola de Enfermagem Ana Néri.

Art. 53º - Constituem condições para a expedição do certificado e do diploma não só aprovação em todas as matérias integrantes do currículo, mas também satisfação plena das exigências de ensino profissional na forma prevista neste regimento.

Art. 54º - A cerimônia de entrega do certificado e do diploma aos alunos que concluírem o Curso será realizada em sessão pública na própria Escola, sob orientação da Coordenadora do Curso.

Art. 55º - Data, local e hora da cerimônia serão fixadas de acordo com as instruções baixadas pela Diretora.

§ Único - Mediante requerimento à Diretora e em presença de

13.

três professores poderão ser entregues o diploma e o certificado ao aluno que não tiver podido participar da solenidade, o qual fará na ocasião seu juramento como profissional.

TÍTULO V

Do corpo docente

CAPÍTULO I

Da composição

Art. 56º - O corpo docente é constituído por professores graduados em enfermagem e por professores licenciados para o nível médio.

§ 1º - As disciplinas específicas de Formação Profissional serão lecionadas por professores em Enfermagem.

§ 2º - As disciplinas de cultura geral serão lecionadas por professores de nível médio legalmente habilitados.

§ 3º - Os professores do Curso serão indicados pela Coordenação do mesmo e aprovados pelos respectivos Departamentos com homologação da Congregação da Escola.

CAPÍTULO II

Dos deveres e atribuições

Art. 57º - Constituem deveres e atribuições dos professores em geral:

- . comparecer pontualmente ao serviço a seu cargo;
- . dirigir e orientar o ensino de sua disciplina de acordo com o melhor critério didático e programa aprovado pelo respectivo Departamento;
- . entregar ao Chefe do Departamento respectivo, até 1º de novembro a programação de sua disciplina para o ano seguinte;
- . apresentar à Chefia do respectivo Departamento os resultados das avaliações periódicas e avaliação final;
- . sugerir ao plenário do Departamento as medidas necessárias ao melhor desempenho de suas atividades;
- . tomar parte nas reuniões de professores do Curso e das Comissões de que fizer parte;
- . indicar e facilitar aos alunos a bibliografia sobre a ma

14.

téria a ser lecionada;

- . assinar após a aula a ficha de frequência, com declaração do assunto lecionado;
- . orientar pessoalmente os trabalhos práticos;
- . funcionar nas Comissões Examinadoras e outras para as quais fôr designado ou eleito;
- . cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regulamentares da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Escola de Enfermagem Ana Néri e do Código Disciplinar da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 58º - Constituem deveres e atribuições específicas dos professores diplomados em enfermagem, auxiliar sempre que possível na organização, coordenação e supervisão das atividades de enfermagem nos campos de treinamento.

Art. 59º - Compete aos professores das disciplinas de formação profissional preencher os relatórios de avaliação sobre aproveitamento nas atividades teóricas e práticas.

TÍTULO VI

Do corpo discente

Art. 60º - Constituem o corpo discente do referido Curso os alunos regularmente matriculados.

§ Único - Os fins e regimes de atividade dos alunos do Curso Técnico são definidos no Estatuto e no Regimento Geral da U.F.R.J., no Regimento da Escola de Enfermagem Ana Néri e neste Regimento.

§ 1º - O regime disciplinar está definido no Código Disciplinar da U.F.R.J.

Art. 61º - Caberão aos membros do corpo discente os seguintes deveres e direitos fundamentais:

- . aplicar a máxima diligência no aproveitamento do ensino ministrado;
- . atender aos dispositivos regulamentares no que respeita a organização didática e especialmente a frequência às aulas e execução dos trabalhos práticos;
- . observar a submissão dos interesses individuais aos da coletividade;
- . observar urbanidade no procedimento;

15.

- . resguardar o prestígio e o bom nome da Escola e da Universidade;
- . não sofrer punição a não ser por falta devidamente verificada;
- . recorrer ao Departamento a que estiver filiado de penalidade que considere ilegal ou injusta;
- . dispor dos elementos necessários à execução de suas atribuições.

Art. 62º - Aos alunos serão proporcionados sempre que possível atividades complementares de iniciação artística.

Art. 63º - A Escola estabelecerá uniforme e insígnias privativas para os alunos do Curso Técnico de Enfermagem.

§ Único - É vedado o uso do uniforme e das insígnias do Curso fora do recinto da Escola e do campo de treinamento e após o desligamento do Curso.

TÍTULO VII

Das disposições gerais

Art. 64º - Aos alunos que concluírem o Curso será facultado o ingresso na Associação de Ex-Alunos da Escola de Enfermagem Ana Néri.

Art. 65º - Fica, por este regulamento, validado o Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Ana Néri, iniciado a partir de março de 1966, dando-se às concludentes do referido Curso o direito de registrarem os respectivos diplomas e certificados nas repartições federais competentes.

Anexo D

Escola de Enfermagem Ana Néri – U.F.R.J. Curso Técnico de Enfermagem – Grupo I. Ano 1968. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NÉRI - U.F.R.J.

CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM - GRUPO I

ANO - 1968

I - ELEMENTO - I
 ANOS - 1966 - 1967 - 1968
 PLANO CURRICULAR E CARGA HORÁRIA
 Parecer Nº 171/66
 CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

D I S C I P L I N A S	Nº total de horas de aulas dadas em cada disciplina	Nº total de horas de aulas semanais em cada disciplina
<u>1º ANO - 1966</u>		
Português.....	90	3
Inglês.....	40	2
História Geral.....	65	3
História da Enfermagem (*).....	-	-
Filosofia Geral, Ética I, Introdução à Psicologia.....	22	2
Fundamentos de Enfermagem.....	315	20
Anatomia e Fisiologia.....	40	2
Microbiologia.....	20	2
Nutrição.....	12	2
Higiene e Saneamento (**).	14	1
Introdução à Física e Química (***).....	-	-
Total de horas de aulas teóricas:	618	37

Observações: (*) - Integrada à História Geral.
 (**) - Integrada em Fundamentos de Enfermagem.
 (***) - Integrada em Fundamentos de Enfermagem.

<u>2º ANO - 1967</u>		
Português.....	60	3
Inglês.....	68	2
História Geral.....	72	3
História da Enfermagem (*).....	-	-
Filosofia Geral (Psicologia Evolutiva).....	14	1
Enfermagem Médica e <u>Especialidades</u> (**).	90	5
Enfermagem Cirúrgica e <u>Especialidades</u> (***)..	100	4
Total de horas de aulas teóricas:	404	18

Observações: (*) - Integrada à História Geral.
 (**) - Especialidades: Enfermagem em Doenças Contagiosas e Transmissíveis, Bioestatística e Epidemiologia.

2.
 (***) - Especialidades: Enfermagem Ortopédica e Traumatológica, Enfermagem em Clínica Cirúrgica e Enfermagem em Emergência. Os Princípios de Dietética, Dietoterapia e de Terapêutica estão integrados em cada especialidade.

DISCIPLINAS	Nº total de horas de aulas dadas em cada disciplina	Nº total de horas de aulas semanais em cada disciplina
<u>3º ANO - 1968</u>		
Português.....	59	2
História do Brasil.....	80	3
História da Enfermagem (*).....	-	-
Filosofia Geral (Princípios Básicos da Sociologia e Ética II).....	50	2
Enfermagem Obstétrica e Ginecológica.....	27	2
Enfermagem Pediátrica.....	28	2
Enfermagem Psiquiátrica.....	29	1
Enfermagem em Saúde Pública.....	38	2
Administração de Unidades de Enfermagem.....	14	1
Total de horas de aulas teóricas:	325	15

Observação: (*) - Integrada à História do Brasil.

ENSINO CLÍNICO E ESTÁGIOS	D I U R N O		N O T U R N O	
	Nº Dias	Nº Horas	Nº Noites	Nº Horas
<u>ANO</u>				
<u>Primeiro - 1966</u>				
<u>Pre-Clínico.....</u>	85	240	2	16
<u>Segundo - 1967</u>				
Enfermagem Médica e Especialidades.....	80	308	10	96
Enfermagem Cirúrgica e Especialidades.....	90	336	6	48
<u>Terceiro - 1968</u>				
Enfermagem Obstétrica e Ginecológica.....	69	252	-	-
Enfermagem Pediátrica.....	40	168	-	-
Enfermagem Psiquiátrica.....	25	84	-	-
Enfermagem em Saúde Pública.....	45	168	-	-
Administração de Unidades de Enfermagem.....	14	56	-	-
Total.....:	448	1.512	18	160

Secretária-Registro nº _____

Diretora-Registro nº _____

II - ELEMENTO - II

ANOS - 1956 - 1ª
 1957 - 2ª
 1958 - 3ª

PARECER Nº 171/66

CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CURRÍCULO	PROFESSORES	REGISTROS
<u>Disciplinas específicas:</u> Ciências Físicas e Biológicas e Anatomia e Fisiologia	Léa da Silva Fernandes	DEE-UFRJ.-17/10/60. DESu.-MEC-Nº 6348-livro EF-8-fls. 72 - em 11/4/61.
Psicologia Evolutiva (*)	Léa da Silva Fernandes	Idem
Microbiologia e Introdução à Física e Química	Jerusa de Carvalho Matos	DEE-UFRJ.-nº 62-fls.4-livro EEAN- em 23/4/62 SNFMEF.-fls.40-livro 14-E- em 6/6/62.
Fundamentos de Enfermagem (Drogas e Soluções)	Cilei Chaves Rhodua	DEE-UFRJ.-em 9/5/56. DESu.-MEC-nº 4557-livro EF-6 fls.83-em 25/6/58. SNFMEF.-fls.36-v.-livro 12-E-em 3/7/58.
Higiene e Profilaxia, Epidemiologia e Bioestatística, integrando Enfermagem de Saúde Pública	Anna Jaguaribe da Silva Nava	DEE-UFRJ.-fls. 2-em 14/10/41.
Nutrição e Dietética Aplicada	Lieselotte Hoeschl Ornellas	DEE-UFRJ.-em 23/1/40. DESu.-MEC-livro E-fls.23-v.-em 23/2/40.
História da Enfermagem	Olga Salinas Lacorte	DEE-UFRJ.-nº 1329-fls.22-v.-livro 3 - em 1942. SNFMEF.-em 1942. MES-DESu.-em 29/1/1942.
Enfermagem Médica	Haldayr Frossard Luescher	DEE-UFRJ.-em 10/3/56. DESu.-MEC-nº 3781-livro EF - 6 - fls. 24-v.-em 18/7/56.
Farmacologia (integrada em Enfermagem Médica).	Elvira De Felice Souza	DEE-UFRJ.-em 27/2/46. DESu.-nº 702-livro EF-2-fls. 38 - em 22/4/46. SNFMEF.-fls. 17 - livro 5-E - em 10/5/46.
Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias (integrada em Enf. Médica)	Cecília Pêcego Coêlho	DEE-UFRJ.-nº 730 - livro EF-2 - fls. 43 - em 15/7/46.
Enfermagem Cirúrgica	Cacilda Balbino	DEE-UFRJ.-em 10/9/54. DESu.-MEC-nº 3308 - livro EF-5-fls. 76-v.-em 29/10/54. SNFMEF.-fls. 64 - livro 11-E-em 17/11/54.
Enfermagem Ortopédica e Traumatológica (integrado à Enf. Cirúrgica).	Violeta Aragão Araújo	DEE-UFRJ.-em 18/12/54. DESu.-MEC-nº 3358-livro EF-5 fls.81-v.-em 18/1/55. SNFMEF.-fls.79-livro 11-E- em 24/2/55.

2.

CURRÍCULO	PROFESSORES	REGISTROS
Enfermagem em Otorrinolaringologia e Oftalmologia (integrada à Enfermagem Cirúrgica).	Tercila Torres	DEE-UFRJ.-em 8/12/43. DESu.-MEC-nº 378-livro EF - fls.28-em 13/12/43. SNFMP.-fls.19-v.-livro 4-em 27/12/43.
Enfermagem em Emergência (integrada à Enfermagem Cirúrgica).	Luiza Aparecida Teixeira Costa	DEE-UFRJ.-nº 61-fls. 4-li - vro EEAN-em 3/4/62. SNFMP.-fls.40-livro 14-E-em 6/6/62.
Enfermagem Materno-Infantil (integrada à Enfermagem Pediátrica).	Guimar do Socorro Cardoso	DEE-UFRJ.-fls.1-livro EEAN-1-em 31/1/61. SNFMP.-fls.98-v.-livro 13-E-em 10/3/61.
Enfermagem em Saúde Pública.	Izabel da Cunha Dantas	DEE-UFRJ.-em 18/12/50. DESu.-MEC-nº 1363-livro EF-2-fls.170-em 24/3/50. SNFMP.-fls.16-livro 12-E-em 10/2/58.
Administração de Unidades de Enfermagem.	Denise Mandes dos Santos	DEE-UFRJ.-em 11/1/44. DESu.-MEC-nº 445-livro EF - fls.70-v.-livro 4 - em 22/2/45.
Enfermagem em Centro Cirúrgico (integrada à Enfermagem Cirúrgica).	Aracy Coimbra	DEE-UFRJ.-em 13/9/54. DESu.-MEC-nº 3565-livro EF-6 fls.3-em 8/10/55. SNFMP.-fls.13-livro 11-E-em 17/10/55.
Enfermagem Psiquiátrica.	Tereza de Jesus Senna	DEE-UFPA.-nº 2632-livro EF-5-fls.8-v.-em 1952. SNFMP.-livro E-fls.89-em 52. (Bahia).
Filosofia Geral (Psicologia Evolutiva).	Vilma de Carvalho	DEE-UFRJ.-em 3/12/54. DESu.-MEC-nº 3360-livro EF-5-fls.82-em 21/1/55. SNFMP.-fls.76-livro 11-E-em 8/2/55.
Filosofia, incluindo Ética I e II e Sociologia	Waleska Paixão	DESu.-MEC-nº 338-livro EF-1-fls.25-em 21/7/43.
Disciplinas de Cultura Geral.	Maria Adília Pestana de Aguiar	Faculdade Nacional da UFRJ.-Registro-MEC-nº 25.524.
História Geral e do Brasil.	Vera Raymunda Pestana Baptista	MEC-DESec.-Registrado sob o nº 7971-Faculdade de Filosofia da FUC.-Proc.nº 57.929/59.
Ajustamento Profissional (*)	Olga Salinas Lacorte	DEE-UFRJ.-nº 1329-fls.22-v. livro 3 - em 1942. SNFMP.-1942. MES.-DESu.-em 29/1/1942.
Inglês (optativa da Escola).	Therezinha Fonseca	Faculdade Nacional de Filosofia-UFRJ.- Registro nº 14.590-MEC.
Introdução à Psicologia (*)	Vivina Lanzarini de Carvalho	Licenciada em Pedagogia-Faculdade Nacional de Filosofia. Diploma em processo de registro - nº 200/67-MEC.

3.

CURRÍCULO	PROFESSORES	REGISTROS
Princípios Básicos de Sociologia (*)	Maria Dolores Lins de Andrade	DEE-UFRJ.-em 30/11/48. DESu.-MEC-nº 1209-livro EF-2- fls.139-em 7/6/49. SNFMEF.-fls.94-livro E-14- em 17/7/63.

Observação: (*) - Disciplinas que não constam do Parecer nº 171/66, mas que foram ministradas, visando proporcionar à aluna maiores conhecimentos.

Secretária-Registro nº

Diretora-Registro nº

III - ELEMENTO - III
1º ANO - 1966
RELAÇÃO DAS ALUNAS MATRICULADAS
PARECER Nº 171/66
CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Alba Rodrigues Alconforado
2. Alzinete do Nascimento
3. Ariolana Conceição do Carmo Pereira
4. Cely de Oliveira Paiva
5. Clélia da Paixão
6. Deise dos Santos Ribeiro
7. Iracêma Lopes de Aguiar
8. Lília Maria Fontenelo
9. Lucia Maria de Almeida Silva
10. Maria de Barros Vieira Ramos
11. Maria do Carmo Tavares Silveira
12. Maria Ilidia da Costa
13. Maria Isabel Espechit
14. Maria Jandira do Amaral
15. Maria Joana Darc de Oliveira
16. Marilena da Conceição
17. Mariza de Almeida Mattos
18. Neumar Moura
19. Nilza Oliveira Bispo
20. Rizonil de Lima Dias
21. Severina Alves Camelo
22. Sonia Iara do Amaral
23. Suely Dias de Freitas
24. Vera Lucia da Silva
25. Vera Lucia Soares
26. Vera Lucia Valadares
27. Zenira Amara Nery da Costa

Secretária-Registro nº _____

Diretora-Registro nº _____

III - ELEMENTO - III
2º ANO - 1967
RELAÇÃO DAS ALUNAS MATRICULADAS
PARECER Nº 171/66
CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

-
1. Alba Rodrigues Alconforado
 2. Ariolana Conceição do Carmo Pereira
 3. Cely de Oliveira Paiva
 4. Lilia Maria Fontenele
 5. Maria do Carmo Tavares Silveira
 6. Maria Isabel Espechit
 7. Maria Jandira do Amaral
 8. Maria Joana Darc de Oliveira
 9. Marilene da Conceição
 10. Nilza Oliveira Bisto
 11. Sonia Iara do Amaral
 12. Vera Lucia da Silva
-

Secretaria-Registro nº

Diretora-Registro nº

III - ELEMENTO - III
3º ANO - 1968
RELAÇÃO DAS ALUNAS MATRICULADAS
PARECER Nº 171/66
CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Alba Rodrigues Alconforado
2. Ariolana Conceição do Carmo Pereira
3. Cely de Oliveira Paiva
4. Lilia Maria Fontenele
5. Maria do Carmo Tavares Silveira
6. Maria Isabel Espechit
7. Maria Jandira do Amaral
8. Maria Joana Darc de Oliveira
9. Marilene da Conceição
10. Nilza Oliveira Bispo
11. Sonia Iara do Amaral
12. Vera Lucia da Silva

Secretária-Registro nº

Diretora-Registro nº

IV - ELEMENTO - IV
 PARECER Nº 171/66
 CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1º ANO - 1966 - Início do ano letivo - 11/4/1966
2º ANO - 1967 - Início do ano letivo - 13/3/1967
3º ANO - 1968 - Início do ano letivo - 11/3/1968

1. PROVA DE SELEÇÃO

1. Disciplinas - Português e Conhecimentos Gerais.

1.2 Sistema de aprovação - Prova escrita, com notas atribuídas de 0 a 10.

1.3 Nota mínima de aprovação - 4.

2. SISTEMA DE AFURAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Provas escritas, orais e práticas; testes, relatórios e participação em trabalhos de classe, com média igual ou superior a 7.

2.1 Critério de aprovação - Aprovação por média de trabalhos mensais, provas escritas, orais e práticas, testes, relatórios e participação em trabalhos de classe, com média igual ou superior a 7.

2.2 Nota mínima de aprovação - Média das provas parciais - 7.
 (1ª e 2ª época) - 5.

CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

NÍVEL	NOTA	CONCEITO	APROVAÇÃO
A +	10	Excelente	Aprovada com louvor.
A	9,5 a 9,9	Ótimo	Aprovada.
A -	9 a 9,4	Muito bom	Aprovada.
B +	8,5 a 8,9	Bom	Aprovada.
B	8 a 8,4	Quase bom	Aprovada.
B -	7,5 a 7,9	Regular	Aprovada.
C +	7 a 7,4	Suficiente	Aprovada.
C	6 a 6,9	Suficiente	Deverá satisfazer exigências complementares, determinadas pelo Departamento.
I	Abaixo de 5	Insuficiente	A disciplina deverá ser repetida.

Secretaria-Registro nº

Diretora-Registro nº

V - ELEMENTO - V

ANOS - 1966 - 1ª

1967 - 2ª

1968 - 3ª

PARECER Nº 171/66

CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

(DADOS ESTATÍSTICOS)

ANO - 1966	ANOS PRIMEIRO	TOTAL
1. Matrícula inicial.....	27	27
2. Promovidas - 1ª época.....	12	12
3. Promovidas - 2ª época.....	-	-
4. Matrículas canceladas.....	15	15
5. Transferências recebidas.....	-	-
6. Transferências expedidas.....	-	-
ANO - 1966 (Ano letivo corrente) Quadro geral de matrícula	27	27
ANO - 1967	SEGUNDO	TOTAL
1. Matrícula inicial.....	12	12
2. Promovidas - 1ª época.....	7	7
3. Promovidas - 2ª época.....	5	5
4. Matrículas canceladas.....	-	-
5. Transferências recebidas.....	-	-
6. Transferências expedidas.....	-	-
ANO - 1967 (Ano letivo corrente) Quadro geral de matrícula	12	12
ANO - 1968	TERCEIRO	TOTAL
1. Matrícula inicial.....	12	12
2. Promovidas - 1ª época.....	12	12
3. Promovidas - 2ª época.....	-	-
4. Matrículas canceladas.....	-	-
5. Transferências recebidas.....	-	-
6. Transferências expedidas.....	-	-
ANO - 1968 (Ano letivo corrente) Quadro geral de matrícula	12	12

Observações: O Curso Técnico de Enfermagem teve início no ano de 1966. Das 27 alunas matriculadas no 1º ano, 15 foram reprovadas, concluindo o curso apenas 12 alunas.

Secretaria-Registro nº

Diretora-Registro nº

Técnico em Enfermagem: Atividades Legais, Atividades Típicas, Conteúdo Curricular e Ementário das Matérias Profissionalizantes. Documento que se tornou a base da Publicação “Normas para Planejamento de habilitações no Ensino de 2º Grau. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1- Atividades Legais

A formação profissional do Técnico em Enfermagem, foi iniciada com base no Parecer C F E 171/66 - que criou o curso de Técnico em Enfermagem da Escola Ana Néri da UFRJ - estando a regulamentação do exercício em tramitação no Poder Legislativo, para aprovação.

São previstas as seguintes atividades :

- I - Prestar assistência de enfermagem em serviços de - proteção, de recuperação e de reabilitação da saúde;
- II - Colaborar na elaboração do plano de assistência a ser prestada pela equipe de enfermagem;
- III - Colaborar na orientação do auxiliar em unidade de - enfermagem;
- IV - Participar no ensino para pessoal auxiliar de enfermagem;
- V - Participar no processo de educação para a saúde individual e coletiva.

2- Atividades Típicas

Trabalhando sob a orientação de enfermeiro, exerce as seguintes atividades típicas :

- 2.1. Na prestação da assistência de enfermagem, realiza cuidados de conforto e higiene, observa e registra sinais e sintomas, aplica e faz leitura de testes para subsídios diagnósticos, executa tratamentos, tais como : lavagem de estômago, sonda gem e aspiração de secreções, verifica sinais vitais, colhe material para exames de laboratório, ministra medicamentos, faz curativos, instrumenta em intervenções cirúrgicas, registra as atividades realizadas, presta orientação pós-consulta, faz visita domiciliar, aplica imunizantes, executa as atividades de apoio.
- 2.2. Na elaboração do plano de assistência de enfermagem, contribui com as suas observações e os informes colhidos junto aos pacientes e seus familiares e colaborar com o enfermeiro para seu efetivo cumprimento.
- 2.3. Na orientação o pessoal auxiliar em Unidade de Enfermagem, transmite instruções, presta assistência técnica e acompanha a execução de tarefas.
- 2.4. No ensino do pessoal auxiliar e na educação de grupos da comunidade, colabora no desenvolvimento dos programas educativos, quando devidamente habilitado.

3- Duração do Curso

Mínimo de 2.490 horas de trabalho escolar efetivo, em 3 séries, nas quais se incluem 1.290 horas no mínimo da habilitação profissional.

4- Conteúdo Curricular

4.1. Educação Geral

Língua Portuguesa - Literatura Brasileira - História - Geografia - Matemática - Ciências Físicas e Biológicas - Educação Física - Educação Artística - Educação Moral e Cívica - Ensino Religioso - Acréscimos de conteúdo da parte diversificada.

4.2. Formação Especial

4.2.1. Materias Instrumentais : Redação e expressão - Inglês - Estudos regionais - Anatomia e Fisiologia - Microbiologia e Parasitologia - Nutrição.

4.2.2. Disciplinas Profissionalizantes : Fundamentos de Enfermagem - Psicologia e Ética - Administração - Enfermagem Médica - Enfermagem Cirúrgica - Enfermagem Materno-Infantil - Enfermagem Psiquiátrica - Saúde da Comunidade.

5- Ementário das Matérias Profissionalizantes do Currículo Mínimo da Habilitação

5.1. Psicologia e Ética

Objeto e Métodos de Psicologia - Atividade Psíquica - Automatismo Psíquico - Fenômenos Afetivos - Memória e Associação de Idéias - Razão - Percepção - Linguagem - Personalidade - Vontade - Atividade Criadora - Hereditariedade e Ambiente - Crescimento e Desenvolvimento Humanos - Conflito e Ajustamento - Aplicação Prática de Psicologia na Enfermagem - Moral e Consciência - Moral Natural e Relevada - Formação e Deformação da Consciência - Responsabilidade do Técnico em Enfermagem em Relação ao Paciente, sua Família, à Equipe de Saúde e à Sociedade - Panorama Social, Econômico e Profissional da Enfermagem - Organização Profissional - Legislação e Exercício da Profissão.

5.2. Fundamentos de Enfermagem

Dados Históricos : assistência ao doente nas civilizações antes da era cristã, enfermagem e cristianismo, enfermagem moderna, Florence Nightingale e seu sistema, enfermagem nas Américas, enfermagem no Brasil : fatores de seu desenvolvimento, sua organização, progresso, legislação, literatura e perspectivas, liderança da enfermagem no mundo moderno - O Hospital - O Técnico de Enfermagem na Equipe de Saúde - Princípios Básicos da Enfermagem - O Paciente e Suas Necessidades - Admissão do Paciente - Preparo e manutenção da unidade, verificação de sinais vitais, alimentação, conforto e higiene - Princípios e métodos de desinfecção : preparo de antisepticos e de soluções - Preparo de pacientes para exames - Colheita de material para exames complementares - Administração de medicamentos por via oral e parenteral - Tratamentos de Enfermagem - Controle de líquidos ingeridos e eliminados - Ataduras.

5.3. Enfermagem Médica

Princípios básicos para atendimento e cuidados de Enfermagem a pacientes portadores de problemas clínicos dos sistemas humanos : cardiovascular, respiratório, renal, digestivo, endócrino, hematológico e também a pacientes geriátricos, incluindo a administração de medicação específica - Assistência ao paciente e ao médico durante a os seguintes tratamentos : oxigenoterapia, nebulização, drenagem postural, controle hidro-eletrolítico, paracentese abdominal, transfusão de sangue, provas de função renal, provas de função digestivas, dialise peritonial, biopsias hepática e renal. Assistência a pacientes geriátricas . Atendimento de Enf. em Unidades de Tratamento Intensivo.

5.4. Enfermagem Cirúrgica

Necessidade do paciente em clínica cirúrgica - Terminologia cirúrgica - Cuidados pré-operatórios - Assistência ao paciente durante o ato cirúrgico - Assistência em sala de operações - Instrumentações - Instrumentação : princípios básicos e técnicas gerais - Cuidados e ocorrência pós-operatórios - Infecção em cirurgia - Feridas operatórias - Curativos pós-operatórios - Cuidados de enfermagem específicas em relação a exames a cirurgia dos aparelhos digestivo, respiratório, renal, circulatório, sensorial e sistemas ósseo, nervoso e endócrino - Prevenção de acidentes - Queimaduras - Fraturas - Corpos estranhos - Atendimento de enfermagem em unidade de emergência.

5.5. Enfermagem Materno-Infantil

Histórico - Reprodução humana - Assistência de enfermagem no pré-nupcial - Assistência de enfermagem no pré-natal - Assistência de enfermagem a parturiente - Assistência de enfermagem neo-natal - O recém-nascido normal - O prematuro - Hospitalização da criança e problemas de enfermagem correlatos - Sinais e sintomas de alterações na saúde da criança - Cuidados de enfermagem a criança com problemas agudos e crônicas.

5.6. Enfermagem Psiquiátrica

Histórico - Conceito e tendência da psiquiatria - O hospital psiquiátrico - Comunicação em psiquiatria - Assistência de enfermagem a pacientes com transtornos mentais - Oligofrenia - Epilepsia - Psicose maníaco depressiva - Esquizofrenia - Paralisia geral progressiva - Toxicomanias e toxicofilias - Neurose - Personalidades psicopáticas - Participação do Técnico em Enfermagem na terapêutica psiquiátrica.

5.7. Enfermagem em Saúde Pública (Saúde da Comunidade)

Organização Sanitária do país - Nível de Saúde do país e peculiaridades regionais e locais - Conceito e atividades básicas de Saúde Pública - Responsabilidades e tarefas do Técnico em Enfermagem na equipe de Saúde Pública - Costumes e crenças da comunidade relacionados com a saúde - Visita domiciliar a gestante, a puerpera, a criança e a paciente de doenças transmissíveis - Programas e Técnicas de Imunização - Orientação sobre assuntos de saúde a indivíduos em família e a grupos.

5.8. Administração Conceito de processo administrativo

Funções administrativas estrutura básica e funcionamento de unidade médico assistencial : hospitalar e ambulatorial - Organização e funcionamento de unidade de enfermagem - Participação - do Técnico em Enfermagem na supervisão de pessoal auxiliar - Nível de responsabilidade do Técnico em Enfermagem relacionado com a educação em serviço, a orientação, a adaptação, o aperfeiçoamento e avaliação do auxiliar do atendente.

rxm/.

Anexo F

Quadro Curricular Básico – Habilitação: Técnico em Enfermagem. Acervo do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery.

QUADRO CURRICULAR BÁSICO
Habilitação: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

M A T É R I A S			
M A T É R I A S	E D U C A Ç Ã O G E R A L	F O R M A Ç Ã O E S P E C I A L	
		Instrumentais	Profissionalizantes
Comunicação e Expressões	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Língua Estrangeira Educação Artística	Redação e Expressão Inglês	
Estudos Sociais	Geografia História Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil	Estudos Regionais	Psicologia e Ética
Ciências	Matemática Ciências	Anatomia e Fisiologia Microbiologia e Parasitologia Nutrição	Fundamentos de Enfermagem Enfermagem Médica Enfermagem Cirúrgica Enfermagem Materno-Infantil Enfermagem Psiquiátrica Enfermagem em Saúde Pública Administração
Educação Física - Ensino Religioso			

Anexo G

Parecer nº 871/69, C.E.P.M., aprovado em 7-novembro-1969. (Proc. 721/69-C.F.E.).
Ato autorizativo do Curso Técnico de Enfermagem "Maria Pia Matarazzo".

— 118 —

Conclusão do Relator — A análise feita dos elementos oferecidos pelo interessado em apoio de sua solicitação, conforme relatado precedentemente, leva o Relator a parecer de não existirem condições para a implantação da Faculdade proposta, pelo que deve ser negada a autorização.

Parecer da Câmara — A Câmara de Ensino Superior subsecreve o Parecer do Relator.

S. S., em 6-novembro-1969. — (aa) Alberto Deodato, Vice-Presidente da C.E.Su. — T. D. de Souza Santos, relator.

ESCOLA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM "MARIA PIA MATARAZZO" (SP)

Parecer nº 871/69, C.E.P.M., aprovado em 7-novembro-1969. (Proc. 721/69-C.F.E.).

A Escola de Auxiliar de Enfermagem "Maria Pia Matarazzo" criada e mantida pela Sociedade de Beneficência Hospital Matarazzo, na capital do Estado de São Paulo, reconhecida pelo Decreto nº 46.458, de 18 de julho de 1959, se dirigiu à Diretoria do Ensino Secundário, em fevereiro de 1967, solicitando autorização para iniciar, em 1967, o Curso Técnico de Enfermagem.

O exame de outras peças do processo anexadas posteriormente, como, por exemplo, a cópia do Regimento com várias alterações introduzidas, apresentada em 20 de dezembro de 1968, mostra que a pretensão da Escola não era criar um curso técnico de enfermagem e sim transformar a Escola de Auxiliar de Enfermagem em Escola Técnica de Enfermagem (págs. 226 e 227).

Essa pretensão, entretanto, não transparecia claramente do primeiro documento enviado à Diretoria do Ensino Secundário, e assim, a Diretoria entendeu que se tratava apenas de pedido de autorização para funcionamento de mais um curso na Escola solicitante.

Depois de algumas providências tomadas para verificação das condições da Escola, adaptação do Regimento, indicação de Diretor, Secretário e registro de professores, o Diretor do Ensino Secundário telegrafou autorizando a Escola a receber matrículas e iniciar as aulas de Curso Técnico de Enfermagem, do que se fez comunicação à Inspetoria Seccional de São Paulo.

Recebido o telegrama, entendeu a Escola que estava autorizada não só a começar o funcionamento do Curso de Técnico de Enfermagem, mas de acordo com o que, de fato, pretendeu e julgou ter solicitado, achou-se também autorizada a fazer a transformação e mudança de Escola de Auxiliar de Enfermagem em Escola Técnica de Enfermagem.

É o que se pode verificar do ofício nº 97, de 20 de novembro de 1968 (págs. 226 e 227).

Tratando-se de curso de nível médio, é explicável que a Diretoria do Ensino Secundário tivesse julgado de sua alçada conceder a autorização, embora

— 119 —

o Curso de Técnico de Enfermagem, por não estar ainda definitivamente regulado, se ache ainda, sujeito a pronunciamento do C.F.E.

Foi a própria Diretoria do Ensino Secundário quem posteriormente encaminhou o Processo a este Conselho, por intermédio do Gabinete do Senhor Ministro da Educação e Cultura.

Entretanto, quando o Processo em agosto de 1969, chegou à C.E.P.M. já o curso estava funcionando há mais de dois anos e em vésperas de se formar a primeira turma.

Sem que tivesse havido irregularidade funcional da parte de ninguém, criou-se uma situação de fato que comprometerá interesses se não fôr convenientemente regularizada.

Tratando-se de Curso de nível Médio-Técnico de Enfermagem, 2.º ciclo — as normas para o ensino secundário devem ser adaptadas convenientemente.

Além de alguns problemas que exigem pronunciamento deste Conselho, a análise do Regimento e do relatório dos verificadores indicou falhas, ambigüidade, insuficiência, senões que constam da informação anexa ao Processo. Cabe, agora, porém, à Diretoria do Ensino Secundário, após o pronunciamento deste Conselho, pronunciar-se sobre os demais aspectos do Regimento e do relatório dos verificadores, mediante exame mais completo, se necessário, ou, se assim lhe aprouver, valendo-se dos dados constantes da informação anexada ao Processo (Par. 182/65, Doc. 36, pág. 93).

Diz o art. 1.º A Escola de Auxiliar de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”... passará a administrar o Curso Técnico de Enfermagem, recebendo o nome de “Colégio Técnico de Enfermagem” e reger-se-á por este Regimento, etc.

Por este artigo se vê que a Escola muda de nome e de nível: de Escola de Auxiliar de Enfermagem, 1.º ciclo, passa a “Colégio Técnico de Enfermagem”, 2.º ciclo: desaparece a Escola de Auxiliar para dar lugar ao Colégio Técnico, ou a primeira se transforma na segunda.

Em vista disso torna-se necessária a seguinte providência: deverá ser baixado ato que altere a denominação da Escola, que passa a manter o 2.º ciclo, devendo permanecer em seu poder o arquivo da escola substituída.

O artigo declara que a Escola recebe o nome de “Colégio Técnico de Enfermagem”. Entretanto, no ofício que encaminhou o Regimento consta o nome de Escola Técnica de Enfermagem Maria Pia Matarazzo, o que se nota igualmente no Relatório de Verificação.

Uma vez aprovado o Regimento ficará a denominação que dêle consta, a saber, “Colégio Técnico” e não Escola Técnica de Enfermagem, como aparece agora no alto do ofício. Entretanto, convém que a Escola se manifeste sobre isso, fixando o uso uniforme de denominação que prevalece no Regimento.

C u r r í c u l o

Para ser convenientemente ordenado, o currículo deverá incluir as disciplinas obrigatórias do 2.º ciclo, as complementares ou específicas, os estágios

— 120 —

correspondentes às disciplinas de enfermagem, às práticas educativas, entre as quais Educação Física e Educação Moral e Cívica que passaram a obrigatórias, e alguma disciplina ou prática vocacional, como trabalhos manuais, ou educação doméstica, para fins de aplicação em terapêutica ocupacional.

É necessário manter a distinção entre a estrutura do currículo e a seriação e distribuição das disciplinas.

A título de exemplificação se poderia sugerir o seguinte:

1. *Obrigatórias:*

Português; Matemática; História Geral e do Brasil e da Enfermagem; Ciências Físicas e Naturais (Física, Química, Biologia).

2. *Específicas:*

Fundamentos de Enfermagem; Enfermagem Médico-Cirúrgica; Enfermagem Psiquiátrica; Enfermagem Materno-Infantil; Enfermagem de Saúde Pública; Administração de Unidades.

3. *Estágios correspondentes:*

Fundamentos de Enfermagem; Enfermagem Médico-Cirúrgica; Enfermagem Psiquiátrica; Enfermagem Materno-Infantil; Enfermagem de Saúde Pública; Administração de Unidades.

4. *Optativas:*

Inglês; Filosofia (Ética da Enfermagem).

5. *Práticas Educativas:*

Cultura Religiosa; Educação Moral e Cívica, que deve também ser estudada como disciplina; Educação Física; Vocacional (Educação Doméstica, Trabalhos Manuais, etc.).

Além da ordenação adequada, deverá ser feita a seriação e distribuição das disciplinas, inclusive a carga horária, para que se torne possível conferir o cumprimento dos dispositivos referentes às 24 horas semanais de aulas (b, item I do art. 48 da L.D.B.) e ao número de disciplinas por série (art. 36 e §§).

Matrícula — Exigência: Idade mínima de 18 anos (art. 20) e certificado de conclusão do 1.º ciclo (art. 7.º).

Entretanto, no art. 88 do Regimento, que se supõe em vigor até a aprovação do que foi apresentado em 1969, está o seguinte: A Escola poderá receber nos próximos três anos, isto é, em 1968, 1969 e 1970, no segundo ano do Curso Técnico de Enfermagem, os formados no Curso de Auxiliar de Enfermagem que preencherem os requisitos exigidos no art. 7.º deste Regimento.

Dêste modo, ficaria reduzido de um ano o curso médio, o que contraria a L.D.B., o que poderá criar dificuldades para os que se tiverem beneficiado dêsse artigo.

É certo que no Regimento para 1969 foi cancelado o dispositivo em aprêço.

Entretanto, é possível que, estando a Escola funcionando há quase três anos, haja alunos que se tenham matriculado mediante êsse dispositivo. A fim

— 121 —

de salvaguardar os interesses desses alunos, se houver, deve-se aplicar o que dispõe o Par. 453, de 8 de julho de 1969, "fazendo-se a recuperação que fôr exigida para cada caso.

Conclusão do Relator — O Curso já está funcionando há quase três anos e em véspera de formar-se a primeira turma.

Não houve dolo por parte da Escola porque, por se tratar de curso de nível médio cuja autorização é da alçada da Diretoria do Ensino Secundário, salvo casos especiais ainda não regulamentados definitivamente, como ainda é o Curso Técnico de Enfermagem, solicitou e obteve de quem julgou de direito autorização para fazer matrículas e começar o funcionamento do curso.

Não se trata, propriamente, só de pedido para funcionamento de uma escola e sim da extinção de uma Escola de Auxiliar de Enfermagem para o fim expresso de organizar uma Escola de Técnica de Enfermagem, o que vale dizer, transformar uma escola de 1.º ciclo em outra de 2.º ciclo, e a substituída é uma Escola de Auxiliar de Enfermagem autorizada e reconhecida e, por isso, amparada já pelo crédito que lhe foi reconhecido na autorização e no reconhecimento.

A Escola está seguindo a política adotada por este Conselho no Par. 279/62 para incrementar o desenvolvimento dos Cursos de Auxiliar de Enfermagem, do 1.º ciclo, em Cursos Técnicos de Enfermagem, do 2.º ciclo, à medida e onde as circunstâncias o forem permitindo.

A mantenedora é um dos maiores e mais bem reputados hospitais da cidade de São Paulo — o Hospital Matarazzo.

Segundo informações da Diretora, as vagas foram tôdas ocupadas e a demanda cresce de ano para ano.

Considerando que o Curso Técnico de Enfermagem parece resolver o problema atual da demanda de profissionais da enfermagem, no Brasil, a saber, maior número de profissionais bem preparados em prazo mais curto e que convém favorecer a criação de tais cursos onde e quando fôr possível.

O Relator é de parecer que se ratifique a autorização dada pela Diretoria do Ensino Secundário para funcionamento do curso, desde que sejam atendidas as observações deste parecer, bem como as dos seguintes pareceres deste Conselho que tratam do assunto: 279/62, 171/66, 224/66, 214/69.

A Câmara aprova as conclusões do Relator no sentido de que: a) seja ratificada a autorização de funcionamento do Curso Técnico de Enfermagem do Hospital Francisco Matarazzo pela Diretoria do Ensino Secundário; b) Na hipótese de que na vigência do Regimento anterior se tenham matriculado diretamente na 2.ª série colegial alunos diplomados no Curso de Auxiliar de Enfermagem, portadores de certificado de conclusão de curso ginasial, sejam submetidos esses alunos ao processo de recuperação das disciplinas da 1.ª série nos termos do Parecer 453/69.

S. S., em 7-11-1969. — (aa) Pe. José de Vasconcellos, Presidente da C.E.P.M. — J. Borges dos Santos, relator.

Anexo H

Colégio Técnico de Enfermagem "Maria Pia Matarazzo" - Curso Técnico de Enfermagem: Regimento Interno – 1969 e Anexos do Regimento – Currículos. Acervo da Diretoria de Ensino Centro Sul (setor Escolas Extintas), da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

COLÉGIO TÉCNICO DE ENFERMAGEM " MARIA PIA MATARAZZO "

CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

R E G I M E N T O . . . I N T E R N O

1 2 6 2

INDICE	Pág.
TITULO I	
Do Colégio e seus fins	1
TITULO II	
Da Organização didática	1
Capítulo 1 - Do Currículo	1
Capítulo 2 - Do Ano Escolar	3
Capítulo 3 - Do Exame de Habilitação	4
Capítulo 4 - Da Matrícula	5
Capítulo 5 - Da Transferência e da Adaptação	5
Capítulo 6 - Da Frequência	6
Capítulo 7 - Da Avaliação Do Rendimento Escolar e Da Promoção ..	6
Capítulo 8 - Da Atribuição de Notas	7
Capítulo 9 - Do Exame Final	8
Capítulo 10- Do Exame de Segunda Chamada	9
Capítulo 11- Do Exame de 2ª Época	9
Capítulo 12- Da Revisão de Provas	9
TITULO III	
Da Organização Administrativa	10
TITULO IV	
Da Organização Escolar	10
Capítulo 1 - Da Direção	10
Capítulo 2 - Da Secretaria	11
Capítulo 3 - Da Biblioteca	12
Capítulo 4 - Do Corpo Docente	13
Capítulo 5 - Do Corpo Discente	15
Capítulo 6 - Do Grêmio Estudantil	16
TITULO V	
Das Disposições Finais	17

REGIMENTO INTERNODOCOLÉGIO TÉCNICO DE ENFERMAGEM " MARIA PIA MATARAZZO "TÍTULO IDO COLÉGIO E SEUS FINS

Art. 1º - O Colégio Técnico de Enfermagem " Maria Pia Matarazzo " , ex "Escola de Auxiliar de Enfermagem " Maria Pia Matarazzo " , reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura, é mantido pela Sociedade de Beneficência Hospital Matarazzo ex Umberto I e Casas de Saúde Matarazzo, com sede em São Paulo, Alameda Rio Claro, 190, de acordo com o 3º Parágrafo do artigo 2º de seus Estatutos. O Colégio ministrará o Curso Técnico de Enfermagem de acordo com este regimento, e também o Curso de Auxiliar de Enfermagem, de acordo com o seu respectivo - regimento.

Art. 2º - O Colégio tem por finalidade a formação de Técnicos de Enfermagem, capazes de administrar unidades de enfermagem, auxiliar médicos e enfermeiros em suas funções de assistência curativa e preventiva, - sendo o ensino consubstanciado nos princípios consagrados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos moldes da Resolução - vigente para o ensino da enfermagem.

Art. 3º - O Curso, sob o regime de externato, destina-se fundamentalmente - aos atendentes e auxiliares de enfermagem, de ambos os sexos, pertencentes ao quadro dos funcionários do " Hospital Matarazzo " .

Parágrafo único - Serão matriculados terceiros, mediante o pagamento da mensalidade a ser fixada, a qual corresponderá exatamente ao custo de um aluno/mês para o Colégio, se o número dos funcionários habilitados não preencher ao número de vagas existentes.

TÍTULO IIDA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICACAPÍTULO IDo Currículo

Art. 4º - O Curso Técnico de Enfermagem terá a duração de três anos.

Art. 5º - O Colégio Técnico de Enfermagem " Maria Pia Matarazzo " , de acordo com o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases, da Educação Nacional e a Resolução vigente para o ensino da enfermagem, ministrará em seu curso as seguintes disciplinas:-

1 - Disciplinas Gerais:-

Português

Matemática

Ciências Físicas e Biológicas (compreendendo Física, Química e Biologia)

Educação Moral e Cívica

2 - Disciplinas Específicas:-

Fundamentos de Enfermagem

Enfermagem Médico-Cirúrgica

Enfermagem Psiquiátrica

Enfermagem Materno-Infantil

Enfermagem em Saúde Pública

Administração de Unidades

Cozinha Geral e Dietética

3 - Estágios correspondentes:-

Fundamentos de Enfermagem

Enfermagem Médico-Cirúrgica

Enfermagem Psiquiátrica

Enfermagem Materno-Infantil

Enfermagem em Saúde Pública

Administração de Unidades

Cozinha Geral e Dietética

4 - Disciplinas Complementares

Filosofia (compreendendo Psicologia, Sociologia e Ética)

Inglês

5 - Disciplina Optativa:-

História (Geral, do Brasil e da Enfermagem)

6 - Práticas educativas:-

Cultura religiosa

Educação vocacional

Educação física

§ 1º - É prática educativa obrigatória a Educação Física

§ 2º - A seriação das disciplinas do currículo constam nos anexos de 1 a 7 .

- Art. 6º - Os estágios práticos serão realizados em Hospitais, Unidades Sanitárias, ou onde houver necessidade, para melhor preparo dos alunos.
- Art. 7º - O número de horas de cada estágio prático será determinado de acordo com o tempo necessário para o aprendizado de cada especialidade.
- Art. 8º - Os alunos do sexo masculino poderão ser dispensados do estágio prático de Enfermagem Materno-Infantil, a critério da Diretoria do Colégio.

CAPÍTULO 2

Do Ano Escolar

- Art. 9º - O ano escolar compreende o período letivo e o período de férias.
- § 1º - É período letivo, do primeiro dia útil de março a 30 de junho e do primeiro dia útil de agosto a 30 de novembro.
- § 2º - São períodos de férias:
- a) mês de julho;
 - b) do término dos exames finais realizados em dezembro ao início das atividades escolares do ano seguinte.
- § 3º - São feriados escolares:
- a) os feriados nacionais;
 - b) os feriados estaduais e municipais;
 - c) dia 15 de outubro - "Dia do Professor";
 - d) outros feriados sem prejuízo para o mínimo de dias letivos previstos neste Regimento.
- Art. 10º - A duração mínima do período escolar será de 180 dias (cento e oitenta) de trabalho escolar efetivo.
- § 1º - Não serão incluídos no período escolar os dias reservados, exclusivamente, para os exames finais.
- § 2º - Para a conclusão do ano letivo importa, ainda, que tenham sido dadas, três quartas partes do programa de cada disciplina, no mínimo.
- § 3º - O Colégio fixará, no início de cada ano letivo, o quadro das disciplinas do 2º ciclo, respeitados os limites mínimos de cada matéria, com a aprovação prévia da autoridade competente.
- Art. 11 - O tempo destinado às atividades escolares, não deverá ultrapassar o limite máximo de 44 horas semanais.
- Parágrafo único - O horário dos estágios práticos será determinado segundo as necessidades do ensino, podendo abranger qualquer período, inclusive o noturno.

CAPITULO 3

Do exame de Habilitação

Art. 12 - O exame de habilitação visa verificar se o candidato possui satisfatório conhecimento da Língua Portuguesa, avaliar suas características psicológicas e tendências vocacionais para poder frequentar um curso colegial Técnico.

Art. 13 - O prazo para inscrição será de 45 dias, encerrando-se a 15 de janeiro.

Art. 14 - No ato da inscrição serão exigidos os seguintes documentos:-

- a) histórico escolar;
- b) certificado de conclusão do 1º ciclo;
- c) certidão de nascimento;
- d) carteira de identidade;
- e) título de eleitor;
- f) certificado de reservista;
- g) atestado de idoneidade moral;
- h) fôlha corrida;
- i) fotografias 3 X 4 .

Parágrafo único - Para a inscrição dos candidatos estrangeiros será exigida também carteira modelo 19 ou a documentação de acordo com a Lei - vigente.

Art. 15 - O limite mínimo de idade para a inscrição é de 18 anos completos ou que venha a completá-los no primeiro semestre, e o limite máximo de idade para a inscrição é de 42 anos.

Art. 16 - O exame de Habilitação será realizado na primeira quinzena de fevereiro.

Art. 17 - O exame de Habilitação constará de um Psicoteste, de um Exame de conhecimentos da Língua Portuguesa e de um Exame de Matemática.

Art. 18 - Será considerado habilitado, o candidato que obtiver no mínimo 5 (cinco) em conhecimentos da Língua Portuguesa, em Matemática e que alcançar os índices mínimos dos padrões de avaliação do Psicoteste.

§ 1º - Dos candidatos habilitados serão aproveitados os que obtiverem maior nota e melhor índice na avaliação do Psicoteste, até atingir o número de vagas previstas para o ano em curso.

§ 2º - Ao candidato reprovado, o Colégio poderá devolver os documentos solicitados na inscrição.

Art. 19 - O Exame de Habilitação será válido somente para o ano letivo em que for realizado.

CAPITULO 4

Da Matrícula

Art. 20 - São documentos necessários à matrícula, além dos citados no art. 14 deste Regimento, os seguintes:

a) requerimento;

b) atestado de :

- 1 - exame odontológico;
- 2 - sanidade física e mental;
- 3 - vacinação anti-variólica;
- 4 - abrougrafia.

Parágrafo único - Ao aluno desistente, o Colégio poderá devolver os documentos solicitados na matrícula mediante requerimento.

Art. 21 - A época destinada à matrícula compreenderá o mês de fevereiro, não-se aceitando matrícula fora do prazo determinado.

Art. 22 - O limite de vagas para a matrícula será fixado anualmente de acordo com as possibilidades da Sociedade Mantenedora.

Art. 23 - No ato da matrícula, o requerente deverá declarar por escrito a - aceitação do disposto neste Regimento, do qual teve conhecimento.

CAPITULO 5

Da Transferência e da Adaptação

Art. 24 - A transferência de alunos para estabelecimentos congêneres far-se-á normalmente nos meses de janeiro e fevereiro, podendo, todavia, ser efetuada em outras épocas do ano letivo, desde que a matrícula respectiva esteja devidamente formalizada.

§ 1º - A transferência será solicitada ao Diretor pelo próprio aluno, através de requerimento.

§ 2º - A transferência, nos 3 últimos meses do ano letivo, é inconveniente ao ensino e só será admissível em condições e por motivos muito excepcionais, a critério da direção.

§ 3º - A aceitação da transferência estará condicionada à existência de vagas, e à possibilidade de adaptação ao currículo escolar, a ser feita por um ou alguns dos critérios indicados no Ofício-Circular nº 959/68, dependendo do exame de cada caso.

§ 4º - Constará do prontuário do aluno, qual o sistema escolhido e o resultado expresso da verificação da aprendizagem. Não se aceitará a transferência do aluno reprovado, cuja a situação venha a se - modificar com o resultado da adaptação.

§ 5º - Dos documentos de transferência deverão constar os dados regimentais sobre critérios de avaliação do rendimento escolar e da - promoção.

Art. 25 - A avaliação do rendimento escolar do aluno transferido durante o ano letivo far-se-á de acordo com as normas deste Regimento, que se aplicarão integralmente, inclusive quanto a pesos, médias, critério de promoção, frequência etc..., fazendo-se as adaptações convenientes após o estudo de cada caso.

Art. 26 - A critério da Direção, o aluno que apresentar documentação que prove a conclusão do 2º ciclo de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, poderá cursar somente as disciplinas específicas, constantes dos anexos de nº 2 a 7.

CAPITULO 6

Da Frequência

Art. 27 - A frequência é obrigatória às aulas de todas as disciplinas, bem como, aos estágios práticos, num índice mínimo de 75%.

Art. 28 - Ao aluno que não comparecer a qualquer prova ou sabatina, será concedida, 2ª chamada, se justificar a sua ausência por escrito.

Parágrafo único - O requerimento para a segunda chamada deverá ser enviado à secretaria até 5 (cinco) dias, após a realização da prova a que o aluno faltou.

Art. 29 - O não comparecimento aos estágios práticos, impossibilitará a presença do aluno às aulas do dia correspondente.

Parágrafo único - Os casos excepcionais serão resolvidos pela Diretoria.

CAPITULO 7

Da Avaliação, do rendimento escolar e da promoção

Art. 30 - Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco) em todas as disciplinas e estágios práticos.

§ 1º - O aluno que não obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) em qualquer estágio prático será inabilitado na série que estiver cursando.

§ 2º - O aluno que não obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) no exame geral de enfermagem, ficará obrigado a repetição do último ano do curso.

Art. 31 - A apuração da média final das disciplinas gerais, complementares e optativas, em primeira época, far-se-á pela ponderação dos seguintes elementos: soma das notas de aproveitamento do 1º bimestre (peso 1), 2º, 3º e 4º bimestres (cada um com peso 2) e do exame final com (peso 3) dividindo-se o total por 10 (dez).

Parágrafo único - A apuração da média final das disciplinas específicas em primeira época, far-se-á pela ponderação dos seguintes elementos: soma da média aritmética das notas de aproveitamento (com peso 7) e do exame final (este com peso 3) dividindo-se o total por 10 (dez) .

Art. 32 - A nota final de cada disciplina em segunda época será a média ponderada dos seguintes elementos:

Média anual das notas de aproveitamento (com peso 7) e nota do exame de segunda época (com peso 3) , dividindo-se o total por 10 - (dez) .

Art. 33 - A média final das disciplinas específicas, será a média aritmética - entre as diversas disciplinas.

Art. 34 - A média global ou do conjunto será a média aritmética de todas as - disciplinas.

Art. 35 - Ao aluno que satisfizer o que reza o art. 30 deste Regimento será - conferido o Diploma de Técnico de Enfermagem.

CAPITULO 8

Da Atribuição de Notas

Art. 36 - As médias de aproveitamento, provas e exames, serão graduadas de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 37 - As médias de aproveitamento do ano letivo das disciplinas gerais, - complementares e optativa, serão apuradas nos meses de abril, junho, setembro e novembro.

Art. 38 - Cada uma dessas médias ou das disciplinas específicas poderão ser resultantes de várias notas, atribuídas segundo a natureza da disciplina e o critério dos professores, como sabatinas, arguições, trabalhos práticos, testes e exercícios diversos, realizados tanto no recinto da Escola como fora dele.

Art. 39 - As notas e as médias de aproveitamento serão lançadas a tinta, pelo professor, no Diário de classe ou na folha apropriada, cumprindo-lhe registrar a matéria lecionada e efetuar mensalmente ou no fim de cada folha o levantamento da frequência.

Art. 40 - Se por falta de comparecimento, não se puder apurar o aproveitamento do aluno no período fixado para sua avaliação, ser-lhe-á atribuída - nota zero.

Art. 41 - Não será conferido nota a Educação Física, sendo, todavia calculada a sua frequência com limites de 25 e 50% para prestação de provas - finais em primeira ou segunda épocas, respectivamente.

ANTONIO GALVAO

CAPITULO 9
Do Exame Final

Art. 42 - Os exames finais, prestados perante banca examinadora, serão escritos e prático-oral e terão início uma vez completado o limite mínimo de 180 dias letivos.

§ 1º - O exame final terá a duração de 90 minutos depois de formuladas as questões, podendo prolongar-se por mais tempo a critério da banca examinadora.

§ 2º - O exame final versará sobre toda a matéria lecionada durante o ano, com exceção do exame geral de enfermagem, realizado no fim do Curso, que versará sobre as matérias ministradas nos três anos de duração do curso.

§ 3º - As provas escritas do exame final deverão ser devolvidas pelo professor, devidamente corrigidas, no prazo de 5 dias a contar da sua realização.

§ 4º - As bancas examinadoras serão constituídas no mínimo por dois membros.

§ 5º - O exame final em primeira época é independente do requerimento do aluno.

Art. 43 - Não prestará exames finais em primeira época, o aluno que tenha excedido ao limite de 25% de faltas em relação ao total das aulas ministradas no conjunto das disciplinas e das práticas educativas.

Parágrafo único - Não poderá prestar exames finais em primeira época o aluno que ultrapassar ao limite de 25% de faltas do total de aulas dadas em Educação Física, sendo reprovado, se ultrapassar ao limite de 50% .

Art. 44 - Poderá o aluno requerer dispensa do exame final sempre que, simultaneamente, satisfazer às seguintes condições:

- 1 - tenha, pelo menos, na disciplina, 50 pontos na soma das médias de aproveitamento, obtida na forma do art. 31 ;
- 2 - tenha obtido, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) de frequência às aulas de Educação Física e no conjunto de disciplinas e práticas educativas;
- 3 - esteja quitto com a Tesouraria.

CAPITULO 10

Do Exame de Segunda Chamada

Art. 45 - A critério da Direção, será concedida segunda chamada às sabatinas e às provas de exames finais por motivo de força maior, devidamente comprovado e uma vez requerida até cinco (5) dias após a realização do ato escolar.

CAPITULO 11

Do Exame de 2ª Época

Art. 46 - Conceder-se-á a segunda época ao aluno que:

- 1 - não tenha obtido média 5,0 (cinco) em uma ou duas disciplinas.
- 2 - deixar de comparecer a mais de 25% e menos de 50% do total - das aulas ministradas no conjunto das disciplinas e práticas educativas e em Educação Física, desde que as faltas tenham sido devidamente justificadas.
- 3 - deixar de comparecer em um ou dois estágios práticos mais de 25% e menos de 50% do período estipulado para cada estágio - prático, desde que as faltas tenham sido devidamente justificadas.

§ 1º - Na hipótese da alínea "2" , o exame de segunda época substituirá o exame final.

§ 2º - Na hipótese da alínea "3" , a segunda época terá um período de estágio prático igual ao estipulado para a primeira época ou a ser determinado pela Diretoria.

Art. 47 - Os exames de segunda época serão realizados na primeira quinzena de fevereiro.

Parágrafo único - Para os estágios práticos, a segunda época será realizada dentro do período de férias.

Art. 48 - Os exames de segunda época para as disciplinas gerais, complementares, optativa e específicas teóricas, serão escritas.

Parágrafo único - As provas acima serão prestadas perante banca examinadora constituída por dois membros.

CAPITULO 12

Da Revisão de Provas

Art. 49 - As sabatinas e exames, quando escritos, depois de julgados, deverão ser exibidos e comentados em aula, a fim de que os alunos - verifiquem os seus erros e possam recorrer do julgamento do professor ou da banca examinadora.

Art. 50 - A revisão poderá ocorrer nos seguintes casos:

- 1 - por iniciativa do professor, que a julgou, ou da banca examinadora, os quais justificarão, por escrito, através de ressalva na própria prova, a alteração da nota;
- 2 - por iniciativa do aluno, em requerimento apresentado a Direção, até três (3) dias após a divulgação dos resultados.

Parágrafo único - A revisão de provas será feita pelo próprio professor ou pela banca examinadora, que justificarão a nota atribuída e, também as alterações, desde que havidas.

TITULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 51 - A administração do Colégio está subordinada à Diretoria da Sociedade mantenedora à qual compete:

- a) nomear ou demitir pessoal, bem como fixar o regime de trabalho e a remuneração salarial correspondente a cada categoria profissional;
- b) estabelecer o número de vagas para cada ano letivo;
- c) fixar contribuições escolares e modalidade de seus recebimento, obedecendo às leis e determinações das autoridades competentes;
- d) deliberar sobre assunto que lhe forem submetidos pela Diretoria do Colégio .

TITULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Art. 52 - O Colégio tem a seguinte organização escolar:

- a) Diretoria
- b) Secretaria
- c) Corpo Docente
- d) Corpo Discente
- e) Grêmio Estudantil

Parágrafo único - A Tesouraria e a Contabilidade do Colégio ficarão ao encargo dos órgãos competentes da Sociedade Mantenedora.

CAPITULO 1

Da Direção

Art. 53 - A Direção do Colégio é composta pelo Diretor e Vice-Diretor.

§ 1º - O Diretor e o Vice-Diretor representam o Colégio perante as autoridades do ensino.

§ 2º - O Diretor e o Vice-Diretor deverão ser diplomados em Enfermagem e devidamente registrados nos órgãos competentes.

§ 3º - A substituição eventual do Diretor em suas faltas ou impedimentos será feita pelo Vice-Diretor.

Art. 54 - São atribuições do Diretor:

- a) representar o Estabelecimento nas ocasiões em que se fizer necessário;
- b) supervisionar a rigorosa observância das leis do ensino e do presente Regimento, no estabelecimento;
- c) propor à Diretoria da Sociedade Mantenedora a admissão ou a demissão de professores, bem como as penalidades previstas no caso de faltas disciplinares;
- d) providenciar a substituição dos professores do Colégio em caso de ausência ou impedimento temporário dos mesmos;
- e) aplicar penalidades disciplinares aos alunos de acordo com as normas do presente Regimento;
- f) fixar datas e horários para os exames finais bem como designar as respectivas bancas examinadoras;
- g) assinar os diplomas conferidos pelo Colégio;
- h) apresentar anualmente à Diretoria da Sociedade Mantenedora relatório sobre as atividades do Colégio, propondo medidas necessárias ao seu bom funcionamento.

Parágrafo único - Fica assegurado ao Diretor a faculdade de, quando julgar oportuno, delegar a terceiros devidamente habilitados o desempenho de suas funções, no todo ou em parte, bem como alterar a distribuição dos serviços administrativos de acordo com sua maior conveniência ou necessidade.

Art. 55 - São atribuições do Vice-Diretor:

- a) zelar pela rigorosa observância das leis do ensino e deste Regimento;
- b) auxiliar o Diretor na elaboração das escalas dos alunos por turmas e por disciplinas;
- c) auxiliar o Diretor na fiscalização dos estágios práticos;
- d) assistir as aulas, atos e atividades de quaisquer naturezas, - quando se fizer necessário;
- e) supervisionar as atividades do Grêmio estudantil.

CAPITULO 2

Da Secretaria

Art. 56 - A secretaria é o órgão que terá a seu cargo todo o serviço de escrituração, arquivo, fichário e correspondências do Colégio.

Art. 57 - O Colégio manterá Secretário devidamente registrado pelo Poder Público competente.

Art. 58 - Compete ao secretário:

- a) responsabilidade direta pela boa ordem dos trabalhos na secretaria, concentrando nela toda a escrituração do estabelecimento;
- b) organizar o arquivo de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e a poder atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimento de interessados ou da direção;
- c) observar e fazer cumprir as leis vigentes, os despachos e determinações da Direção;
- d) elaborar relatórios e processos exigidos pelos órgãos e autoridades do Poder Público;
- e) manter sob sua guarda o arquivo e o material da secretaria;
- f) redigir e fazer expedir a correspondência oficial;
- g) conhecer e coligir toda a legislação referente ao ensino;
- h) manter em dia a escrituração de livros, fichas e demais documentos relativos à vida escolar dos alunos;
- i) lavrar e subscrever atas de exames, provas e apuração dos resultados dos trabalhos escolares;
- j) assinar, juntamente com o Diretor, os documentos da vida escolar dos alunos;
- k) verificar toda a documentação pertinente à matrícula e à vida escolar dos alunos, bem como o arquivo correspondente;
- l) promover no tempo devido, a incineração das sabatinas, provas e exames, lavrando as atas correspondentes em livro próprio;
- m) trazer em dia, a coleção de leis, regulamentos, decreto, atos e portarias, despachos e ordens de serviço.

CAPÍTULO 3

Da Biblioteca

Art. 59 - A biblioteca será fonte de consulta e informação para os professores e centro de leitura e orientação de estudo de alunos e ex-alunos.

Art. 60 - A biblioteca será de caráter privado.

Art. 61 - Compete ao bibliotecário:

- a) permanecer na biblioteca durante o horário de seu funcionamento;
- b) cuidar da conservação dos livros e manter em ordem a sala da biblioteca;

- c) organizar e manter em dia a classificação, a catalogação e o inventário das obras;
- d) incentivar e orientar a consulta e leitura dos alunos;
- e) providenciar periódica desinfecção dos livros;
- f) organizar coleção de revistas para consulta;
- g) apresentar ao Diretor, quando solicitadas, dados estatísticos do movimento e anualmente relatório geral acompanhado do inventário dos livros.

CAPITULO 4

Do Corpo Docente

Art. 62 - O Corpo Docente é constituído de professores devidamente registrados ou autorizados pelos órgãos competentes do Ministério de Educação e Cultura, os quais deverão entregar à Secretaria do Colégio, por ocasião de sua investidura, uma fotocópia autenticada, - do seu registro ou a necessária autorização da Inspeção Regional de São Paulo, para lecionar a título provisório.

Parágrafo único - Os professores das disciplinas específicas (enfermeiros), deverão entregar fotocópia autenticada do seu diploma.

Art. 63 - As aulas terão a duração de 50 (cinquenta) minutos, tanto para as disciplinas gerais, complementares, específicas, optativas e - como também para as práticas educativas.

Art. 64 - São deveres do Professores:

- a) reger sua cadeira de conformidade com o horário estabelecido - estando presente na hora marcada para o início da aula, em sua sala, e só dela se retirando depois de vencido o período regulamentar fixado;
- b) elaborar os programas a serem desenvolvidos para a sua disciplina;
- c) obedecer às normas determinadas pelos órgãos competentes com - relação aos programas das disciplinas obrigatórias indicadas - pelo Conselho Federal de Educação;
- d) estar ciente de que, na elaboração dos programas, haverá a supervisão da Diretoria;
- e) em regime de permanente colaboração, conduzir os alunos em - suas atividades na aquisição de conhecimentos, orientando-os - no processo de maturação do espírito;
- f) cooperar com o Diretor na disciplina geral do estabelecimento e velar pela disciplina de sua classe;
- g) atribuir mensalmente, a cada aluno, na forma indicada neste - Regimento, nota resultante da avaliação do seu aproveitamento;

- h) registrar no diário de classe ou na fôlha apropriada a matéria lecionada;
- i) verificar a presença dos alunos;
- j) impedir a entrada e a saída dos alunos depois de iniciada a chamada ou antes de findar a aula, a não ser por motivo justo;
- k) entregar até o último dia útil de cada bimestre, as papéletas - contendo as notas e as faltas a êle correspondente;
- l) comentar com os alunos os resultados das provas e sabatinas, esclarecendo os êrros cometidos a fim de que possam ser evitados futuramente;
- m) proceder à revisão das provas escritas nos termos dêste Regimento, fazendo por escrito a justificativa do nôvo julgamento emitido ou da manutenção do julgamento anterior;
- n) fazer parte das bancas examinadoras das provas escritas e práticas orais da disciplina que lecionar, na turma ou turmas sob sua regência e integrar bancas de outras turmas, nessa mesma disciplina ou em disciplinas afins;
- o) comunicar, por escrito, ao Diretor, qualquer anormalidade verificada durante suas aulas;
- p) prevenir, em tempo hábil, a direção do estabelecimento, das faltas que seria forçado a consignar;
- q) cumprir tôdas as exigências previstas no contrato de trabalho - que mantiver com a Sociedade Mantenedora e as fixadas pela Legislação em vigor.

Art. 65 - É vedado ao Professor:

- a) ditar, sistematicamente lições;
- b) ocupar-se em aulas com assuntos estranhos à finalidade educativa;
- c) servir-se da cátedra para propagar doutrinas contrárias aos interesses nacionais;
- d) deixar de comparecer às aulas sem uma causa justa devidamente comprovada, ou por motivo de ordem superior, a critério do Diretor do estabelecimento;
- e) dar qualquer informação escrita ou verbal sobre assuntos privativos da Diretoria, sem que esteja para isso devidamente autorizado;
- f) entrar com atraso em classe ou desta sair antes de findar a aula;
- g) infringir qualquer dispositivo da legislação vigente ou dêste Regimento.

Art. 66 - O professor estará sujeito a descontos nos seus vencimentos correspondentes aos dias ou ao número de aulas a que faltar, sem motivo justo e, bem assim do repouso remunerado, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO 5

Do Corpo Discente

Art. 67 - O Corpo Discente é constituído de todos os alunos regularmente matriculados no estabelecimento.

Art. 68 - São deveres do aluno:

- a) entrar para as aulas logo após o respectivo sinal;
- b) assumir responsabilidade por todos os danos causados aos móveis e objetos do Colégio;
- c) acatar a autoridade, quer seja da Administração, da Diretoria, do Corpo Docente ou dos demais funcionários;
- d) tratar com urbanidade todas as pessoas que o rodeiam;
- e) dedicar-se à pessoa do docente;
- f) observar o mais absoluto segredo profissional e procurar desenvolver e aperfeiçoar as qualidades técnicas, morais e intelectuais concernentes à profissão;
- g) apresentar-se convenientemente trajado;
- h) apresentar-se ao Diretor toda vez que não chegar ao Colégio no horário previsto ou quando necessitar ausentar-se antes do término das atividades escolares;
- i) ocupar-se em classe, com os objetos próprios do estudo;
- j) levantar-se em classe, à entrada e a saída do professor, do Diretor, das autoridades do ensino ou de visitantes;
- k) portar-se na escola, ou fora dela, como cidadão consciente dos seus deveres morais;
- l) devolver no tempo devido os livros que retirar da biblioteca - para consultas;
- m) respeitar as proibições expressas neste Regimento.

Art. 69 - É vedado ao aluno:

- a) entrar em classe ou dela sair sem permissão do professor;
- b) ocupar-se durante as aulas ou estágios práticos, com trabalhos estranhos à eles;
- c) perturbar o sossego e a atenção nas aulas ou a ordem geral do estabelecimento;
- d) promover algazarra ou distúrbios nas proximidades do Colégio;
- e) danificar qualquer parte do edifício ou desviar qualquer material;
- f) desrespeitar qualquer funcionário ou autoridade do estabelecimento;
- g) permanecer no estabelecimento fora das horas programadas para os trabalhos escolares;
- h) promover no estabelecimento manifestações coletivas ou delas tomar parte, salvo quando convidado pela Direção;
- i) fazer uso de bebidas alcoólicas clandestinamente introduzidas no Colégio ;

- j) trazer consigo armas ou produtos nocivos à saúde;
- k) concitar ausências coletivas;
- l) tomar parte, dentro ou fora do Colégio, de manifestações ofensivas a pessoas ou instituições;
- m) praticar ato ofensivo à moral e aos bons costumes;
- n) trazer consigo, por ocasião dos exames, provas e sabatinas - qualquer elemento que permita fraude.

Art. 70 - Pela inobservância dos seus deveres e obrigações os alunos poderão sofrer as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão até quinze dias;
- d) exclusão definitiva.

§ 1º - A pena de suspensão até 15 dias será aplicada pelo Diretor, segundo a gravidade da falta.

§ 2º - O aluno será excluído definitivamente quando cometer falta ocasionada por imperícia, imprudência ou negligência que ponha em perigo a saúde ou a vida dos pacientes a ele confiados; quando - seu comportamento e seu aprendizado não estiverem de acordo com o padrão do Colégio e com o presente Regimento.

CAPITULO 6

Do Grêmio Estudantil

Art. 71 - As atividades extra-curriculares do Colégio Técnico de Enfermagem " Maria Pia Matarazzo " serão desenvolvidas através do seu Grêmio Estudantil, denominado " Grêmio Hermínia Camargo " , criado em - 14/4/1957.

Art. 72 - As atividades do Grêmio serão coordenadas por uma diretoria eleita anualmente pelos alunos, sob a orientação e fiscalização da Diretoria do Colégio.

Art. 73 - Compete ao Grêmio:

- a) orientar suas atividades da maneira estabelecida neste Regimento;
- b) elaborar anualmente programas e atividades recreativas, em estreita colaboração com a Direção e sob a supervisão desta.
- c) estimular e criar novas atividades extra curriculares que sejam aprovadas pela Diretoria do Colégio.

Art. 74 - É vedado ao Grêmio:-

- a) contrair dívidas ou assumir compromissos de qualquer natureza em nome do Colégio;
- b) promover atividades incompatíveis com a boa ordem e os objetivos do Colégio.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 75 - O Colégio adotará uniformes para os alunos, visando a economia e a distinção do traje escolar.
- § 1º - Serão adotados uniformes tanto para as aulas, como também para os estágios práticos.
- § 2º - A alteração dos uniformes quando necessária, só poderá - ser feita no início do ano letivo.
- Art. 76 - O Colégio dispõe de serviço médico a cargo de profissional competente, designado pela Sociedade Mantenedora.
- § 1º - Por ocasião da matrícula, o aluno será submetido a exame físico geral ;
- § 2º - Compete ao médico a dispensa das práticas de Educação Física, nos casos devidos.
- Art. 77 - O estabelecimento dará constante atenção e especial relêvo à - orientação educativa e vocacional que será exercida constantemente através da Direção e de todo o Corpo Docente, tendo em vista a finalidade humanitária que é básica na enfermagem.
- Art. 78 - Este estabelecimento estará em constante e efetivo entendimento com as famílias dos educandos a fim de que possam elas ficar - integradas na finalidade educativa.
- Art. 79 - As anuidades escolares serão fixadas pela Sociedade Mantenedora do estabelecimento, antes do início de cada ano letivo, obedecendo às leis e às determinações baixadas pelas autoridades competentes.
- Art. 80 - Na hipótese de parcelamento da anuidade, será firmado termo de - compromisso, pelo próprio aluno ou responsável.
- Art. 81 - O aluno beneficiado pela concessão prevista no art. 80 deverá - observar rigorosamente os prazos fixados no termo respectivo.
- Art. 82 - Poderá ser impedido de prestar sabatinas, provas ou exames, o - aluno que deixar de satisfazer ao previsto no art. 81 .

São Paulo, 20 de novembro de 1969

CELINA CASTAGNARI - DIRETORA

A . N . E . X . O . S

A . O

R . E . G . I . M . E . N . T . O

C . . . U . . . R . . . R . . . I . . . C . . . U . . . L . . . O . . . S

CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CURRÍCULO	MATÉRIA	1º ANO	2º ANO	3º ANO
DISCIPLINAS GERAIS	Português	4	4	4
	Matemática	2	2	2
	Educação moral e cívica	2	2	2
	Química	2	2	3
	Física	2	2	2
	Biologia	2	2	3
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES	Filosofia	2	2	-
	Inglês	-	2	2
DISCIPLINA OPTATIVA	História	3	-	-
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	Enfermagem	2	3	3
PRÁTICAS EDUCATIVAS	Cultura religiosa	1	1	1
	Educação vocacional	1	1	1
	Educação física	1	1	1
Nº TOTAL DE AULAS SEMANAIS		24	24	24

NOTAS :- 1) As disciplinas específicas encontram-se desdobradas nos quadros que se seguem e serão dadas num mínimo de 3 horas semanais.

2) A carga horária das disciplinas específicas será de aproximadamente 2.000 horas para todo o curso.

1º ANO

CURRÍCULO	MATÉRIA	MATÉRIA DESDOBRADA
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS (teoria)	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	Anatomia e Fisiologia
		Patologia
		Microbiologia
		Farmacologia
		Drogas e Soluções
		Fundamentos de Enfermagem
	ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	Enfermagem Médico-Cirúrgica
	ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA	Higiene
		Educação Sanitária
		Parasitologia

2º ANO

CURRÍCULO	MATERIA	MATÉRIA DESDOBRADA
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS (teoria)	ENFERMAGEM MÉDICO - CIRÚRGICA	Enfermagem em Centro Cirúrgico
		Enfermagem em Ambulatório
		Enfermagem em Ortopedia
		Enfermagem em Moléstias Infecto-Contagiosas
		Enfermagem em Pronto Socorro
	COZINHA GERAL E DIETÉTICA	Cozinha Geral e Dietética
	ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA	Saneamento do meio

3º ANO

• • •

CURRÍCULO	MATÉRIA	MATÉRIA DESDOBRADA
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS (teoria)	ENFERMAGEM MATERN- INFANTIL	Enfermagem em Ginecologia
		Enfermagem em Obstetrícia
		Enfermagem em Neonatologia
		Enfermagem em Pediatria
	ENFERMAGEM EM PSIQUIATRIA	Enfermagem em Psiquiatria
	ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES	Administração de Unidades
		Ética Profissional
	ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA	Enfermagem em Saúde Pública

1º ANO

CURRÍCULO	MATÉRIA	MATÉRIA DESDOBRADA
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS (Estágios Práticos)	Fundamentos de Enfermagem	Fundamentos de Enfermagem
	Enfermagem Médico-cirúrgica	Enfermagem Médico-cirúrgica

2º ANO
♦ ♦ ♦

CURRICULO	MATERIA	MATERIA DESDOBRADA
DISCIPLINAS ESPECIFICAS (Estágios Práticos)	COZINHA GERAL E DIETETICA ENFERMAGEM MEDICO CIRURGICA	Cozinha Geral e Dietética
		Enfermagem em Centro Cirúrgico
		Enfermagem em Ambulatório
		Enfermagem em Ortopedia
		Enfermagem em Moléstias infecto-conta giosas
		Enfermagem em Pronto Socorro

3º ANO

CURRICULO	MATERIA	MATERIA DESDOBRADA
DISCIPLINAS ESPECIFICAS (Estágios Práticos)	ENFERMAGEM MATERNO-INFANTIL	Enfermagem em Ginecologia
		Enfermagem em Obstetrícia
		Enfermagem em Neonatologia
		Enfermagem em Pediatria
	ENFERMAGEM EM PSIQUIATRIA	Enfermagem em Psiquiatria
	ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES	Administração de Unidades
	ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA	Enfermagem em Saúde Pública

Anexo I

Colégio Técnico de Enfermagem "Maria Pia Matarazzo" - Quadro de Aproveitamento e Frequência do Curso Técnico, 3ª Turma, Ano Letivo: 1971. Acervo da Diretoria de Ensino Centro Sul (setor Escolas Extintas), da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Colégio Técnico de Enfermagem "Maria Pia Matarazzo"
Nome do Estabelecimento de Ensino

Vinculado ao Sistema Estadual - Ato n.º de (ou Res. 16/68 C. E. E. - Ato n.º 88 de 28/6/68 S. E.)

Bela Vista - R. P. P. P.
Localidade

APROVEITAMENTO E FREQUÊNCIA

Curso: Técnico
Série: 3ª
Turma: 3ª
Turno: diurno

Unidade da Federação
Ano Letivo: 1971
Dias Letivos:
Aulas dadas:
Frequência 25%:

RESULTADO FINAL

N.º de Ordem	ALUNOS	DISCIPLINAS										Total de Faltas	RESULTADO FINAL
		Port.	mat.	Química	Física	Biologia	Geografia	Hist. M.C.	Ed. Ling.	Ed. Ling.	Ed. Ling.		
1	Almonax Ruito	87% - 82	89% - 85	91% - 84	93% - 87	95% - 77	95% - 72	95% - 83	98% - 83	98%	87		
2	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
3	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
4	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
5	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
6	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
7	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
8	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
9	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
10	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
11	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
12	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
13	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
14	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
15	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
16	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
17	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
18	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		
19	Alma da Silva	85% - 64	89% - 73	90% - 77	93% - 75	95% - 72	95% - 72	95% - 82	98% - 82	98%	82		

RESULTADO FINAL

Nº de Ordem	ALUNOS	DISCIPLINAS								Total de Faltas	RESULTADO FINAL
		Port.	Mat.	Química	Física	Biol.	Ingls.	Ed. M.	Ed. L.		
20	Rogério Manuel da Silva	90% - 7,2	94% - 7,2	100% - 7,3	98% - 7,4	96% - 6,1	92% - 7,1	90% - 7,2	90% - 7,2	7,7	7,7
21	Rosa Maria L. da Silva	89% - 7,2	93% - 6,4	100% - 7,5	100% - 7,7	90% - 7,9	90% - 7,7	100% - 7,2	98% - 7,2	8,7	8,7
22	Sônia Fonseca de Carvalho	78% - 6,4	84% - 9	98% - 8,1	98% - 8,7	90% - 7,9	87% - 8,2	71% - 9,3	Dis. 2p.	8,6	8,6
23	Teuzinha Gervásio	75% - 6,7	97% - 7,2	100% - 8,1	100% - 6,7	93% - 7,2	80% - 8,5	93% - 7,2	90% - 7,2	8,6	8,6
24	Uera Lucia Barbosa	75% - 8,1	84% - 6,4	95% - 8	97% - 8,5	92% - 7,6	88% - 8,2	90% - 7,2	95% - 7,2	8,1	8,1
25	Zeli de Biasi	45% - 2,2	93% - 6,7	100% - 7,8	98% - 7,8	93% - 6,7	92% - 7,8	71% - 7,2	88% - 7,2	8,2	8,2
26	Helena Maria da Silva	97% - 7,2	100% - 8,2	100% - 9	100% - 9,4	95% - 7,7	91% - 7,1	90% - 9	93% - 9	8,9	8,9

Isclando Yamamoto
SECRETÁRIO 480

Cecilia Perin
DIRETOR

INSPECTOR ESCOLAR

DATA

Anexo J

Colégio Técnico de Enfermagem "Maria Pia Matarazzo". Histórico Escolar da aluna da primeira turma, Antonieta Maria Giglio, datado de 16 de dezembro de 1970.

COLÉGIO TÉCNICO DE ENFERMAGEM "MARIA PIA MATARAZZO"
Alameda Rio Claro, 190 - São Paulo

ANTONIETA MARIA GIGLIO
Nome

7 de julho de 1945 São Paulo São Paulo
Data do Nascimento Cidade Estado

Ermelindo Antonio Fortunato Santo Giglio Catharina Arruda Giglio
Nome do Pai Nome da Mãe

SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA
HOSPITAL MATARAZZO
EX UMBERTO I E
CASAS DE SAÚDE MATARAZZO

VINCULADO AO
SISTEMA FEDERAL DE ENSINO
APROVADO PELO PARECER
Nº 871/69 DE 7-11-1969

EX ESCOLA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM " MARIA PIA MATARAZZO " RECONHECIDA
PELO DECRETO Nº 40.458 DE 18 DE JULHO DE 1959.

OFICIAL DO R.C.P.N.
25º Subdistrito - SÃO PAULO-SP
BEL. MOACIR M. DOS SANTOS-OFFICIAL
AUTENTICAÇÃO - AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPRODUZIDA
EXTRADA NESTE RCPN, A QUAL CONFERE COMO ORIGINAL DOU.FE

259 24 NOV 2000

MOACIR M. DOS SANTOS
SÔNIA M. JULIANI - SUBST
MÁRIO R. C. N. - SUBST
MARIA DO ROSÁRIO - SUBST
VALIDO SOMENTE PARA REPRODUÇÃO

Escritório Notarial
14.04511-SP
OFICIAL
ESCRITÓRIO
AUTENTICAÇÃO
1076AA487898

2.º CICLO		PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	HIST. GERAL HIST. BRASIL HIST. ENFERM.	BIOLOGIA	QUÍMICA	FÍSICA	INGLÊS	FILOSOFIA					
1.º Ano		53	96	79	75	—	—	72	73					
COLÉGIO TÉCNICO DE ENFERMAGEM " MARIA PIA MATARAZZO " 1967														
Nome do Estabelecimento					Ano					Nome do Inspetor				
2.º Ano		72	74	62	75	72	87	82	—					
COLÉGIO TÉCNICO DE ENFERMAGEM " MARIA PIA MATARAZZO " 1968														
Nome do Estabelecimento					Ano					Nome do Inspetor				
3.º Ano		72	—	—	78	80	79	80	74					
COLÉGIO TÉCNICO DE ENFERMAGEM " MARIA PIA MATARAZZO " 1969														
Nome do Estabelecimento					Ano					Nome do Inspetor				
EXAME GERAL DE ENFERMAGEM " NOTA FINAL " = 61 (<i>seis e um</i>)														
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	TEORIA								ESTÁGIOS					
	Aulas dadas	Faltas	Frequência	Média de Aprovel.	Exame Final	Média FINAL	2.ª Época	Média de Promoção	Dias	Horas	Faltas	Frequência	NOTA DE ESTÁGIO	NOTA DE PROMOÇÃO
Fund. de Enfermagem	162	14	91%	81	—	—	—	81	65	197	12	81%	80	80
Enf. M. Cirúrgica	258	18	93%	73	—	—	—	73	198	636	4	97%	94	83
Cosinha Geral e Dietética	24	2	91%	91	—	—	—	91	13	51	—	100%	93	92
Enf. Psiquiátrica	36	—	100%	90	—	—	—	90	18	66	—	100%	100	95
Enf. em Saúde Pública	67	2	97%	82	—	—	—	82	20	156	—	100%	90	86
Enf. Materno Infantil	83	1	98%	85	—	—	—	85	58	196	8	86%	88	86
Administ. de Unidades	41	6	85%	70	90	76	—	76	43	164	2	95%	94	83
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

São Paulo, 16 de dezembro de 1970

Neuza Bilic
Secretária - Reg. N.º

Mod 362 - m/m 140x240 - 500 (8266)

Celina Castagnari
Diretora - Reg. N.º

Colégio Técnico de Enfermagem “Maria Pia Matarazzo”. Diploma da aluna Antonieta Maria Giglio, datado de 01 de junho de 1970.